



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO**

HERONILDES MARQUES BARBOSA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DINÂMICA MIGRATÓRIA RURAL –
URBANA: o caso do município de Bagre/Pará**

Belém, PA
2016

HERONILDES MARQUES BARBOSA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DINÂMICA MIGRATÓRIA RURAL –
URBANA: o caso do município de Bagre/Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como Requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simaia do Socorro Sales das Mercês

Área de Concentração: Gestão Pública Municipal.

Belém, PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA

Barbosa, Heronildes Marques

O programa bolsa família e dinâmica migratória rural – urbana: o caso do município de Bagre/Pará / Heronildes Marques Barbosa; Orientadora, Simaia do Socorro Sales das Mercês. – 2016.

123 f.: il.; 29 cm.
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2016.

1. Política social – Bagre (PA). 2. Pobreza. 3. Renda – Distribuição - Bagre (PA). 4. Migração. I. Mercês, Simaia, do Socorro Sales das, Orientadora. II. Título

CDD 22 ed. 361.6098115

HERONILDES MARQUES BARBOSA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DINÂMICA MIGRATÓRIA RURAL –
URBANA: o caso do município de Bagre/Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como Requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública Municipal.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Hisakhana P. Corbin
Examinador Interna - NAEA/UFPA

Pro. Dr. Marco Aurélio Arbage Lobo
Examinador Externo - UNAMA

Dedico este trabalho aos meus amados – Raimundo e Raimunda Marques (*in memoriam*) que sempre me incentivaram. A minha “estrelinha” Acsa Raphaela, luz da minha vida e ao Elison que me ensina todos os dias o significado do companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Acredito que na vida nada acontece por acaso. Algumas pessoas que fazem parte do nosso meio seja pessoal, profissional ou acadêmico, também aparecem em nossa vida para somar ao nosso crescimento. Por isso agradecer é um gesto que deveria abraçar ao universo com atitude de gratidão.

Em primeiro lugar, a gratidão a Deus, o Senhor e detentor da minha vida, sem Ele nada disso seria possível.

A minha filha Acsa Raphaela, que enfrentou junto comigo a distância, a ausência e os incontáveis finais de semana dentro de casa.

A minha mãe, porto seguro, quando as coisas apertavam. A minha irmã, que sempre reconheceu minha capacidade intelectual, sempre me ajudou nos momentos mais difíceis.

Ao meu “namorado” Elison Leite, que foi incansável em me ajudar a vencer todos os obstáculos com companheirismo e amor.

À Secretaria Municipal de Saúde, meu local de trabalho, tanto a gestão quanto aos colegas que compreenderam minha ausência.

À Secretaria de Assistência e Promoção Social, principalmente, à gestora do PBF Erica Silva e ao responsável pelo CadÚnico, Silem Ephidio, por serem parceiros e me fornecerem informações quando precisei.

À professora e Dr^a Simaia, pela orientação, por indicar o caminho. Aos professores, Corbin e Marco Aurélio pelas contribuições dadas no exame de qualificação do projeto de dissertação, pois, muitas das discussões incorporadas na dissertação foram frutos desse momento.

Aos colegas da turma de mestrado em Gestão Pública (turma de Breves) pelas trocas, pelo incentivo ao conhecimento, pelo desejo de construir um produto que contribua com a gestão local.

Ao NAEA pela iniciativa de levar uma extensão do Mestrado em Gestão Pública para a Região do Marajó, tornando possível o sonho de pesquisadores e possibilitando estudos com uma temática regional.

Às famílias beneficiárias do PBF em Bagre, público alvo da pesquisa que se constituíram como fonte de inspiração e busca constante de aprimoramento profissional.

Enfim, agradeço a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para que este ideal de vida fosse concretizado.

Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?

(FERNANDO PESSOA)

RESUMO

O objetivo principal deste estudo de caso é verificar se existe uma relação entre a implementação do Programa Bolsa Família - PBF e a migração da área rural para a área urbana no município de Bagre, no Estado do Pará. O PBF é uma política pública voltada para a minimização da miséria, com enfoque intersetorial e âmbito nacional, caracterizado pela transferência direta de renda para os beneficiários, que devem cumprir certas obrigações relacionadas à educação e à saúde. O município de Bagre está localizado em uma das regiões menos desenvolvidas do estado do Pará e sua população é fortemente dependente dos programas governamentais de transferência de renda. Em Bagre, o PBF atende a cerca de 90% das famílias inscritas no CadÚnico, o registro do governo federal que contém a identificação pessoal e as características socioeconômicas das famílias de baixa renda no Brasil. Vários aspectos do PBF foram analisados, mas poucos estudos referem-se aos efeitos do programa em campos diferentes dos relacionados com seus objetivos explícitos. Apenas duas referências mais específicas ao impacto do PBF sobre os movimentos migratórios foram encontradas na literatura. Este estudo foi realizado com uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, adotando a estratégia explanatória sequencial. Uma pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. A primeira conduziu uma entrevista estruturada com uma amostra aleatória de famílias beneficiárias imigrantes que vivem na área urbana do município que viviam anteriormente em áreas rurais. A seleção da amostra foi sistemática e estratificada. A segunda etapa realizou entrevistas semiestruturadas com famílias selecionadas da mesma amostra. A pesquisa identificou o perfil dos beneficiários imigrantes, as razões da migração e sua percepção das condições de vida na área urbana. O estudo conclui que o PBF promoveu em Bagre o acesso de uma parcela significativa da população a um rendimento mínimo e serviços básicos, que são os objetivos explícitos do programa. Além disso, o movimento migratório da área rural para a urbana aumentou devido à implementação do PBF. Isso foi causado pela expectativa de garantia de renda e incorporação no mercado de trabalho urbano levantado entre os beneficiários, o que lhes permitiu satisfazer seu desejo de migrar existente antes de entrar no programa ou decorrente da necessidade de atender aos requisitos impostos pelas obrigações do programa. Embora na percepção dos imigrantes beneficiários do PBF a mudança de residência para as áreas urbanas tenha conduzido a uma melhoria nas suas condições de vida, as condições de habitação e infraestrutura ainda são muito precárias, o que coloca novos desafios para a gestão local.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família. Migração Rural Urbana. Município de Bagre.

ABSTRACT

The main objective of this case study is to verify if there is a relationship between the implementation of the Bolsa Família Program (PBF) and the migration from rural to urban areas in the municipality of Bagre, Pará State, Brazil. The PSF is a public policy aimed at minimizing misery, having an intersectoral focus and national scope, characterized by direct income transfer to the beneficiaries, who must fulfill certain obligations related to education and health. The municipality is located in one of the less developed regions of Pará state, and its population is heavily dependent on government income transfer programs. In Bagre, the PBF serves about 90% of families enrolled in the CadÚnico, the federal government register containing personal identification and socio economic features of low-income families in Brazil. Several aspects of the PBF have been analyzed, but few studies refer to the effects of the program in fields other than those related to its explicit objectives. Only two more specific references to the impact of PBF on migration movements were found in the literature. This study was carried out with a mixed, qualitative and quantitative approach, adopting the sequential explanatory strategy. A field research was carried out in two stages. The first one conducted a structured interview with a random sample of immigrant beneficiary families living in the urban area of the municipality who previously lived in rural areas. The sample selection was systematic and stratified. The second stage conducted semi-structured interviews with selected families from the same sample. The research has identified the profile of the immigrant beneficiaries, the reasons for migration and their perception of living conditions in the urban area. The study concludes that the PBF promoted in Bagre the access of a significant portion of the population to a minimum income and basic services, which are the explicit objectives of the program. Furthermore, the migratory movement from rural to urban areas has increased due to the implementation of PBF. This was caused by the expectation of income guarantee and incorporation into the urban labor market raised among the beneficiaries, which has allowed them to meet their desire to migrate existing before entering the program or arising from the need to meet the requirements imposed by the obligations of the program. Although in the perception of the immigrant beneficiaries of the BFM the change of residence to urban areas has led to improvements in their living conditions, the housing and infrastructure conditions are still very precarious, which poses new challenges to the local management.

Key Words: Family Income Program. Rural to Urban Migration. Municipality of Bagre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Localização geográfica do município de Bagre-Pará.....	16
Imagem 1-	Participação das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no total de famílias cadastradas do CadÚnico, segundo Região de Integração do Pará, 2014.....	20
Quadro 1-	Benefícios, valores e público alvo do Programa Bolsa Família.....	53
Quadro 2-	Estratégia baseada na avaliação dos dados.....	66
Quadro 3-	Classificação da amostra por período de migração	70
Quadro 4-	Oferta de serviços no meio rural na percepção dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre	82
Quadro 5-	Trechos das entrevistas com beneficiários PBF, migrantes rural-urbano	83
Quadro 6-	Percepção dos beneficiários sobre as condições de vida após a inserção no PBF e a migração para área urbana	84
Mapa 2-	Área urbana do município de Bagre-Pará.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Evolução do número de famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (em mil), Bagre (Pará), 2009 – 2016.....	75
Gráfico 2 -	Idade dos responsáveis pelas famílias beneficiárias do PBF, migrantes da área rural para a urbana, Bagre	79
Gráfico 3 -	Escolaridade do titular do benefício do PBF, migrantes da área rural para a urbana, Bagre	80
Gráfico 4 -	Motivos para migração dos beneficiários do PBF da área rural para a urbana, Bagre	80
Gráfico 5 -	Situação de ocupação beneficiários PBF, migrantes rural - urbano – Bagre/Pa.....	86
Gráfico 6-	Valores dos benefícios recebidos pelos beneficiários do PBF, migrantes rural - urbano, Bagre	89
Gráfico 7 -	Aplicação dos recursos financeiros recebidos pelos beneficiários do PBF, migrantes da área rural para urbana, Bagre	90
Gráfico 8 -	Relação de bens duráveis possuídos pelos beneficiários do PBF, migrantes da área rural para urbana, Bagre	91
Gráfico 9 -	Participação dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana em atividades da assistência social, Bagre	93
Gráfico 10 -	Participação dos migrantes rural - urbano em atividades relacionadas ao PBF	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	População residente no município de Bagre por situação de domicílio no período de 1970 a 2010.....	17
Tabela 2-	Taxa média geométrica anual total decrescimento da população no município de Bagre, 1970-2010.....	17
Tabela 3-	População residente no município de Bagre, por faixa etária, (2010).....	18
Tabela 4-	Famílias atendidas e valor total empregado no PBF, no Estado do Pará e município de Bagre – 2009 a 2015.....	56
Tabela 5-	Acompanhamento das Condicionalidades Saúde e Educação, Bagre (Pará).....	76
Tabela 6 -	Perfil das famílias inscritas no Cadastro Único em Bagre – Pará, agosto 2016	76
Tabela 7 -	Estimativa de famílias beneficiárias.....	77
Tabela 8 -	Motivos para migração dos beneficiários do PBF da área rural para a urbana, Bagre por período em que ocorreu a migração	81
Tabela 9 -	Distribuição das mudanças apontadas pelos beneficiários entrevistados.....	85
Tabela 10 -	Renda familiar dos beneficiários do PBF, migrantes rural – urbano, antes da inserção no programa	88
Tabela 11 -	Renda familiar dos beneficiários do PBF, migrantes rural – urbano, Bagre, baseado no salário mínimo ano 2015	88
Tabela 12 –	Portadores de condições especiais na área da saúde entre os beneficiários PBF – Bagre/Pa.....	92
Tabela 13 –	Infraestrutura de saneamento e de energia elétrica disponíveis nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana , Bagre-Pa	99
Tabela 14 –	Condição de habitação relatada pelos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre	99
Tabela 15 –	Material de construção utilizado nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre	99
Tabela 16 –	Número de banheiros nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre	100
Tabela 17 –	Número de moradores por dormitório nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre	101

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
EXCEL	Programa de computador, Pacote Office
ESF	Equipe Saúde da Família
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
IPS	Índice de Progresso Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
IEM	Índice de Eficácia Migratória
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPS	Índice Progressão Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PLHIS	Planos Locais de Habitação de Interesse Social
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNADs	Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PP	Pontos Percentuais

PSF	Programa Saúde da Família
RI	Região de Integração
SECULT	Secretaria de Cultura
SEMAD	Secretaria Municipal de Administração
SEMAPS	Secretaria de Assistência e Promoção Social
SEMSA	Secretária Municipal de Saúde
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SICON	Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAC	Taxa de Atualização Cadastral
TAFE	Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar
TCQC	Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastros
UC	Unidades de Contexto
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UR	Unidades de Registro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	FATORES DE MIGRAÇÃO E TENDÊNCIAS NO BRASIL.....	26
2.1	“A saída da terra de ninguém” – para uma teoria da migração.....	26
2.2	Fatores de análise para compreensão do movimento migratório.....	35
2.2.1	Seletividade.....	35
2.2.2	Determinantes.....	36
2.2.3	Consequências.....	38
2.3	Tendências da mobilidade demográfica no Brasil.....	40
2.4	A migração no Pará.....	43
3	UMA ESTRATÉGIA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À POBREZA NO BRASIL - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	47
3.1	A política de proteção social no Brasil.....	47
3.2	O Programa Bolsa Família: natureza, peculiaridades e resultados gerais.....	50
3.3	Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e desigualdade.....	57
4	METODOLOGIA.....	63
4.1	Universo e amostra da pesquisa de campo.....	69
4.2	Pesquisa piloto.....	70
4.3	Instrumentos de pesquisa.....	71
4.4	A coleta de dados.....	72
4.5	Procedimentos de análise.....	73
5	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM BAGRE: CARACTERIZAÇÃO, EFEITOS NA DINÂMICA MIGRATÓRIA RURAL URBANA E CONDIÇÕES DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS MIGRANTES.....	74
5.1	Características do PBF no município de Bagre-Pa.....	74
5.2	Migração rural urbana perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF migrantes	78
5.3	Migração rural urbana dos beneficiários do Programa Bolsa Família: motivos e expectativas.....	80
5.4	Condições de vida na área urbana de Bagre dos beneficiários do PBF migrantes da área rural	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	115

1 INTRODUÇÃO

A migração populacional de áreas rurais para área urbana é um fenômeno que provoca mudanças na estrutura da cidade, gerando novas demandas a serem atendidas pelo Estado, em especial as administrações municipais. No Brasil, essa população tende a se concentrar em áreas específicas do território urbano, geralmente sem infraestrutura, e isso aprofunda as desigualdades socioespaciais, alijando os migrantes do acesso a bens e serviços e exigindo da gestão pública focalização das políticas e execução de projetos voltados a determinados territórios.

A literatura sobre migração aponta fatores como crise econômica, desemprego, baixa oferta de serviços no meio rural, como fundamentais na decisão de migração pela população mais pobre. “Na sociedade brasileira atual, a grande maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixam sua terra e sua gente, não por um ato livre, mas por motivos de vida ou morte” (GONÇALVES, 2001, p. 174). Nesse contexto de distribuição desigual entre recursos e necessidades, é fundamental o conhecimento da população não de modo homogêneo, padronizado, e, sim de maneira específica localizando a história, fazendo o levantamento de problemas e planejando de maneira a minimizar positivamente a esses problemas.

Estudos demonstram que a migração interna brasileira é explicada principalmente pelas desigualdades econômicas, sociais e regionais, historicamente existentes no país (HOLANDA FILHO, 1989; JUSTO, 2006) e geralmente envolve pessoas deixando áreas mais pobres e migrando para áreas com mais oportunidades socioeconômicas. No entanto, como o movimento migratório é dinâmico, o fluxo brasileiro de migração interna vem apresentando algumas mudanças com muito menos pessoas que abandonam áreas mais pobres e uma forte presença de migração de retorno a essas regiões, conforme descrito por Baeninger (2012, p. 96):

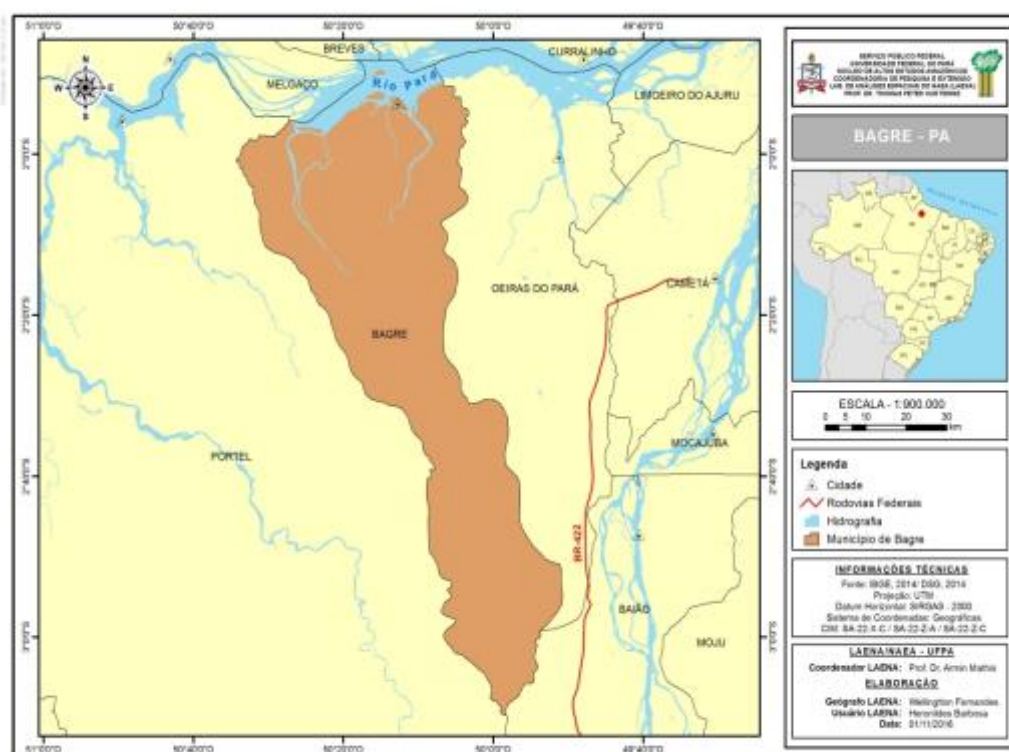
As migrações no século 21 redefinem seus polos, configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizada de longa permanência, como foi o caso do Sudeste nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região /Estado para qual migrou em tempos passados.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais complexo o entendimento das migrações internas que ocorrem no espaço brasileiro no século 21 e para melhor entendimento do

fenômeno é necessário que se analise casos de redistribuição espacial da população nos variados contextos regionais, pois, temos grandes disparidades em nosso país e um fenômeno que se observa no Sul não necessariamente se replica no Norte.

Os movimentos migratórios ocorrem e podem ser observados relativamente a diversos recortes espaciais, envolvendo países, regiões, estados, municípios e áreas urbanas e rurais. Neste trabalho estuda-se a migração rural – urbana no município de Bagre, localizado ao norte do estado do Pará e integra a mesorregião do Marajó, microrregião de Portel, com área de 8.914 Km² e densidade demográfica de 5,43 hab/km². Seus limites geográficos são: ao Norte Rio Pará; Sul: Tucuruí; Leste: Oeiras do Pará e Baião; Oeste: Portel; Noroeste: Melgaço (Mapa 1). A sede do município está localizada na ilha de Bagre, na margem esquerda subindo o Rio Pará, distante da capital do estado (Belém) cerca de 200 Km, em linha reta.

Mapa 1- Localização geográfica do município de Bagre-Pará



Fonte: LAENA (2016).

Bagre é um município que tem sua história entrelaçada com as dos municípios de Oeiras, Portel e Currálinho. Desconhece-se precisamente a origem histórica do município de Bagre, sabe-se, porém, que suas terras pertenciam ao município de Oeiras, quando o povoado

que se desenvolveu em torno de uma capela foi reconhecido pela lei nº 934, de 31 de julho de 1879. Em 28 de outubro de 1887, através da lei nº 1.306, foi elevado à categoria de freguesia. Em 28 de outubro de 1890, cria-se o município de Bagre através do Decreto nº 210, desmembrando-o de Oeiras. Posteriormente, perde sua autonomia recuperando-a somente em 29 de dezembro de 1961, através da lei nº 2.460. (TAVARES, 2008).

No município de Bagre, pelo menos desde 1970, a população residente na área urbana tem crescido a altas taxas anuais, inclusive no intervalo 1991-2000, em que a população total decresceu, e, no período 2000-2010, essa dinâmica tornou-se ainda mais acentuada, resultando, nas últimas décadas, no aumento de sua participação em relação à população total. (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1- População residente no município de Bagre por situação de domicílio no período de 1970 a 2010

População Residente	Situação de Domicílio	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Habitantes	Total	4.405	8.304	13.844	13.708	23.864
	Urbana	708	1.443	2.140	4.395	10.661
	Rural	3.697	6.862	11.704	9.313	13.203
Percentual	Total	100%	100%	100%	100%	100%
	Urbana	16,07	17,37	15,46	32,06	44,67
	Rural	83,93	82,63	84,54	67,94	55,33

Fonte: IBGE (2010a), adaptado pela autora.

Tabela 2- Taxa média geométrica anual total decrescimento da população no município de Bagre, 1970-2010

	1970 a 1980	1980 a 1991	1991 a 2000	2000 a 2010
Total	6,5	4,8	-0,1	5,7
Urbana	7,4	3,6	7,5	9,3
Rural	6,4	5,0	-2,3	3,6

Fonte: Autora, com base IBGE (2010a)

A avaliação do crescimento populacional de um território pode ser feita através da análise das variáveis demográficas: fecundidade, mortalidade e migração. Quanto à variável fecundidade no período 2008-2015 houve um decréscimo no que se refere à taxa de natalidade do município passando de 25,13 a 18,21, respectivamente (SINASC; SEMSA, 2015). Em 2010, contaram-se 738 habitantes de Bagre que haviam imigrado para o município no período 31/07/2000 a 31/07/2010 (IBGE, 2010b). Isso indica que a migração rural - urbana interna ao município é a responsável pelo aumento da população urbana.

A população do município é composta em sua maioria por crianças e jovens (Tabela 3), que constituem um grande contingente de dependentes no aspecto econômico.

Tabela 3 - População residente no município de Bagre, por faixa etária, (2010)

Faixa etária	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos a mais
Habitantes	3.364	3.396	3.496	2.859	2.261	2.017	2.849	1.541	975	686	420
Percentual	14%	14,2%	15%	12%	9,4%	8,4%	12%	6,4%	4%	3%	2%

Fonte: IBGE (2010c).

As atividades econômicas presentes no município estão relacionadas ao extrativismo vegetal com base no comércio de madeiras e palmito, na agricultura de subsistência e na pesca. Nessas atividades está envolvida grande parte da população, com um nível de renda estimada ao salário mínimo. Tendo um número considerado de pessoas economicamente ativas, desempregadas e sobrevivendo de atividades informais e programas sociais de transferência de renda. (FAPESPA, 2015a).

Ao longo dos anos, o modelo extrativista degradou parte da reserva natural do município. A extração de madeiras e palmito são os principais responsáveis por esse panorama. Já existe no município área de reflorestamento do açaí nativo, entretanto, ainda é insuficiente para o abastecimento local, prevalecendo à cultura da extração.

Outra fonte de renda da população são os empregos públicos, cuja quantidade aumentou a partir da municipalização da saúde e da educação, gerenciadas pelo poder público municipal, que se constitui no maior empregador do município. (SEMAD, 2015).

Bagre localiza-se em região onde historicamente se encontram os piores indicadores sociais e econômicos do estado do Pará (FAPESPA, 2015b), com muitos problemas sociais e grande dependência de políticas públicas dirigidas à provisão de serviços básicos, como saúde e educação, e de programas estaduais de transferência de renda.

Os serviços básicos são concentrados na área urbana do município, o que representa uma dificuldade adicional para a população rural, que depende do deslocamento à sede municipal para acessá-los. O acesso à área urbana se dá em sua maioria através de transportes como: barcos, rabetas, rabudos. Existem comunidades rurais ao longo do Rio Jacundá, como a comunidade de Balieiro que, dependendo do período de seca do rio, fica isolada da sede do município, só sendo possível o acesso através de motos, por grandes trechos dentro da mata e, depois, por barco. Essa localidade fica a 28 horas de viagem de barco da sede do município.

O cenário que se apresenta nas comunidades rurais de Bagre é a inexistência de equipamentos que atendam à necessidade de serviços básicos: na área da saúde não existem Unidades Básicas para atendimento de vacinas, acompanhamento pré-natal e vigilância nutricional. Na área de educação, não existem escolas de nível médio; quanto à política de

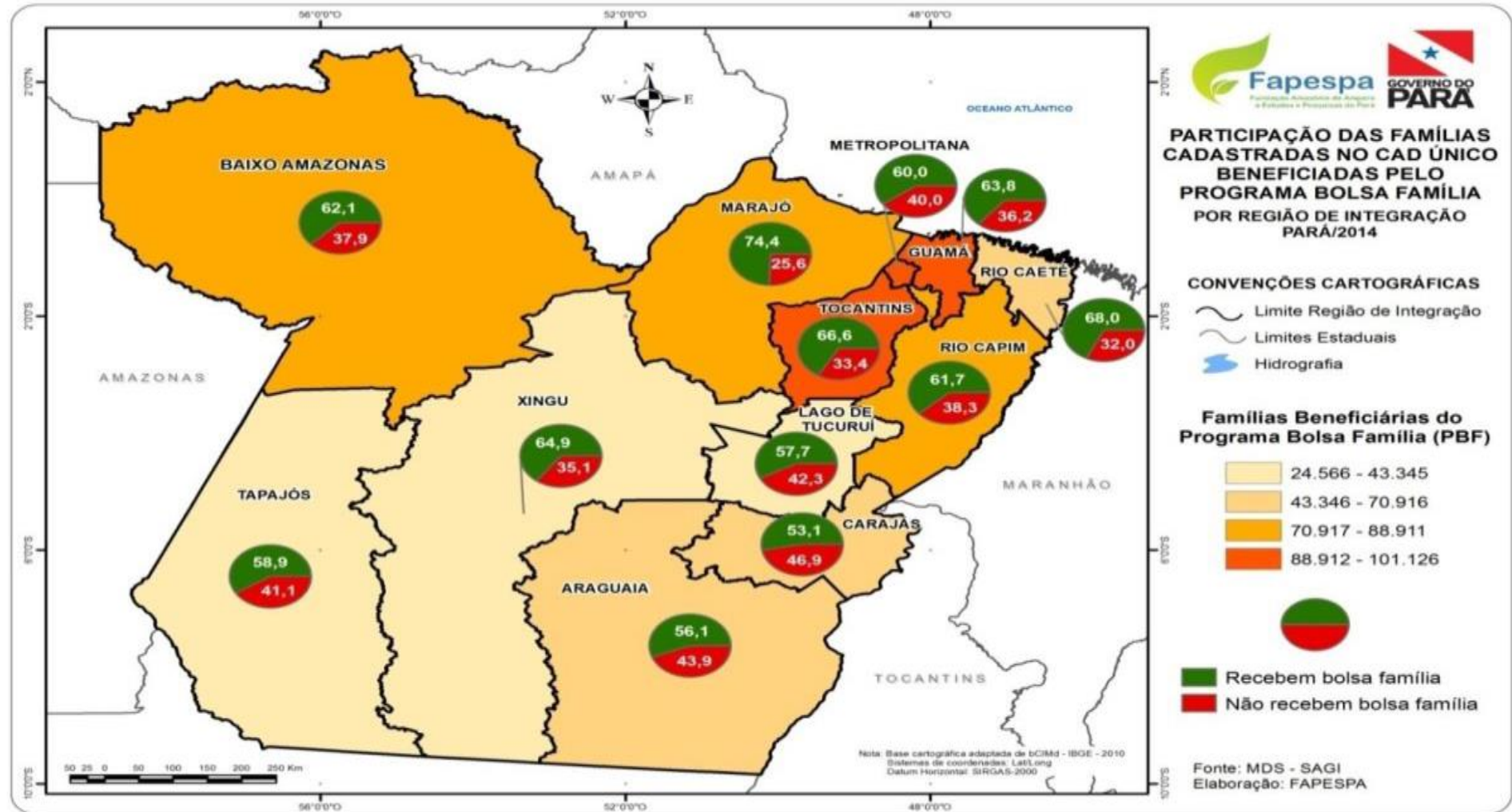
assistência social, somente na área urbana existem equipamentos que garantem o atendimento dos usuários dessa política.

Como antes mencionado, a atividade econômica restrita e o nível de pobreza observado em Bagre tornam o município altamente dependente de programas de transferência de renda, tais como o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF).

O PBF é um programa que surgiu na reformulação da política social no Brasil que objetiva a erradicação dos níveis mais básicos de pobreza “a fome”. O reconhecimento da alimentação como um direito inalienável do ser humano é uma luta antiga em nosso país e no mundo. Diversos organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), entendem que o acesso a alimentos de qualidade é condição básica para a sobrevivência dos seres humanos. Além do acesso à alimentação, à renda, a qualidade de vida das famílias depende de outras dimensões. Entre as quais, o acesso a serviços públicos fundamentais, como saneamento básico, saúde, educação. Infelizmente, como, muitas vezes, a cobertura destes serviços está longe de ser universal, a falta de acesso a eles, além de comprometer o bem-estar da população, pode atuar tanto como causa quanto como consequência da pobreza.

No sentido de contribuir para a minimização desse quadro, o governo federal criou o PBF em 2004, que visa a diminuição da pobreza atual e intergeracional, através da exigência de cumprimento de condicionalidades relativas à saúde, educação e assistência social. Atualmente, no Brasil, contam-se 13.840.98 famílias beneficiadas pelo programa. No estado do Pará, são 890.127 famílias beneficiadas e no município de Bagre, 2.868 famílias (FAPESPA, 2016). Pode-se estimar a relevância desse programa para o Pará e a região em que Bagre está localizado, observando a participação das famílias beneficiadas no total das cadastradas no CadÚnico (Imagem 1). O CadÚnico é o sistema utilizado pelo governo para a implementação de programas sociais e oferece uma aproximação à magnitude da pobreza no país. O município de Bagre está localizado na região do Marajó, que concentra 57% da pobreza do estado do Pará (FAPESPA, 2015c).

Imagem 1- Participação das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no total de famílias cadastradas do CadÚnico, segundo Região de Integração do Pará, 2014



Fonte: FAPESPA (2015a).

De acordo com a Imagem 1, o PBF beneficiou mais de 60% das famílias inscritas no CadÚnico no ano de 2014 na maioria das regiões do estado, ficando abaixo dessa cobertura em apenas quatro delas. Dentre as regiões que tiveram uma maior participação de famílias beneficiadas com o PBF, destaque para a região do Marajó, na qual 74,4% das famílias cadastradas no CadÚnico receberam o benefício. No entanto, mesmo sendo a região com maior concentração de famílias em situação de pobreza no estado do Pará, a taxa de acesso dessas famílias ao PBF e de acesso ao cadastro no CadÚnico é inferior à proporção de famílias pobres, justificando as dificuldades de acessibilidade da população rural a serviços de cadastramento da assistência social. (FAPESPA, 2015a). Na região Marajó, Bagre é um dos municípios com os piores indicadores sociais, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2010 de 0,471, e um Índice de Progresso Social (IPS) 50,72, com uma estimativa de famílias pobres de 2.927 segundo Censo (2010). Nesse contexto o PBF representa uma cobertura de 97,8% da estimativa de famílias pobres do município.

A desigualdade na distribuição de renda e a concentração de pobreza também se expressam em diferenças regionais no território brasileiro. Estudos indicam que tanto a pobreza quanto a extrema pobreza são cada vez mais problemas típicos dos municípios do interior das regiões Norte e Nordeste, que se configuram, portanto, áreas prioritárias para intervenções públicas.

O PBF é uma política de abrangência nacional e seu desenho não o caracteriza como política espacial. No entanto, estudos demonstram que se configura como uma política que tem papel importante na redução da desigualdade entre as regiões do país e, por isso, poderia influenciar nos movimentos espaciais dos indivíduos (SILVEIRA; AZZONI, 2007; PIRES; LONGO, 2008).

O impacto do PBF em âmbito regional e espacial tem sido pouco estudado. Foram encontradas na literatura duas referências mais específicas: Pereira (2011) e Silveira Neto (2008).

O estudo de Pereira (2011) é uma análise descritiva na qual foi analisada, para os municípios do estado da Bahia, a relação dos programas de transferência de renda com a economia e com a migração. A autora concluiu que a relação entre as transferências e o PIB são mais significativas para os pequenos e médios municípios, sendo que, quando essa relação envolve o PBF, é mais significativa para os pequenos municípios. Concluiu também que os programas de transferência de renda podem influenciar nos fluxos migratórios, favorecendo o deslocamento, dentro da mesma região, das famílias com renda *per capita* até ½ salário mínimo.

O estudo de Silveira Neto (2008) utilizou suplemento dos micro dados da PNAD de 2004 para analisar as evidências a respeito do impacto das transferências de renda do PBF sobre a migração inter-regional brasileira, com as seguintes conclusões: o PBF afeta negativamente o fluxo migratório interno brasileiro e parece não afetar o retorno dos indivíduos emigrados.

No trabalho de acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Bagre realizado no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), percebeu-se que o deslocamento das famílias assistidas da área rural para a urbana é um movimento recorrente. Outro meio de observação desse deslocamento é o recadastramento anual do PBF e seus desdobramentos através do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação. No município de Bagre, os beneficiários são acompanhados pelos estabelecimentos de saúde, na zona urbana e através do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), na zona rural. Esse acompanhamento é monitorado por programas específicos: de atualização cadastral, o CadÚnico; e de acompanhamento de saúde, o SISVAN. Foi possível observar nesses sistemas que os beneficiários alteraram o local de endereço a cada recadastramento, sendo que muitos que tinham endereço na zona rural, nos últimos 10 anos, alteraram para endereço na área urbana. Isso também se observa através dos relatórios dos ACS da área rural, que costumeiramente “perdem” famílias em seu acompanhamento, por causa do deslocamento destas para área urbana.

Esse movimento requer ações públicas no sentido de dotar a cidade das condições para receber o novo contingente populacional. Nesse sentido, planejar políticas sociais que venham a atender eficazmente as demandas implica a necessidade de conhecer o perfil e as expectativas da população migrante, bem como os fatores que influenciaram a migração.

As observações que emergiram da experiência profissional e a identificação de poucos estudos específicos acerca dos efeitos do PBF sobre o território conduziram à realização deste trabalho, com o objetivo principal de verificar se existe relação entre o PBF e a migração da área rural para área urbana no município de Bagre. Nesse sentido, este estudo busca responder às seguintes questões específicas:

- a) Quais os principais fatores que motivaram a migração dos beneficiários do PBF das áreas rurais para áreas urbanas no município de Bagre?
- b) Se o PBF tem influência na migração rural-urbana no município de Bagre, como se dá essa influência?

c) Havia, para a população beneficiária do PBF, anteriormente à obtenção do benefício, o desejo de migrar das áreas rurais para áreas urbanas no município, cuja efetivação não era possível até a inclusão no PBF?

d) O PBF tem criado as condições concretas que possibilitam a efetivação do desejo de migrar das áreas rurais para áreas urbanas no município de Bagre? Se positivo, quais essas condições?

e) Houve melhoria na qualidade de vida dos beneficiários migrantes, e se positivo, quais são as melhorias observadas após a mudança da área rural para urbana.

As hipóteses que nortearam a pesquisa são:

a) Acesso à educação, saúde, emprego e fuga da miséria são as principais motivações que levam os migrantes da zona rural para a zona urbana;

b) As exigências (condicionalidades) do PBF induzem a migração, dado que as condições concretas para seu atendimento, como rede escolar e de saúde, se concentram nas áreas urbanas do município;

c) Havia o desejo de migrar da área rural para a urbana que não era possível até a inclusão das famílias migrantes no PBF e foram viabilizadas pela concessão do benefício;

d) A ausência de renda fixa, que dificultava ou impedia a migração rural-urbana dos beneficiários do PBF que a desejavam, deixou de existir quando as famílias passaram a contar com a renda fixa proporcionada pelo programa; e

e) A mudança para a área urbana proporcionou acesso a serviços e a emprego que não estão disponíveis na área rural.

O estudo foi realizado sob a abordagem mista, integrando as perspectivas: quantitativa, que privilegia os aspectos quantificáveis da coleta e análise dos dados através da utilização de procedimentos estatísticos, e qualitativa, que analisa sem numerar ou medir categorias homogêneas (RICHARDSON, 1999).

O método da investigação é o estudo de caso que, segundo Yin (2011), é uma estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador o aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas de outra forma. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Como a natureza das questões da pesquisa exigem que se compartilhe uma combinação de técnicas e métodos, utilizou-se a pesquisa de métodos mistos “esses procedimentos se desenvolveram em resposta à necessidade de esclarecer o objetivo de reunir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo” (CRESWELL, 2007, p. 211).

Neste estudo a estratégia de pesquisa escolhida foi a explanatória sequencial, descrita por Creswell (2007) como estratégia que trata as fases de implementação da coleta de dados de forma sequencial (primeira fase, segunda fase), com prioridade igual aos dados quantitativos e qualitativos, sendo que a integração destes ocorre no processo de análise, numa perspectiva teórica explícita.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: a) revisão bibliográfica acerca dos temas migração, política social no Brasil, programas de transferência de renda, história do município de Bagre; b) pesquisa documental, que permitiu coletar dados sociais sobre o município e dados referentes ao PBF; e c) pesquisa de campo, realizada conforme detalhado no capítulo quatro desta dissertação.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No capítulo dois busca-se compreender o fenômeno migração, desde a dificuldade de sua conceituação, as abordagens explicativas e as motivações expressas na literatura que explicam o desejo de migrar, bem como apreender os aspectos gerais da migração, incluindo as tendências da mobilidade, no Brasil, no Pará e no Marajó. O terceiro capítulo aborda o percurso da política de proteção social no Brasil, descreve o PBF e apresenta as análises identificadas sobre sua relação com a pobreza e a desigualdade social. No capítulo quatro, expõe-se detalhadamente a metodologia adotada na pesquisa. O quinto capítulo contém o histórico, dados do PBF em Bagre, apresentação e discussão dos resultados da pesquisa e suas conclusões. Nas considerações finais são retomadas as principais constatações do estudo e apresentadas sugestões para a gestão pública municipal, relativas a ações com o fim de favorecer o alcance dos objetivos mais amplos do PBF.

Os resultados do trabalho permitem inferir que o PBF, política pública inscrita no campo da assistência social com intersectorialidade com as políticas de educação e saúde, promove em Bagre o acesso de parcela importante da população a uma renda mínima e aos serviços básicos, que são os objetivos explícitos do programa. Para além disso, tem efeitos sobre o movimento migratório no sentido rural urbano, internamente ao município, incrementando-o. Tais efeitos decorrem da expectativa de garantia de renda e incorporação ao mercado de trabalho urbano suscitada entre os beneficiários, que lhes permite atender a desejo de migrar existente antes da inserção no programa ou surgido da necessidade de cumprir as

exigências colocadas pelas condicionalidades do programa. Embora na percepção dos beneficiários do PBF migrantes a mudança para área urbana tenha propiciado melhoria de condições de vida, as informações relativas à habitação e infraestrutura evidenciam ainda grande precariedade. Assim, o PBF tem implicações no aprofundamento dos problemas urbanos que colocam novas demandas para a gestão local.

2 FATORES DE MIGRAÇÃO E TENDÊNCIAS NO BRASIL

2.1 “A saída da terra de ninguém” _ para uma teoria da migração

A migração é processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. Nos últimos tempos uma literatura abundante tem focalizado as múltiplas dimensões da migração e os resultados desses estudos evidenciam a dificuldade de construção de uma teoria geral para medir, explicar e prever o fenômeno migração. Muito embora haja um grande número de teorias sobre migração, há pouca intercomunicação entre elas. Massey (1990) ressalta que esta fragmentação seria o resultado da divergência entre os estudiosos do tema em relação a quatro dimensões básicas.

A primeira dimensão do conflito seria se o tema deve ser estudado de forma sincrônica ou em uma perspectiva histórica – diacrônica. A segunda dimensão seria em relação ao *locus* da ação de migrar. A questão que se coloca é se a migração seria mais bem compreendida a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo. A terceira dimensão diz respeito ao nível de análise – indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica, ou outra dimensão. Por último, ter-se-ia o impasse em relação à ênfase colocada nas causas ou nos efeitos da migração. O resultado desta fragmentação, segundo Massey (1990, p. 4), é que “o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”. O autor ressalta a importância de se elaborar uma teoria sobre as migrações que incorporasse, simultaneamente, vários níveis de análise dentro de uma perspectiva processual.

Estudo de Barbieri (2007) demonstra uma divergência sobre mobilidade populacional e a clara definição do termo migração, enquanto mudança de residência que a diferencie de outras formas de mobilidade temporária. O que caracteriza os estudos é a grande heterogeneidade de enfoques, que fazem a opção por linhas conceituais distintas entre si, principalmente quanto ao fato do fenômeno tratar-se de migração ou de mobilidade espacial de uma população. Por isso encontramos inúmeras definições de migração, como sintetizado a seguir.

Migração como fenômeno demográfico consideraria o crescimento populacional independente da escala espacial, ou seja, qualquer entrada e saída de pessoas de uma localidade em um período de tempo considerado deveriam ser caracterizadas como migração. Do ponto de vista demográfico, o que interessa saber é como a população de determinado território foi modificada ao longo do tempo pela movimentação de pessoas que poderiam

contribuir para aumentar ou diminuir o contingente populacional do mesmo e alterar sua composição. (CUNHA, 2012).

Define-se migração de uma maneira geral como uma mudança permanente ou semipermanente de residência, não colocando limitações quanto: à distância do deslocamento, à natureza voluntária ou involuntária do ato, como não se estabelece distinção entre migração interna e externa. (LEE, 1980).

A migração é um fenômeno reflexo, isto é, uma manifestação de processos e transformações sociais e econômicas profundas, que lhe são subjacentes. Trata-se, pois de um tema que, por quase não ter essência própria, não pode ser estudado de forma particularmente estanque. Seu objeto de interesse e tratamento não pode ficar predominantemente a uma especificidade científica. (MOURA, 1980).

Esses conceitos demonstram que estudar o fenômeno migração não é tão simples e que a mudança do local de residência não é suficiente para definir o que seja migração, que este fenômeno deve ser compreendido à luz do objeto estudado.

De fato, embora as várias definições encontradas em textos especializados ou em manuais tenham um caráter normativo quanto ao que deve ou não ser considerada migração, é preciso levar em conta que tal postura estaria muito mais atrelada à necessidade de padronização ou a disponibilidade de dado do que propriamente a uma definição, ou, o que seria muito mais complexa, a uma conceitualização do que seria o fenômeno. (CUNHA, 2012, p. 32).

Portanto, cabe ao pesquisador em seu campo de pesquisa definir qual a conceitualização mais adequada que deverá considerar de acordo com seu objeto de estudo. Já que o fenômeno está atrelado a diversos eixos impossibilitando a existência de uma “teoria geral da migração”, conforme Jasen (1969) apud Peixoto (2004, p. 60).

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas aqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.

O panorama apresentado a partir das abordagens explicativas da migração varia desde estudos de precursores da teoria da migração à teorias mais atuais, abordaremos alguns eixos

de teorias preditivas ou explicativas da migração sem a pretensão de aprofundar o tema cuja amplitude vai além do objetivo desse trabalho.

Um autor considerado “clássico” nas bases das pesquisas sobre migração é Ravenstein, geógrafo e cartógrafo inglês, que publicou no final do século XIX dois trabalhos sobre as “leis das migrações” (1885 e 1889). O primeiro trabalho baseado no recenseamento britânico de 1881 era uma análise da migração ocorrida dentro do Reino Unido com o objetivo de contrapor a tese do Dr. Willian Far, segundo a qual, às migrações pareciam ocorrer sem qualquer lei definida. O segundo trabalho estendeu-se a uma observação mais ampla que incluía a Inglaterra e mais vinte países. Ao constatar que o segundo estudo confirmava as observações do primeiro, ele propôs uma série de generalizações chamada de “as leis da migração”. As leis são sete e estabelecem relações entre: migrações e distância, crescimento urbano e atividade econômica, distribuição por sexo, situação de domicílio, formação de contracorrentes. O caráter precursor dos estudos de Ravenstein é notório apesar de seus estudos serem baseados em uma realidade empírica, não tendo base em uma teoria sólida e sistemática. (PEIXOTO, 2004).

Os modelos explicativos e preditivos se baseiam em modelos estatísticos, matemáticos, gravitacionais ou de interação espacial. Eles abordam o fenômeno migratório como equações matemáticas que possibilitam a descrição de suas variações no tempo e no espaço e são usados para estimar e explicar os fluxos migratórios. No modelo gravitacional a região é considerada como uma massa, e as relações inter-regionais são percebidas como interação entre as massas, ou seja, as correntes migratórias são concebidas como sendo diretamente proporcionais aos efetivos das populações das regiões de origem e de destino e inversamente proporcionais à distância que as separa. (PEIXOTO, 2004).

Courgeau (1970) apud Castiglioni (2009), demonstra a abordagem do economista Vilfredo Pareto que constatou em seu trabalho realizados no século XIX que a maior parte da riqueza se concentrava nas mãos de um número reduzido de pessoas, por isso distingue os modelos que utilizam a distância generalizada medida em termos de distância física, dos que consideram distância social. Contribuíram também para a formalização dessa escola os trabalhos de Carey, Young e Reilly, Stewart e Warntz, Zipf, Olsson, Wilson, Stillwell. Carey observou a presença da força gravitacional nos fenômenos sociais, o qual é proporcional à massa (população) e inversamente proporcional à distância. De acordo com o conceito gravitacional as correntes migratórias são concebidas como sendo proporcionais a uma potência da distância que as separa. A contribuição de Young foi formulação algébrica do conceito de gravitação aplicado às migrações – a ideia central apresentada por Young é que as

correntes migratórias variam proporcionalmente à força de atração do lugar de destino e de maneira inversa ao quadrado da distância entre os lugares de origem e de destino. Reilly aplicou o conceito de gravitação ao transporte de mercadoria de varejo. Ele postula que a atração que uma cidade exerce sobre um cliente em seu hinterland (expressão em alemão para se referir a parte menos desenvolvida de um país, menos dotada de infraestrutura, menos densamente povoada) é proporcional ao efetivo da população e inversamente proporcional a distância que separa o cliente do centro da cidade. Já Stewart, baseou-se na física de Newton para apresentar seus conceitos – força demográfica, energia demográfica e potencial demográfico, esses conceitos foram usados para elaboração de mapas de potencial da população. Um segundo eixo é composto por abordagens interdisciplinares do fenômeno migratório que consideram a distância social, buscando determinar que a variável distância possa explicar a lei de distribuição das migrações. As abordagens de Stouffer e Hagerstrand se enquadram nesse eixo, mas fundamentam-se, também na escolha racional característica dos modelos econômicos centrados na escolha individual. (PEIXOTO, 2004).

As teorias econômicas da migração compreendem as teorias que apresentam como ponto comum o papel do indivíduo como agente que promove a decisão da mobilidade, baseado no princípio do individualismo capitalista. A migração resulta de uma decisão individual para maximizar o lucro.

Lee (1966) apud Moura (1980) fundamenta o modelo de “*push-pull*” (empurra e puxa) baseado na existência de fatores que impelem e atraem migrantes e na avaliação dos custos e benefícios propiciados pela migração. Argumenta que a migração resulta de uma resposta dada pelos indivíduos a dois conjuntos de forças: os fatores pessoais, que atuam em um nível micro, e os fatores estruturais, que compreendem estímulos econômicos, políticos e sociais.

Na Teoria Macroeconômica Neoclássica, a migração seria explicada pelas diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho. O mercado de trabalho considerado o mecanismo primário que induz os movimentos migratórios, sendo que estes não sofreriam efeitos relevantes dos demais mercados. Nas regiões com excesso de oferta de trabalho em relação ao capital, os salários seriam baixos. Já nas regiões com escassez de oferta de trabalhos em relação ao capital, os salários seriam altos. Desta forma, o deslocamento populacional ocorreria de regiões com baixos salários ou excesso de mão-de-obra para regiões com altos salários ou escassez de mão-de-obra. Com a intensificação dos fluxos migratórios, haveria uma queda na oferta de trabalho e os salários subiriam em países carentes de capital e com excesso de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, a oferta de trabalho aumentaria e os salários

cairiam em países com maior volume de capital e escassez de mão-de--obra. Tendo como pressuposto a existência de um cenário de pleno emprego, os movimentos migratórios levariam a uma situação de equilíbrio, na qual as diferenças salariais iriam refletir apenas os custos financeiros e físicos do deslocamento geográfico. Ou seja, uma vez eliminada a diferença salarial, a migração tenderia a cessar. (SANTOS, et al., 2010).

Em contraste à teoria econômica neoclássica estudos de Todaro (1969) e de Haris Todaro (1970) apud Castiglioni (2009), consideram que os movimentos migratórios são provocados não apenas por diferenças salariais entre duas regiões, mas, também, por diferenças nas taxas de emprego. Deverá existir pelo menos uma destas diferenças para que o movimento migratório ocorra. Na abordagem de Todaro (1960) apud Castiglioni (2009) a decisão de migrar de uma área rural para uma urbana depende da percepção, por parte do migrante potencial, do lucro esperado, que é função de duas variáveis: o diferencial rural-urbano de renda real e a probabilidade de obter um emprego urbano. Em Harris e Todaro (1970) apud Castiglioni (2009) a consideração de que as transferências de população do campo para cidade continuarão ocorrer enquanto a renda real urbana esperada for superior à produtividade agrícola real. (CASTIGLIONI, 2009).

A abordagem explicativa da Teoria do capital humano se fundamenta na teoria neoclássica do investimento em capital humano, definido como aplicação de recursos em escolarização, formação profissional, cuidados médicos, migração, os quais resultam em um horizonte mais longo, na melhoria do rendimento monetário e psíquico das pessoas. O movimento migratório é considerado como investimento pessoal que será realizado se os retornos desse comportamento forem considerados satisfatórios. A análise dos custos-benefícios feita pelo migrante potencial não se limita aos fatores do momento, mas considera também os efeitos futuros, e a tomada de decisão de migrar pode resultar da avaliação positiva das perspectivas a um prazo maior, da melhoria das condições futuras das famílias, mesmo que os custos do deslocamento sejam muito elevados para o migrante. (SANTOS, et al., 2010).

O pressuposto básico da teoria proposta pelos Novos Economistas da Migração do Trabalho é que a decisão de migrar não é tomada por indivíduos isolados, mas por um conjunto maior de pessoas que estão de alguma forma ligada. O foco da análise não é mais centrado no indivíduo, mais sim no domicílio ou em outra unidade de produção ou consumo, culturalmente definida. Os custos são divididos em um arranjo contratual visando maximizar ganhos e minimizar riscos. Os domicílios controlariam os riscos de queda no padrão de vida, diversificando a alocação de seus recursos, incluindo a força de trabalho familiar. Estes

autores consideram a existência de um mercado de trabalho imperfeito e afirmam que, mesmo na ausência de diferenças salariais, as migrações continuariam a ocorrer, ao contrário do que preconizam os economistas neoclássicos, pois os domicílios, ou alguns de seus membros, poderiam se mover visando com isso, minimizar os riscos de queda no padrão de vida.

O conceito de privação relativa é outra contribuição dos novos economistas da migração. Estes teóricos questionam a ideia de que um aumento na renda tenha o mesmo efeito, independentemente do contexto socioeconômico do domicílio. Os domicílios avaliariam sua situação de privação, tendo como parâmetro certo padrão de distribuição de renda, sendo o sentimento de privação relativa uma função crescente da porcentagem de domicílios com renda superior à do domicílio. Desta forma, a migração representaria uma possibilidade de melhorar a posição relativa do domicílio, dentro do seu grupo de referência. Entretanto, ao migrar, haveria o risco de substituição do grupo de referência por um grupo do local de destino, o que levaria o domicílio a não reduzir o seu sentimento de privação relativa ou, até mesmo, aumentá-lo (STARK; TAYLOR, 1991). Analisando a relação entre o sentimento de privação relativa e a probabilidade de migrar, Stark; Taylor (1989), concluem que os domicílios tenderão a enviar seus membros para locais onde o retorno potencial do movimento migratório seja grande o suficiente para que possa alterar a posição relativa do domicílio na escala de distribuição de renda e, onde o risco de substituição do grupo de referência seja o menor possível.

O trabalho de Mincer (1978) apud Santos et al. (2010) utiliza um modelo de análise com maior foco no âmbito da família e do domicílio. Ele define os laços familiares que são relevantes para a migração, buscando explicar seus efeitos na probabilidade de migrar e nas consequentes mudanças nos ganhos dos membros familiares e na integridade da própria família. O autor parte da hipótese inicial de que os ganhos de toda a família, e não de um único indivíduo, são os elementos motivadores dos movimentos migratórios de domicílios inteiros. No caso da migração em família, os ganhos são calculados a partir da diferença entre o somatório dos retornos obtidos por todos os membros e o somatório dos custos que cada um dos membros terá com a migração. Conclui que as famílias tendem a migrar menos, pois os retornos da migração aumentam menos que os custos. O somatório dos ganhos do casal com a migração deve resultar em valor positivo, caso contrário esta não ocorrerá. Ocorrendo ou não, porém, ela sempre poderá originar “*tiedmovers*”, ou seja, a migração ocorre mesmo que para um dos dois, o cálculo particular dos ganhos seja negativo, ou “*tiedstayers*”, neste caso a migração não ocorre mesmo que para um dos dois, o cálculo particular dos ganhos seja positivo. Desta forma, a decisão de migrar se transforma em uma fonte de conflito familiar,

assim como a escolha do local de destino da migração, pois para cada um dos cônjuges, poderá haver um local onde o seu ganho individual com a migração seja maior. Entretanto, o casal se moverá para um lugar onde o ganho da família com o movimento migratório seja maximizado, o que leva à possibilidade de que um ou até mesmo os dois se tornem “*tiedspouses*”.

As Teorias do Tipo Histórico-Estruturalistas examinam as relações e funções que os diversos elementos possuem dentro de um dado sistema. Todos os elementos são interdependentes, não sendo possível analisá-los de forma isolada. Exemplo de abordagens histórico-estruturalistas sobre o tema migração são os trabalhos de Germani (1974) e Singer (1976).

Segundo Germani (1974, p. 143) apud Santos et al. (2010, p. 11) o modelo que for empregado para análise da migração “deve levar em conta não apenas fatores expulsivos e atrativos, como também as demais condições sociais, culturais e subjetivas em que tais fatores operam tanto no que diz respeito ao lugar da residência, como no que diz respeito ao lugar de destino”. O autor vê a migração como um processo de mobilização social. Há a necessidade de informação sobre o local de destino. A partir desta informação, são criadas expectativas melhores que aquelas no local de origem, o que fornece motivação para o indivíduo migrar. Ou seja, não é possível que haja migração se houver isolamento social. A análise da migração deve se dar, então, em três níveis. O primeiro nível seria o ambiental, composto pelos fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições das comunicações, de contato e acessibilidade existentes entre as áreas de origem e destino. O segundo nível, o normativo, seria composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados, que forneceriam o referencial dentro do qual os indivíduos conseguiriam perceber e avaliar as suas condições objetivas de existência. O último nível de análise seria o psicossocial, ou seja, devem ser consideradas as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos. Em uma sociedade totalmente integrada, essas atitudes e expectativas refletiriam o padrão normativo vigente no grupo social, padrão esse que estaria internalizado nos indivíduos (SANTOS et al., 2010).

Para Singer (1976, p. 217) apud Santos et al. (2010 p. 12) “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. O processo de migração está diretamente associado com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente com o processo de industrialização provocado por este. O principal motor das migrações seriam as desigualdades regionais. A

industrialização levaria à concentração das atividades econômicas, gerando desequilíbrios regionais que, por sua vez, motivariam as migrações.

O papel das redes sociais tem sido destacado por vários autores, e, também teria um forte efeito sobre a perpetuação dos movimentos migratórios. Segundo Massey et al. (1993), a existência de redes migratórias de trabalho aumenta a probabilidade do movimento internacional – o que se aplica também às migrações internas –, pois estas redes “reduzem os custos e riscos do movimento e aumentam a expectativa de retorno com a migração. As redes migratórias constituiriam uma forma de capital social que propiciaria às pessoas terem acesso ao mercado de trabalho no exterior” (MASSEY et al., 1993, p. 448). A partir do momento em que a rede de contatos entre duas regiões atinge um ponto crítico, a migração se torna um processo que se autoperpetua. O volume dos fluxos migratórios entre duas regiões não estaria, desta forma, fortemente relacionado a diferenças salariais ou de níveis de emprego, mas, sim, ao crescimento das redes sociais de migrantes. O crescimento das redes faz com que os custos e os riscos dos movimentos migratórios caiam gradativamente, até atingirem um ponto em que estes movimentos se tornam independentes dos fatores que os originaram.

A Teoria de Sistemas Migratórios ressalta o papel das redes de parentesco no processo de perpetuação dos fluxos migratórios, pois relações familiares tem um persistente impacto na migração, porquanto, políticas, regras e mesmo normas podem mudar, porém obrigações entre membros familiares são de natureza persistente. A necessidade de informações válidas e confiáveis sobre os possíveis locais de destino também reforçariam. Segundo Fawcett (1989), a importância das redes de parentesco, está relacionada com a credibilidade da informação recebida, sendo os membros familiares considerados as mais confiáveis fontes de informação. Além disso, as informações seriam mais bem absorvidas e retidas quando o vocabulário utilizado para transmiti-las são próximos do utilizado no cotidiano dos indivíduos.

A vertente teórica de Análises Institucionais ressalta que, a partir do momento em que a migração internacional começa a acontecer, surgirão várias instituições – privadas, públicas ou assistenciais – que buscarão formas de contrabalançar o desequilíbrio entre o número de imigrantes interessados em entrar em determinados países e o número de imigrantes que esses países estão dispostos a receber, podendo essas instituições atuar de forma legal ou ilegal (MASSEY et al., 1993).

Piore (1979) apud Santos et al. (2010), com sua Teoria do Mercado Dual de Trabalho, é o pioneiro neste tipo de análise do fenômeno migratório. Segundo Piore (1979), a migração internacional é algo inerente à estrutura econômica dos países desenvolvidos, e seu principal elemento motivador seria a constante demanda pelo trabalho de migrantes nesses países. Em

síntese, a migração não seria causada por fatores de expulsão nos países de origem, mas por fatores de atração nos países de destino. Os fluxos migratórios seriam estabelecidos a partir do recrutamento de mão-de-obra nos países em desenvolvimento para atender às necessidades dos empregadores dos países desenvolvidos, o que seria feito por instituições privadas ou públicas.

Guilmoto e Sandron (2001) tratam a migração como uma instituição, explicitando as formas como essa é estabelecida, os seus papéis e a forma como está organizada. Inicialmente, são apresentadas algumas proposições com respeito ao contexto histórico específico dos países em desenvolvimento. Os autores ressaltam que esses países seriam caracterizados pela existência de mercados incompletos e/ou deficientes, ou mesmo pela inexistência de mercados. Neste ambiente, onde as informações são incertas e de alto custo, os indivíduos procurariam antes se prevenirem contra riscos, do que maximizarem suas rendas. Para Guilmoto e Sandron (2001), as instituições correspondem a um conjunto de convenções, regras, normas e valores; enfim, a padrões regularizados de interação que seriam conhecidos e praticados pelos indivíduos de uma dada sociedade. O papel das instituições seria o de, dentro de contextos marcados pelas incertezas, criar condições para a regulação das transações entre os indivíduos, definindo seus tipos, as suas garantias, e fazendo com que estas se perpetuem. Como a migração, por si só, é uma atividade de risco, tem-se a necessidade de sua institucionalização, ou seja, “a sua transformação em um sistema quase autônomo, com leis e normas, permitindo que indivíduos específicos e organizações se ocupem de seus objetivos” (GUILMOTO; SANDRON, 2001, p. 144). Os autores destacam que a institucionalização não é o melhor arranjo no sentido de maximização da renda esperada, mas seria uma resposta possível dentro de um contexto específico. Cada forma institucional irá refletir a natureza das trocas, sendo as redes de trabalho as instituições de suporte preferidas.

Embora quase todos os trabalhos citados que teorizam a migração de forma geral tratem apenas das migrações externas, os conceitos e as estruturas de análises propostas podem também, na maioria dos casos, ser aplicados às migrações internas. Na impossibilidade da construção de uma única teoria sobre migração que venha de alguma forma, abarcar todos os fragmentos teóricos já produzidos. Toda análise do comportamento humano está sempre condicionada a um contexto específico, espacial e temporal, no qual esse comportamento ocorre. Desta forma, uma abordagem teórica que seja extremamente útil para se compreender a migração de uma região “A” para uma região “B”, em um tempo específico pode nada explicar – ou explicar pouca coisa – dos movimentos migratórios da região “A” para uma região “C”. Em síntese, o que se pode fazer para entender determinados movimentos

migratórios é utilizar todo o arcabouço teórico já produzido que, de certa forma, explique o que está acontecendo dentro do contexto analisado. Para isso, muitas vezes haverá a necessidade de que as estruturas de análise sejam adaptadas e que novos conceitos e tipos de abordagem sejam criados.

2.2 Fatores de análise para compreensão do movimento migratório

2.1.1 Seletividade

A caracterização dos migrantes é um fator importante para compreensão tanto dos determinantes como das consequências do fenômeno migratório. Os trabalhos de Ravenstein (1885) e Lee (1966) descritos em Moura (1980) podem ser considerados pioneiros entre os estudos sobre migração, e preocuparam-se com uma temática que é recorrente em outras abordagens: *a seletividade dos migrantes*. A preocupação em especificar quais atributos individuais – idade, sexo, educação, atividade profissional, por exemplo – são responsáveis pela seleção positiva dos indivíduos que migram constitui o principal objetivo dos trabalhos desses dois autores, e a base para trabalhos de outros autores mais atuais. Trabalhos de OLIVEIRA; JANNUZZI, 2004; JUSTO; SILVEIRA NETO, 2009; JANNUZZI, 1997, são exemplos de estudos que se baseiam nas características dos migrantes para subsidiar suas análises.

As pessoas que respondem aos fatores de seletividade apresentam certos traços comuns que as diferenciam das que não reagem. Esses traços estão ligados, sobretudo, à idade, à instrução, estado civil, às aspirações, ao sexo, à atividade econômica. O tipo de seleção é condicionado pelas causas que provocam o movimento. Os migrantes que respondem principalmente a fatores positivos predominantes na região de destino tendem a constituir uma seleção positiva. A predominância de fatores negativos existentes na região de origem tende a produzir uma seleção negativa; no caso das regiões onde os fatores expulsivos são desestimulantes para grupos inteiros da população, a migração pode perder seu caráter seletivo.

A idade é a única característica universal da migração. A propensão mais intensa a migrar, em certas etapas da vida, é importante na seleção migratória, e essa relação foi amplamente verificada com dados empíricos. Segundo a teoria da análise de custos-benefícios, a decisão de migrar será tomada se os benefícios parecerem superiores aos custos associados ao movimento. Nessa ótica, o balanço entre os custos e os benefícios favorece os

jovens. Estes se encontram na idade de entrar na vida profissional ou mudar de profissão e têm mais tempo para maximizar os benefícios de seu investimento. Os custos são menos importantes para esta faixa etária, visto que os jovens são mais susceptíveis a adaptação de novas tecnologias e funções. A avaliação dos custos *versus* benefícios explica a migração quando a idade aumenta: o peso dos custos fica cada vez mais importante, enquanto que o período para o retorno dos investimentos fica cada vez mais curto.

A composição da corrente migratória por sexo varia segundo a distância, relação já destacada nas leis de Ravenstein. Segundo as hipóteses teóricas, as mulheres predominariam na migração de curta distância, enquanto que os homens seriam majoritários nas de longa distância. As relações entre a característica sexo e a direção do fluxo migratório indicam que a seletividade por sexo está relacionada à oferta de trabalho. As mulheres predominam nas migrações das regiões rurais para urbanas. Isto por que as condições de trabalho são desfavoráveis para elas nas regiões rurais, onde acumulam as ocupações domésticas com o trabalho agrícola sem direito a um salário pessoal, ou com salários inferiores aos dos homens, enquanto que o crescimento urbano abre um leque de empregos para mão de obra feminina. Já a migração para zonas rurais apresenta predominância masculina.

Quanto à característica estado civil, o solteiro tem uma mobilidade mais intensa que os casados, por que eles têm menos responsabilidades familiares e podem facilmente afrontar situações instáveis. Quanto ao grau de instrução, as pessoas mais instruídas são mais propensas a migrar para procurar ocupações compatíveis com as suas qualificações.

A seletividade do movimento migratório é uma variável que produz modificações importantes na composição da população tanto nas regiões de origem, quanto nas de destino.

2.2.2 Determinantes

Um eixo relevante no estudo da migração diz respeito aos fatores que impulsionam os migrantes e os fluxos migratórios. Estudos têm evidenciado que o determinante principal da migração é a ordem econômica e a tradução do desejo de segurança e estabilidade. As pessoas migram, em geral, para melhorar o seu nível de vida e de seus descendentes. Todavia, outras variáveis foram levantadas além dos determinantes econômicos, tais como: desejo de se instruir, atração exercida pelas cidades, motivos políticos e religiosos. O trabalho de Lee (1980) apresenta o clássico estudo de Ravenstein sobre as Leis da Migração e a classificação do pesquisador sobre os fatores que influenciam na decisão de migrar sendo divididos em quatro epígrafes:

- a) Fatores associados a local de origem;
- b) Fatores associados a local de destino;
- c) Obstáculos intervenientes;
- d) Fatores pessoais.

Essa classificação da migração implica uma série de fatores prevalecentes nos locais de origem e de destino, uma série de obstáculos e uma série de fatores pessoais que devem ser analisados conforme a relação das variáveis pesquisadas com o fenômeno migração.

O fenômeno migratório, por sua diversidade, abrange muitas dimensões em suas motivações que podem interagir no processo de tomada de decisão. Como ressalta Emmi (2008, p. 254) em seu estudo sobre italianos na Amazônia: “O fenômeno migratório é muito complexo e não é redutível mecanicamente a causas estritamente econômicas, outras motivações como, por exemplo, os aspectos culturais tem peso significativo”.

Segundo a teoria das redes migratórias a decisão de migrar não decorre de um processo racional individual, mas sim de ações coletivas que ocorrem no seio de unidades mais amplas; redes familiares e sociais cujas ações coletivas levam em consideração não somente os motivos econômicos, também, as expectativas do grupo. (SASAKI; ASSIS, 2000). Nesse processo, as diferenças de renda não são necessariamente determinantes do processo decisório, mas sim as relações sociais, uma vez que os migrantes podem contar com o apoio e a solidariedade dos integrantes dessas redes para minimizar os riscos associados ao empreendimento migratório, sobretudo a migração que ocorre a longa distância. (MASSEY et al., 1993).

No nível macro, existe uma heterogeneidade de modelos, uma vez que as migrações representam respostas da população a processos mais amplos, envolvendo contextos desiguais. A causa principal das migrações, nesse nível, é atribuída às disparidades de oportunidades socioeconômicas entre as regiões. (CASTIGLIONI, 2009).

Oliveira e Jannuzzi (2005) investigaram os motivos para migração por padrões etários, sexo, origem/destino, nos dados da PNAD 2001, e apresentaram os seguintes resultados: No geral, o motivo mais mencionado para migração foi acompanhar a família, seguido por motivações relacionadas ao trabalho. Motivos relacionados a custo de moradia, questões de saúde ou educação são mencionados com frequência menor. Ao analisar os grupos etários e o gênero dos sujeitos, a conclusão é que mulheres declaram em maior número a migração pela necessidade de acompanhar a família, enquanto, para os homens a migração é mais motivada por trabalho. Entre crianças e adolescentes, a frequência maior foi o motivo acompanhar a

família, enquanto que entre jovens entre 15 a 24 anos, além da motivação do trabalho, o estudo figurou com uma motivação importante nessa faixa etária. Moradia é bem mais significativa como motivação daqueles com idade próxima à formação do grupo familiar e entre os migrantes idosos. Quanto a fatores relacionados à região, no Norte a migração por estudo é comparativamente mais citada por indivíduos. Possivelmente isso se deve ao fato das condições geográficas (longas distâncias) em que se localizam as escolas de Ensino Médio e as faculdades na região.

Miséria, conflitos religiosos, guerras, desemprego, crise econômica, baixa oferta de serviços de educação e saúde são apontadas como causas prevalentes da migração, como no caso do êxodo rural e da migração internacional dos países mais pobres em direção aos de desenvolvimento avançado. (CASTIGLIONI, 2009).

2.2.3 Consequências

A mudança de local de domicílio pode ter profundo impacto sobre a vida de uma pessoa. A migração pode ser uma oportunidade para um indivíduo viver em um ambiente com características sociais, econômicas, políticas e físicas muito diferentes e, na percepção do migrante, melhores do que em seu local de origem. Novas oportunidades de estudo, trabalho e lazer podem existir. Melhores condições ambientais e de moradia podem ser experimentadas. Novas relações sociais podem ser estabelecidas e realizações pessoais impossíveis de serem alcançadas no antigo local de moradia podem ser empreendidas. Em muitos casos, os migrantes conseguem obter rendas superiores às que teriam em seu local de origem e novas oportunidades educacionais e profissionais são vivenciadas.

Os ganhos com a migração são positivos em muitos casos, porém, o processo de adaptação é muitas vezes difícil e envolve um grande custo pessoal. As relações pessoais antigas foram parcialmente rompidas e as novas ainda não foram sedimentadas. O migrante recém-chegado pode ficar um longo período desempregado, vivendo em condições adversas ou mal ajustado em seu novo local de moradia. Em muitos casos as dificuldades são tão grandes ou mal avaliadas que o migrante retorna para seu local de origem ou busca um novo local de moradia em outra cidade. Mesmo com todos os problemas existentes no processo migratório, é cada vez maior o número de pessoas vivendo em locais diferentes de sua origem. Em países do terceiro mundo onde existem diferenças regionais marcantes, grandes fluxos de migrantes são criados e esses alteram de forma marcante a distribuição populacional dessas regiões com profundas consequências sociais e regionais. (CASTIGLIONI, 2009).

A mobilidade da população entre as diversas regiões tem consequências bastante marcantes nas regiões que absorvem e nas que perdem população. Os efeitos da migração no território são observáveis sobre: a demografia, cultura, economia e a urbanização.

No eixo demográfico, além do impacto quantitativo direto, aportado pela modificação do efetivo populacional, devem ser considerados os efeitos qualitativos produzidos pela seletividade do fluxo – modificações nas estruturas por sexo, idade, mão de obra, instrução, etc., e, ainda, os efeitos indiretos ocasionados pela fecundidade dos migrantes após o movimento (CASTIGLIONI, 1989). Nas regiões de forte atratividade, os efeitos positivos são importantes: a migração aporta um contingente de pessoas jovens que concorrem para rejuvenescer a população e aumentar a oferta de mão de obra. Mas as consequências da migração não são sempre benéficas para as regiões relacionadas ao movimento. Nas regiões atrativas, a migração massiva provoca problemas de desigualdades entre o crescimento urbano e a criação de empregos e de serviços de infraestrutura urbana. Nas regiões rurais e pequenas cidades, a partida do segmento jovem provoca a redução do número de pessoas em idade de procriar, a diminuição da nupcialidade e da natalidade e o aumento da proporção de pessoas idosas. Em consequência, essas regiões conhecem a redução das taxas de crescimento natural, o aumento das taxas de mortalidade e o envelhecimento da população. (CASTIGLIONI, 2009).

A composição da população atua diretamente nas características sociais e econômicas de uma região, bem como de outros fatores. Os locais com grande poder de atração de migrantes terão uma maior proporção de pessoas em idade de trabalhar buscando empregos. Esse fato pode ter um profundo impacto nas taxas de desemprego. Além disso, muitos jovens se casam e querem ter sua própria família e residência, aumentando assim, a demanda por moradias e serviços de maternidade.

Quanto ao aspecto cultural, os homens tornam-se diferentes, entre si, pelos distintos modos de convivência, de reprodução e de produção material e espiritual de seus agrupamentos humanos, criando variadas manifestações culturais, de significados múltiplos, isso influencia diretamente nas formas de sentir, pensar e agir. O migrante ao deslocar-se para outra região carrega seu modo de vida e se depara com uma realidade diferente da sua. A convivência com *modus vivendi* diferente cria novas demandas, modifica valores e cria conceitos e conflitos, que irão influenciar diretamente no território.

Rodríguez e Busso (2009) enfatizam que a migração, em especial a interurbana, tem implicação direta no uso da infraestrutura urbana, sendo um dos determinantes da segregação residencial nas metrópoles. Dessa forma, conhecer as características e as motivações da

migração e seus desdobramentos sociais representa um importante instrumento de planejamento, já que o aumento no número da população de uma região implica em aumento de demandas, e, conseqüentemente em políticas sociais mais abrangentes.

A compreensão dos efeitos da migração sobre um território implica na ampliação do entendimento de que o fenômeno que outrora se dava apenas pelo viés da economia tem expandido seus interesses para outras áreas e desenvolvido um papel importante na conformação de espaços regionais e locais, que trata-se de um fenômeno complexo em função de suas múltiplas modalidades e que vem sofrendo alteração em sua configuração, conforme demonstram estudos de Baeninger (2012, p. 25):

Procuro apontar que análise dos movimentos migratórios nos anos 2000, reforça a tendência de configuração de novos espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas onde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões em diferentes níveis; entendo que não basta apenas indicar que se trata de “novas” modalidades migratórias, “novos” rumos da migração interna, é preciso buscar incluir as dimensões espaciais em que o fenômeno migratório opera em suas diferentes escalas territoriais.

Portanto, estudar a incidência do fenômeno migratório em um território é compreender as relações existentes, as alterações e os fatores que se correlacionaram para a formação do mesmo, assim como as motivações que possibilitaram a migração populacional.

2.3 Tendências da mobilidade demográfica no Brasil

No Brasil, um dos fatores que historicamente exerceu maior influência nos fluxos migratórios é o fator econômico, uma vez que o modelo de produção capitalista cria espaços privilegiados para instalação de indústrias, forçando indivíduos a se deslocarem de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida e à procura de emprego para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

A região Sudeste do país, até o final do século XX, recebeu a maior quantidade de fluxos migratórios (principalmente o estado de São Paulo), pelo fato de oferecer, maiores oportunidades de emprego em razão do processo de industrialização desenvolvido. No entanto, nas últimas décadas, as regiões Centro-Oeste e Norte têm sido bastante atrativas para os migrantes, pois, após a década de 1970 a estagnação econômica que atingiu e ainda atinge a indústria brasileira afetou negativamente o nível de emprego nas grandes cidades do Sudeste, gerando pouca procura de mão de obra, ocasionando a retração desses fluxos

migratórios. Assim, as regiões Norte e Centro-Oeste, que já captavam alguma parcela desse movimento, tornaram-se destinos da migração interna no Brasil.

As políticas públicas para a ocupação do Centro-Oeste brasileiro foram determinantes para esse redirecionamento dos fluxos migratórios. A construção de Brasília, os investimentos em infraestrutura, novas fronteiras agrícolas, entre outros fatores, contribuíram para essa nova distribuição. O Sudeste continua captando boa parte dos migrantes brasileiros. A região recebe muito mais gente do que perde. O Centro-Oeste também recebe mais migrantes do que perde, sendo, atualmente, o principal destino dos fluxos migratórios no Brasil.

O Sul e o Norte são regiões onde o volume de entrada e saída de migrantes é mais equilibrado. A Região Nordeste tem recebido cada vez mais migrante, sendo a maioria proveniente do Sudeste (retorno), porém, continua sendo a região que mais perde população para as demais.

Analisar o fenômeno migratório atual no Brasil, implica acompanhar as especificidades que indicam tanto a complexidade advinda do processo de reestruturação urbana e econômica quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. (BAENINGER, 2012).

A dinâmica dos movimentos migratórios no Brasil historicamente é relacionada ao processo de urbanização e redistribuição espacial da população, marcados fortemente pela mobilidade populacional inseridos nas distintas etapas econômicas, políticas e sociais experimentadas pelo país ao longo de seu processo histórico. (BAENINGER, 2012, p. 79):

Ao longo dos últimos cinquenta anos do século 20, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse o fluxo mais volumoso. Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70, e até mesmo durante a década de 80, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da migração, com predominância do fluxo para o sudeste; do processo de urbanização, com enorme transferência de população do campo para cidade, quando cerca 15,6 milhões deixaram as áreas rurais nesse período e a concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

As mudanças no processo migratório nacional tiveram a partir da década de 70 o emergir de suas transformações apontando para movimentos de refluxo populacional para os estados de origem e um considerável aumento no número de trocas populacionais entre os estados, no entanto, os efeitos da desconcentração relativas às atividades econômicas iniciadas no decorrer dos anos 70 não tiveram reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais. Somente no censo demográfico de 1981-1991 é que o processo tornou-se evidente sugerindo

uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos da população. (BAENINGER, 2012).

Nos anos 80 a tendência foi à expansão dos espaços de migração que se confirmaram nos anos 90 apontando para as seguintes características, Baeninger (2012, p. 81):

- a) Os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam as fronteiras agrícolas;
- b) Mantiveram-se como área de absorção de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- c) Houve a recuperação migratória no âmbito intrarregional de espaços “perdedores” no âmbito nacional, especialmente os Estados nordestinos.
- d) Houve o surgimento e consolidação de polos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intrarregional, com maior parte dos Estados tornando-se “ganhadores” de população – mesmos que esses ganhos estejam circunscritos a contextos específicos.

Os estudos de Cunha e Baeninger (2000) demonstram que os movimentos migratórios no Brasil, a partir dos anos 80, trouxeram novas características, sobretudo, uma grande diversificação de modalidades. Segundo esses autores, pode-se pensar que tais mudanças dizem respeito muito menos ao surgimento de novos processos migratórios e mais ao incremento da complexidade das relações existentes entre a migração e o desenvolvimento social e regional, frente às enormes transformações observadas no Brasil, no que se refere aos seus processos produtivos e sua repercussão no mercado de trabalho, à ação do Estado etc.

Ao considerar os diversos fatores que modificaram através do tempo a dinâmica migratória no Brasil, estudos demonstram que em apenas três décadas o país experimentou mudanças em suas modalidades de migração que, mesmo delineando boa parte das tendências históricas, contribuíram para o surgimento de novas direções e sentidos e até mesmo intensificação (ou arrefecimento) de certas modalidades. São exemplos dessas transformações o aumento da intensidade da migração intrarregional e intraestadual; a alternância de situações no que se refere às áreas de atração e expulsão demográfica no país; e a redução do processo de ocupação das fronteiras; a intensificação – ao menos nos anos 90 – da migração de retorno, assim como a alteração do padrão tradicional da migração de tipo rural-urbana. (BAENINGER, 2011).

Ao mesmo tempo em que tais tendências refletem novos processos em curso, como, por exemplo, a reestruturação produtiva nos grandes centros urbanos, a opção por um modelo exportador que muda a forma de ocupação das antigas (e novas) áreas de fronteira etc., elas também sugerem um aumento da complexidade das estratégias dos migrantes para enfrentarem as novas contingências, o que implica a necessidade de se pensar e dar conteúdo

a novas categorias analíticas como a da “circularidade”, ou repensar o papel de antigas como as redes sociais, a migração de retorno etc., ou seja, outras dimensões daquelas já estudadas e que formam as teorias clássicas devem ser incorporadas ao fenômeno, conforme estudos de Baeninger (2011, p. 39):

A complexidade do fenômeno requer que se considere muito mais que fluxos de imigração, emigração e suas trocas migratórias; é preciso que sejam incorporadas dimensões – dentre outras, a reversibilidade da migração, quer sejam como áreas de retenção de população, de perda migratória ou ainda, e talvez a maior novidade do século 21, de rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros.

A migração como responsável por modificar território e reorganizar populações tem uma origem histórica no país e se configurou dessa forma ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX (BAENINGER, 2011). Todas as regiões têm em suas histórias as marcas de um povo migrante, que faziam da migração estratégia de sobrevivência adotada na tentativa de obter melhores condições de vida.

2.4 A migração no Pará

A história da migração no Pará se entrelaça com a história de diferentes grupos sociais que ao longo de séculos, com objetivos e em contextos distintos buscaram na Amazônia seu lugar de moradia. O processo de migração que teve início com a colonização da Amazônia no século XVI, a princípio conduzido por colonizadores portugueses e espanhóis, e posteriormente por ingleses e franceses tornou possível à expansão da economia mercantil baseada na exploração de recursos naturais como as “drogas do sertão” e a ocupação do território. As políticas adotadas pelo governo colonial para potencializar a exploração de recursos naturais visando atender às demandas do mercado e as necessidades de consumo das metrópoles coloniais. Entre essas políticas está a Lei do Diretório dos Índios de 1758 que causou uma migração interna entre a população indígena fazendo com que deixassem as margens dos rios e se deslocassem para regiões mais isoladas.

Com a proibição do uso da força do trabalho indígena como trabalho escravo, houve a entrada do povo da África, da Europa, da Ásia e de imigrantes da região Nordeste (principalmente maranhenses e cearenses). (ALENCAR, 2010).

As políticas de colonização para povoamento e exploração das riquezas naturais tinham como objetivo o movimento da economia e a ocupação do território. Houve uma intensificação no movimento migratório, no final do século XIX e início do XX, por causa do

apogeu da borracha como matéria prima de exportação, como demonstra Shmink (2012, p. 85):

Ao final do século XIX, várias centenas de milhares de migrantes do Nordeste brasileiro tinham se aventurado em remotas regiões da bacia amazônica, como resposta aos incentivos dos seringalistas. O recrutamento de migrantes do Nordeste para Amazônia foi facilitado pela coincidência de dois fatores econômicos. O primeiro foi o crescente preço da borracha; o segundo, a devastadora seca que se abateu sobre o Nordeste entre 1877 e 1900. A seca pôs fim ao auge do algodão que sustentara a colônia desde a década de 1820, deixando milhares de pessoas sem ter meio de vida. Com poucas opções e inspirados pelos rumores da fabulosa riqueza a se extrair da floresta, nordestinos foram facilmente convencidos a migrar rumo ao oeste.

O destino dos migrantes eram as áreas rurais onde se concentravam os seringais, local das atividades de extração da borracha. Com um contingente de mão de obra voltado para atividades de extração da borracha, a província começou a ter problemas com produção agrícola, então o governo da Província do Pará nas primeiras décadas do século XX estimulou e subsidiou a vinda de imigrantes de países do sul da Europa, com o objetivo de implantar colônias agrícolas para resolver o problema da falta de alimentos agrícolas. Esse contingente de migrantes (origem italiana e espanhola) deveriam ocupar colônias na região de Bragança, Benevides, Santarém, Monte Alegre e Alenquer. Em 1929 o Pará recebeu outro grupo de imigrantes – os japoneses, que, através da cessão pelo governo da Província de terras na região de Tomé Açu, vieram para trabalhar na agricultura. Além de imigrantes para colônias agrícolas outros migrantes de família italiana se estabeleceram na área urbana onde passaram a desenvolver atividades como artesanato e alfaiataria e montaram pequenos comércios. Ao longo dos séculos XIX e XX imigrantes de outras nacionalidades também se estabeleceram no Pará como os sírios, libaneses, judeus de diversas nacionalidades, e, se dedicavam às atividades mercantis, principalmente ao comércio do aviamento. (ALENCAR, 2010).

Com o declínio da economia da borracha no início do século XX houve uma mudança na configuração da dinâmica populacional, pois muitos imigrantes começaram a abandonar os seringais e ocupar áreas urbanas.

Na década de 1940, quando ocorreu a Segunda Guerra Mundial, houve novamente incentivos para migração para o Pará principalmente de trabalhadores oriundos dos Estados do Maranhão e Ceará para áreas de extrativismo da borracha. Na década de 60, o vazio demográfico, as riquezas naturais da Amazônia a colocava na mira de uma ocupação estrangeira. Novamente, o governo elaborou diversos planos para a “integração” da Amazônia a economia nacional e ocupação do território por migrantes advindos de áreas rurais do Sul do

país e do Nordeste. A característica que marcou a década de 70 no contexto de migração no Pará foi à formação de núcleos urbanos com o destaque para nordestinos e sulistas que migraram em busca de novas oportunidades e ao encontrarem um cenário diferente do divulgado pela propaganda do governo se deslocaram formando cidades como Itaituba e Rurópolis. (ALENCAR, 2010).

Nos anos 80 do século XX, a descoberta de minas de ouro na região do vale do Tapajós, município de Itaituba, e na região de Serra Pelada, município de Marabá, além de grandes projetos de agroindústria, de construção de hidroelétricas, e a expansão da atividade pecuária, geraram novas ondas de migração dentro do Estado do Pará. Esta migração se caracterizou por ocorrerem diferentes direções, e por ser uma migração entre regiões e cidades do próprio estado, mas também por atrair migrantes dos estados do nordeste e sudeste para explorar a atividade mineral (garimpo de ouro). Mais recentemente, com a expansão da fronteira agrícola centrada na monocultura da soja e do arroz, houve nova onda migratória formada por antigos colonos do sul do Brasil.

Atraídos por um pedaço de terra, por condições de vida mais dignas milhares de pessoas migraram para Amazônia e alguns destes foram vítimas do abandono, da ausência de órgãos e instituições reguladoras do Estado e estão na luta com suas vidas marcadas por um processo de colonização que tirava o direito a uma identidade para se adequar à nova realidade.

As ações do governo do Estado do Pará para atração de mão de obra com a finalidade do trabalho na extração da borracha e na agricultura contribuíram para ocupação do espaço marajoara e se entrelaça com a história da população desse território. A formação econômica baseada em atividades extrativistas e na agricultura para subsistência, comportamento da população do “Marajó de florestas”, eram fatores de deslocamento para lugares onde houvesse maior abundancia de produtos para exploração. Barbosa, (2012, p. 14),

A economia marajoara dependia da exploração de vários produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca. A agricultura era desenvolvida como atividade exclusiva para o consumo da população local. A dependência em relação às atividades extrativistas determinou o padrão de localização da população da ilha, de tal forma que a maioria da população se distribuiu por pequenos povoados, localizados geralmente nas confluências dos rios e igarapés.

O deslocamento interno ao território pela população era baseado na sobrevivência, Schaan, (2011, p. 23):

Migrações temporárias e entre curtas distâncias podem ter ocorrido na ilha de Marajó em função da variação da disponibilidade de peixes entre as estações de inverno (cheia) e verão (seca). Quando as águas baixavam rapidamente no final do inverno, a quantidade de peixes presos em lagos e igarapés nos campos outrora alagados atraíam populações que viviam a mais de 100 km de distância, que lá se estabeleciam por alguns meses aproveitando-se da fartura de alimentos.

Esse comportamento de deslocar-se da população marajoara juntamente com as ações do governo para povoar e oferecer trabalho nas colônias agrícolas (para os migrantes de vários lugares do país) foram fatores responsáveis para formação de vários povoados no Marajó (alguns posteriormente emanciparam-se ganhando status de município).

3 UMA ESTRATÉGIA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À POBREZA NO BRASIL - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

3.1 A política de proteção social no Brasil

A Constituição Federal de 1988 impulsionou uma significativa reorganização da agenda social brasileira posicionando o cidadão no centro do processo como sujeito de direitos. Nesse contexto, a assistência social passa a integrar a seguridade social do país junto com a saúde e a previdência social, dando à assistência social um caráter de política de proteção social articulada a outras políticas.

O percurso histórico da política de proteção social no Brasil acompanha a formação do povo brasileiro no sentido de que é marcado pelas desigualdades de renda e de oportunidades. Desde o Brasil colonial, a assistência aos pobres foi marcada por um caráter filantrópico sob a liderança da igreja e dos chamados “homens bons”, e tinha por atividade principal o recolhimento (de donativos) e a distribuição de esmolas. A assistência encontrava-se associada à tutela e ao controle de grupos assistidos, inicialmente sob uma perspectiva voltada para questões de higiene e saúde da população, confundindo-se com assistência médica. (BRASIL, 2010).

A partir da segunda metade do século XIX, como resposta ao fim da escravidão e ao início do processo de industrialização, a assistência passou a fomentar a disciplina e a preparação para o trabalho.

No início do século XX, como resposta ao fortalecimento das lutas sociais e trabalhistas, o Estado foi obrigado a ampliar sua ação na área social, inicialmente nas relações de trabalho, ou seja, o sistema de proteção social implantado era voltado para os seguimentos formais da economia e se caracterizava por oferecer uma cobertura restrita que atendia a uma parcela reduzida da população, excluindo de fato os mais pobres por estes terem vínculos instáveis e precários com o mercado de trabalho. (LAVINAS, 2005).

A revolução de 1930 conduziu a questão social para o centro da agenda pública. Datam dessa época: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a publicação e consolidação das leis de trabalho e a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), iniciando assim um sistema público de base social contributiva, ou seja, aqueles que não estavam inseridos ao mercado de trabalho formal não teriam acesso à política social e continuavam sendo atendidos pelo amparo social, visto como pobres, carentes, incapazes para o trabalho.

Alguns elementos foram importantes para a criação e consolidação de uma política social que atendesse aos pobres: em 1938 houve a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Em 1942, foi fundada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) – com o principal objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados mobilizados para a Segunda Guerra Mundial, depois passou a atuar em outras áreas que diziam respeito à assistência social. Como herança desse período se consolidou o “primeiro damismo”, em que a assistência aos pobres era delegada às primeiras damas e não era vista como responsabilidade estatal, reiterando a caridade, a relação de ajuda, o clientelismo e o personalismo, marcas registradas da assistência social brasileira por um longo período (BRASIL, 2010).

Em 1974, devido à piora das condições sociais e ao crescimento da pobreza pela estagnação econômica e à crise do petróleo enfrentadas naquela década, o Governo Federal criou paralelamente às outras instituições já existentes, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A estrutura desse Ministério contava com uma Secretaria de Assistência Social, a qual foi destinada a missão de formular, em caráter consultivo, a política de combate à pobreza. No entanto, foi a Constituição Federal de 1988 que inscreveu a Assistência Social como política pública no âmbito da seguridade social, proporcionando proteção à população brasileira por meio de uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida, tornando-a como política de proteção social articulada a outras políticas sociais destinadas à promoção da cidadania, afirmando-se como direito reclamável pelos cidadãos.

O arcabouço criado a partir da Constituição Federal de 1988, associado ao grave e insustentável quadro social enfrentado nas décadas de 1980 e 1990, estabelece as condições concretas para que o Estado brasileiro reoriente suas ações por meio de um conjunto de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza e da violação de direitos, atribuindo aos poderes legislativo, executivo e judiciário a compreensão de que, para proteger o cidadão, é preciso percorrer dois caminhos ao mesmo tempo: *o caminho chamado contributivo* – que está relacionado com a proteção social para as pessoas que pagam a previdência social. *O caminho conhecido como não contributivo* – não está relacionado ao trabalho com carteira assinada ou à contribuição à previdência social, com a garantia de serviços e direitos sociais, independentemente da vinculação social ou ao mercado de trabalho. Essas ações são financiadas a partir da redistribuição da riqueza produzida pela sociedade. Por este caminho todos tem assegurada a garantia da proteção social, com ênfase especial para os idosos, crianças, adolescentes, deficientes, pessoas que não podem trabalhar ou que têm dificuldade

de ingressar no mercado de trabalho. Dentre os direitos não contributivos estão: saúde, educação, cultura, desporto, garantia de renda e outros.

A década de 1990 foi marcada pelos movimentos sociais que lutavam pela efetivação dos direitos impressos na Constituição e, somente após essa década, a pobreza como um problema social a ser enfrentado pela sociedade e pelo Estado, em particular, ganha espaço como tema de debate pelos governos e ações voltadas especificamente para a redução das desigualdades sociais passaram a ser implementadas. Como exemplo, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) aprovada em 07 de dezembro de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição, definindo claramente os objetivos e as diretrizes da assistência social, a forma de organização, a gestão das ações sócio assistenciais reforçando a assistência social como sistema descentralizado com participação popular e financiado pelo poder público conforme prescreve a Constituição Federal, garantindo uma nova perspectiva aos programas e projetos prestados pelas entidades de assistência social, que desde então devem ser encaminhadas pela lógica do direito e não segundo a lógica do dever moral (BRASIL, 2010).

A LOAS instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como órgão máximo da política de assistência social no Brasil. Além disso, delegou-lhe a competência de convocar a Conferência Nacional de Assistência Social, como instância privilegiada de participação popular e controle social da Política Nacional de Assistência Social. Ao mesmo tempo, delegou aos Estados, Distrito Federal e municípios a responsabilidade de instituir seus respectivos conselhos. Outro grande avanço instituído pela LOAS foi a estrutura de financiamento da assistência social, que tem por base o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os Fundos de Assistência Social dos Estados e municípios. A responsabilidade pela gestão da política de assistência social na respectiva esfera federativa, submetida ao controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social. (ÁVILA, 2013).

A partir das discussões sobre o tema, a grande questão é sobre qual ou quais programas deveriam ser implementados para reduzir de maneira mais rápida e eficaz a pobreza. A pobreza se apresenta de diversas formas e combatê-la implica executar ações com visão de curto, médio e longo prazo para que ela deixe de ser ligada à estrutura da sociedade e pare de se reproduzir a cada geração. Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o programa Comunidade Solidária pelo Decreto 1.366 de 12/01/1995, como uma nova estratégia de combate à pobreza e exclusão social. No entanto, não se tratava de um programa com caráter executivo, mas de uma nova estratégia de gerenciamento dos programas sociais, cuja intervenção pautava-se em quatro princípios básicos: parceria, solidariedade,

descentralização e integração/convergência das ações. Em 1999, o Ministério da Saúde aprovou através da portaria 710, de 10/06/1999, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e adotou a medida provisória 2.206 de 10 de agosto de 2001, que criou o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde (Bolsa Alimentação), o qual passou a estabelecer competências específicas de alimentação e nutrição no setor da saúde (VASCONCELOS, 2005). Outros programas importantes para consolidação da política social que foram criados nesse período foram: Bolsa Escola (1998) acoplados a este o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) Agente Jovem (2002), Auxílio Gás (2002). (DAIBRE, 2003).

A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) constituiu mais um passo na consolidação da assistência social como direito. Na IV Conferência Nacional de Assistência Social, no ano 2003, deliberou-se pela implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que inova em muitos aspectos: estrutura da assistência social em nível de proteção social com perspectiva sócio territorial; base de referência na família (proteção social primária); execução nos territórios tendo como parâmetro as demandas, necessidades e potencialidades locais; localização de uma rede de serviços a partir de áreas de maior vulnerabilidade e foco nas necessidades sociais.

O cenário de luta por garantia de direitos sociais apontava para o enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais, como grande desafio da sociedade brasileira que, para superá-lo, precisava de políticas e programas que garantissem os direitos sociais e o pleno exercício da cidadania. Nesse contexto surge o PBF.

3.2 O Programa Bolsa Família: natureza, peculiaridades e resultados gerais

Os programas sociais criado na década de 90 visavam garantir à população mais vulnerável o acesso às políticas públicas, com o objetivo de diminuir as desigualdades e quebrar o ciclo de perpetuação da pobreza. Em 09 de janeiro de 2004 pela Lei nº 10.836 foi instituído o PBF, com a finalidade de unificar os diversos programas que já existiam (como: Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação) e que não estavam conseguindo responder satisfatoriamente aos objetivos propostos de concessão de benefícios às famílias pobres do Brasil.

Definido como, “um programa de transferência diretamente às famílias pobres e extremamente pobres, que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de

compromissos (condicionalidades) nas áreas de Educação e Saúde” (BRASIL; MDS, 2006, p. 13), o PBF tem o objetivo de erradicar a pobreza e promover a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.

Assim, apesar de seu objetivo central ser o combate à pobreza e à fome, o PBF é uma política complexa, que integra a distribuição de renda com o estímulo ao acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social – através da exigência do cumprimento das condicionalidades –, promovendo, assim, a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público. Com isso, a política pretende combater a pobreza em duas frentes: combinando objetivos de curto prazo, mediante a distribuição de renda às famílias situadas abaixo e na linha da pobreza, com objetivos de longo prazo, através do investimento na aquisição de capital social e humano das crianças e adolescentes, atuando, assim, na pobreza intergeracional, ou seja, esse movimento pretende atuar por diversos meios em suas diferentes etapas atacando a pobreza de hoje e a de amanhã (ÁVILA, 2013).

Para alcançar seus objetivos, o PBF se pauta na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- a) Promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda às famílias;
- b) Reforço ao exercício de direitos sociais básicos na área da saúde, educação e assistência social, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; e
- c) Articulação de oportunidades para o desenvolvimento das famílias, por meio de ações que promovam a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza pelos beneficiários do PBF. São exemplos dessas ações: programas de qualificação profissional, de geração de trabalho e renda, de melhoria das condições de moradia, de alfabetização de adultos, de educação de jovens e adultos, além da tarifa social de energia elétrica, de fornecimento de registro civil e demais documentos e da isenção de taxas em concursos públicos federais. (MDS, 2010, p. 108).

As condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do PBF, quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Se por um lado as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício, por outro lado, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência.

Segundo Weissheimer (2006, p. 15) “o cumprimento das condicionalidades pelos beneficiários fará com que essas famílias ascendam do grupo de pobreza do qual fazem parte”. As condicionalidades exigidas pelo PBF são: a realização de exames pré-natal (para as

gestantes); o acompanhamento médico periódico para atualização de vacinas e manutenção de peso e altura adequados (para crianças de 0 a 6 anos) e matrícula regular e frequência de, no mínimo 85% das aulas no ensino fundamental (para as crianças de 7 a 15 anos), e, para os jovens, no mínimo 75% das aulas do curso em que estão matriculados (ensino fundamental ou médio).

Tavares et al. (2009, p. 27) avaliam as condicionalidades como elementos que proporcionam aos beneficiários condições de mudança de vida:

O estabelecimento de condicionalidades faz com que o programa se constitua numa política de longo prazo, que visa proporcionar aos beneficiários as condições para a geração autônoma de renda no futuro, por meio do investimento em capital humano. Assim, além de buscar aliviar a pobreza no curto prazo por meio da transferência direta de renda, a política procura alterar estruturalmente a situação socioeconômica.

A contribuição do PBF para a diminuição da pobreza e para a ampliação dos cuidados com a saúde e com a educação vem sendo muito estudada ao longo de seus 11 anos de implementação e esses estudos (PIRES; LONGO, 2008; PEREIRA, 2011; MOCELIN, 2011) apontam para a diminuição da extrema pobreza e para o aumento do poder de compra do beneficiário já que, como é transferência direta de renda os beneficiários podem se comportar como agentes econômicos no mercado de modo que o benefício não alcança só a família beneficiária, sim todo um contexto das redes de relações, por meio das quais ele (beneficiário), pode paulatinamente mitigar os efeitos de sua condição de pobreza.

O PBF possui os seguintes tipos de benefícios, expostos no quadro 1:

Quadro 1- Benefícios, valores e público alvo do Programa Bolsa Família

Benefício	Valor	Público Alvo
Benefício Básico (BB)	R\$ 85,00	Famílias consideradas extremamente pobres, cada família poderá receber apenas um benefício básico.
Benefício Variável (BV)	R\$ 39,00	É pago a famílias pobres ou em extrema pobreza que tenham em sua composição, crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos, gestantes ou nutrizes. Cada família poderá receber até 05 benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 195,00 reais.
Benefício Variável Jovem (BVJ)	R\$ 46,00	Pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 a 17 anos frequentando a escola. Cada família poderá receber até 02 BVJs, ou seja, até R\$ 92,00. OBS: uma adolescente que receba o Benefício Variável vinculado ao adolescente (BVJ) poderá também receber o Benefício Variável Gestante, ou seja, R\$ 39,00 + R\$ 46,00
Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE)	Valor do Benefício calculado caso a caso	Pago a famílias em que a migração para o Bolsa Família dos programas remanescentes (auxílio-gás, bolsa escola, bolsa alimentação e cartão alimentação) tenham causado perdas financeiras.
Benefício de Superação de Extrema pobreza na primeira infância	Seu valor não é fixo e sim variável, uma vez que tem caráter de complemento da renda já recebida pelo benefício básico e corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar atual supere R\$ 85,00.	Pago às famílias que já fazem parte do Programa mas, que ainda permaneçam em situação de extrema pobreza e que tenham em sua composição familiar crianças de 0 a 6 anos, para completar os valores do PBF para as famílias cuja renda mensal ainda seja inferior R\$ 85,00 por integrante da unidade familiar.

Fonte: SAGI/MDS (2016).

Para receber a concessão do benefício o chefe da família tem que demonstrar através da renda familiar situação econômica vulnerável, evidenciando sua situação de pobreza. A pobreza e a assistência aos pobres sempre exigiram o estabelecimento de critérios que definam quem é pobre, conseqüentemente, quem é merecedor de ajuda e direito à assistência social. Assim, classificam-se os pobres pelo mérito ou “valor da necessidade” (SPOSATI, 2008, p. 7), fato que exige uma separação entre aqueles que “merecem” receber e os que não precisam ou não devem receber algum tipo de ajuda, e isso equivale, também, ao acesso a outros tipos de direitos, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) concedido a deficientes (baixa renda) e a idosos que não tenham contribuído diretamente com a Previdência Social e que não teriam como se manter em sua velhice.

Como o PBF se caracteriza como uma política focalizada, não está acessível a todos os brasileiros, foram definidos critérios de elegibilidade, baseados, exclusivamente, na renda familiar *per capita* mensal. Define-se a renda familiar mensal como “a soma dos rendimentos

brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se dos cálculos os rendimentos concedidos por programas de transferência de renda” (MDS, 2005, p. 13). Sendo assim, o PBF está destinado às pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), e nele classificadas, como pobres ou extremamente pobres. Pela regulamentação do CadÚnico (Decreto no 6.135/2007), entende-se como de ‘baixa renda’ as famílias com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou a família que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

O CadÚnico é um sistema de cadastramento constituído base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos que reúnem informações sobre a família (cadastrada) e seus membros. O CadÚnico permite que os governos – federal, estaduais e municipais – conheçam as reais condições de vida dos brasileiros em situação de pobreza e obtenham o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas.

A concessão do benefício financeiro é atribuição exclusiva do MDS, sendo operacionalizada pela Caixa Econômica Federal e tendo como base dois critérios: a estimativa de pobreza do município e as informações contidas no Cadastro Único. É feita de forma objetiva e impessoal, de acordo com o plano de expansão e disponibilidade orçamentária da política (MDS, 2005). Apesar de ser um programa criado pelo governo federal, a gestão do PBF é descentralizada, isto é, compartilhada entre o governo federal e os governos estaduais e municipais. A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), vinculada ao MDS é instituição responsável pelo Programa e pelas demais iniciativas de transferência de renda. O governo federal envia fundos aos governos municipais que devem na prática, fazer a política funcionar, por intermédio das instituições assistenciais. Ao assinar o Termo de Adesão, o município se compromete a cadastrar os possíveis beneficiários, executar e fiscalizar a política. Além disso, é competência da gestão municipal colocar em prática formas de controle e de participação social, estabelecendo o Conselho do Programa Bolsa Família ou Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Em 2005, o Governo Federal percebeu a necessidade de atualização das informações cadastrais que até então não vinha sendo realizada. Os municípios relatavam que não havia orçamento em seus planejamentos para custear a realização da atualização cadastral, já que precisavam contratar pessoas, comprar equipamentos e custear o deslocamento das equipes para áreas de difícil acesso. Por isso foi criado o IGD-M, que segundo a definição do MDS (2014, p. 15):

O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) é um instrumento de promoção e fortalecimento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF). Corresponde a uma forma de aferir a cobertura cadastral, bem como a qualidade da gestão do Cadastro Único para programas sociais do governo federal (Cadastro Único) e a qualidade e integridade das informações sobre o acompanhamento das condicionalidades das áreas de educação e de saúde.

Os municípios passaram a receber diretamente no fundo destinado Assistência Social valores referentes à qualidade da gestão pública municipal do PBF que é medida pelo cálculo de quatro fatores: fator 1- operação média aritmética das taxas: Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE), Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastros (TCQC), Taxa de Atualização Cadastral (TAC). Fator 2 – adesão SUAS). Fator 3 – Comprovação de gastos pelo Fundo Municipal Assistência Social. Fator 4 – aprovação da comprovação de gastos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (BRASIL; MDS, 2014).

Nos municípios, é a instituição de assistência social, geralmente a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou algo similar, o órgão responsável pela gestão do programa Bolsa Família, e cabe ao gestor municipal um papel fundamental de controle, estabelecimento das diretrizes do programa e gestão dos benefícios. O gestor municipal tem poder de decisão sobre onde e como será o cadastramento; de inclusão e exclusão no Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON); de interrupção temporária ou permanente do benefício, além de ter acesso às informações do Cadastro Único das famílias beneficiadas. A alteração cadastral é uma das principais ações do município no processo de gestão dos benefícios, que consiste em bloqueio, desbloqueio cancelamento, reversão do cancelamento e suspensão dos benefícios.

Como é de competência dos governos municipais, a execução e fiscalização do PBF , a implementação do Programa ocorrerá de uma forma específica, de acordo com a estrutura da assistência social que cada município possui. O resultado dessa gestão descentralizada é que os processos relacionados com o funcionamento do PBF diferem de cidade para cidade.

Em termos de cobertura, o atendimento do PBF é inferior apenas à educação pública, ao Sistema Único de Saúde e à Previdência Social. Ao analisar os dados e o período de implementação do programa, impossível não notar a expansão gradual do orçamento e do público alvo, além de modificações nos valores pagos e acréscimo de novas metas. Estimado, em 2003, em 11.206.212 o número de pobres e extremamente pobres em todo o Brasil, o Bolsa Família, já no ano de sua criação, atendeu a 3,6 milhões de famílias, com um orçamento de R\$ 4,3 bilhões. Com uma meta inicial de 11,2 milhões de famílias, em 2004, o PBF já estava presente em 5.533 municípios (com 99,5% de cobertura), chegando a 6.571.842

famílias e tendo o orçamento ampliado para R\$ 5,3 bilhões. Em 2005, atingiu 100% dos municípios brasileiros, chegando a 8 milhões de famílias e com um orçamento de R\$ 6,5 bilhões. No final de 2006, a meta inicial é atingida – são 11.120.363 famílias atendidas –, fato que exigiu a ampliação do orçamento para R\$ 8,3 bilhões e o estabelecimento de novas metas (ÁVILA, 2013).

A tabela 4 apresenta a série histórica do quantitativo de famílias e valor empregado pelo PBF no Estado do Pará e no município de Bagre de 2009 a 2015, e demonstra que seguindo a tendência do país o número de beneficiários e de valor empregado só aumentou.

Tabela 4- Famílias atendidas e valor total empregado no PBF, no Estado do Pará e município de Bagre – 2009 a 2015

Estado/Município	Ano	Número de Famílias	Valor Empregado
Pará	2009	635.204	714.241.108,00
	2010	680.804	860.577.255,00
	2011	772.311	1.065.765.009,00
	2012	813.367	1.374.529.852,00
	2013	860.572	1.658.481.264,00
	2014	887.426	1.896.916.071,00
	2015	890.127	1.957.280.555,00
Bagre	2009	1.997	2.135.839,00
	2010	2.095	3.029.284,00
	2011	2.349	3.845.812,00
	2012	2.779	6.303.790,00
	2013	2.927	9.350.094,00
	2014	2.954	10.057.354,00
	2015	2.864	10.284.724,00

Fonte: FAPESPA (2015a).

O maior investimento em transferência de renda e o aumento do número de famílias beneficiadas mais pobre tendo acesso ao benefício, principalmente nas regiões mais vulneráveis, confirmam que os programas de transferência de renda constituíram-se no Brasil como alternativa para o combate à miséria tanto imediata, quanto intergeracional. (BRASIL; MDS, 2006)

3.3 Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e desigualdade

Os resultados da implementação do programa tem sido amplamente estudados, como objetivo desses estudos destacam-se os que têm por finalidade: o cumprimento de seus objetivos e condicionalidades; aferição de irregularidades; o uso eleitoral por parte do governo federal e dos governos municipais e estaduais; a aplicação pelo beneficiário do valor monetário recebido; a relação entre escolaridade, saúde e benefícios do programa; a existência de possíveis estímulos e/ou perversidades gerados pela transferência de renda a família pobres – o efeito preguiça e a geração de acomodados e a conseqüente desestímulo ao trabalho – e, principalmente, sua eficácia na redução da pobreza e da desigualdade. As avaliações dos resultados dos seus propósitos são objetivos de diversos estudos.

Estudos de Soares et al. (2010) mostram que houve uma redução no número de pobres de 26% para 14% da população brasileira, e que o dinheiro vindo do PBF responde por aproximadamente 16% dessa queda. Já a taxa de extrema pobreza caiu de 10% para 5% sendo que 1/3 dessa queda é derivado da renda transferida pelo PBF.

Já estudo de Ávila (2013) demonstra que o PBF conseguiu se consolidar como política pública principalmente como uma política popular e que os beneficiários (as) têm uma avaliação positiva e um sentimento de gratidão por estarem recebendo uma “ajuda”.

Para Silveira Neto & Azzoni (2013), como política pública o PBF (juntamente com a aposentadoria), é, na contemporaneidade, das mais bem sucedidas formas de transferência de renda para a população mais baixa na escala do lugar, principalmente no espaço rural.

Estudo de Barros (2007) defende que a redução da desigualdade de renda promove a redução da pobreza, o que faz com que o PBF seja considerado como caminho para solução de dois problemas brasileiros: ao agir diretamente sobre a desigualdade e a atuação de forma indireta sobre a pobreza.

Pereira (2012, p. 456) avalia a influência do Programa na dinâmica migratória no Estado da Bahia e a importância do mesmo na economia das pequenas e médias cidades, concluindo:

Ao se verificar a relação entre os programas e o PIB municipais, percebe-se que enquanto o PIB baiano cresceu uma taxa de 4,2% ao ano, os programas de transferência de renda cresceram uma taxa de 8,6% ao ano. A relação entre a transferência e o PIB é mais significativa para os pequenos e médios municípios sendo que o PBF é mais importante nos pequenos municípios e BPC nos de porte médio.

Considerando o impacto dos valores recebidos pelos beneficiários e o aumento do poder de compra que isso gera, principalmente nas áreas mais vulneráveis em decorrência do menor custo de vida nesses locais, é que o PBF estaria influenciando no status migratório dessas famílias.

Já para Delgado (2006), há questionamentos sobre a eficiência do PBF na distribuição de renda do país. Segundo o autor, apesar de necessário, o programa promove apenas o crescimento do consumo popular nas classes mais pobres, sem surtir efeito sobre a mobilidade social nesse estrato.

Marinho et al. (2011) analisou os índices que mensuram o nível de pobreza nos estados brasileiros ao longo do tempo e concluiu que investigar a influência de fatores influenciadores sobre a situação de pobreza de uma região é algo mais complexo, no entanto, os programas de transferência de renda não afetaram ou contribuíram para queda dos índices de pobreza dos estados brasileiros.

Contrapondo-se a Marinho et al. (2011) estudos de Silveira Neto e Azzonni (2007) demonstram que o PBF contribuiu para amenizar as desigualdades de renda em municípios mais pobres no interior do Nordeste.

Carvalho Junior (2006) sugere que a transferência de renda pode desmotivar os beneficiários na procura de emprego ou de qualificação profissional e os colocar em um lugar de dependentes, caracterizando o comodismo das famílias beneficiárias em se manter em uma situação de pobreza para continuar a receber os benefícios sociais. Schwartzman (2005-2006) sugere que o pequeno volume dos recursos transferidos para cada família e a má gestão dos programas seriam também responsável pela baixa redução da pobreza. Lavinias e Varsano (1997) concluem que se não forem instituídas políticas complementares de educação e geração autônoma de renda, a probabilidade de uma família contemplada por esses programas retornar à condição de pobreza com seu término é muito alta.

Em contraposição a muitos desses argumentos, alguns artigos usando dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNADs) do IBGE mostram que os programas de transferência de renda alcançaram seus objetivos de reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil. Dentre eles, pode-se citar os trabalhos de Rocha (2005) apud Oliveira et al. (2007) Januzzi; Pinto (2013), Soares et al. (2010), Oliveira e Soares (2013) que apresentam os impactos do programa na vida população. As principais conclusões são:

No que diz respeito à educação, a conclusão revelada é que crianças beneficiárias do PBF apresentaram progressão escolar maior que crianças de mesmo perfil socioeconômico que não são beneficiárias. No Nordeste, o programa teria proporcionado um aumento

significativo na frequência escolar das crianças beneficiárias, o que pode também ter contribuído para alguma redução do trabalho infantil (JANUZZI; PINTO, 2013). Estudo de pesquisadores do IPEA também identificou um efeito mitigador do PBF na repetência escolar no país. A partir dos dados individualizados dos estudantes do EducaCenso, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do CadÚnico de programas sociais e do Projeto Presença (que controla a frequência escolar dos alunos do PBF), os autores encontram que, entre os alunos inscritos no CadÚnico, os beneficiários do Bolsa Família têm 11% menos chances de repetir de ano escola que os alunos não beneficiários. O estudo também aponta que os alunos do PBF que cumprem a condicionalidade de educação – frequência escolar acima de 85% para estudantes de 6 a 15 anos – têm 40% menos chances de repetir o ano. (OLIVEIRA; SOARES, 2013).

O programa gerou impactos efetivos na melhoria das condições de saúde de crianças beneficiárias, reduzindo a desnutrição aguda e garantindo cumprimento mais regular do esquema vacinal. A proporção dos filhos de beneficiárias do programa que eram amamentados de maneira exclusiva, pelo menos durante os seis primeiros meses de vida, era maior que a dos filhos de não beneficiárias (61%, em comparação com 53%). Certamente, isto teria contribuído para a redução da prevalência de desnutrição crônica entre 2005 e 2009 para a população em geral, e a redução mais significativa da desnutrição aguda entre os beneficiários (JANUZZI; PINTO, 2013).

Os efeitos positivos do programa em relação à alimentação em especial das crianças, também é um dos achados regulares dos estudos. De fato, pesquisadores já haviam observado que as famílias beneficiárias aumentam o consumo em todos os grupos de alimentos analisados, principalmente cereais, alimentos processados, carne, leite e derivados, feijão e açúcar, melhorando a disponibilidade alimentar para crianças (LIGNANI et al., 2011). No mesmo sentido, usando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008/2009, demonstram que o programa auxilia na melhora do status nutricional de crianças e adolescentes, sobretudo, no Norte e Nordeste, onde o impacto do programa é 31,4% maior que no Brasil como um todo (BAPTISTELLA, 2012). Em outro estudo, direcionado aos efeitos do PBF sobre as crianças no semiárido nordestino, constatou-se que as mães priorizam as crianças no momento do emprego do dinheiro do benefício (PIRES, 2011).

Outro fator verificado foi o aumento de acompanhamento do pré-natal por mulheres grávidas beneficiárias do programa. O peso ao nascer das crianças de mães beneficiárias do PBF é superior ao das crianças de mães não beneficiárias (3,26 kg e 3,22 kg,

respectivamente). Tal fato decorreria da constatação de que, em 2009, as grávidas beneficiárias do programa apresentaram um percentual maior de visita de pré-natal do que as não beneficiárias. Entre 2005 e 2009, o número de gestantes beneficiárias do PBF que não receberam cuidados pré-natais caiu de 19% para 5%, queda significativamente maior que a observada entre não beneficiárias. Observou-se um efeito positivo do programa sobre o esquema vacinal, especialmente quando se observam os índices de vacinação contra difteria, tétano e coqueluche (a chamada vacina tríplice, DTP) e contra poliomielite (JANUZZI; PINTO, 2013).

Estes impactos em dimensões da saúde são corroborados por estudo ecológico-correlacional publicado em uma das mais renomadas revistas científicas internacionais na área da saúde, a *Lancet*. No estudo, evidenciam-se efeitos significativos do PBF na redução da mortalidade infantil e no acesso aos serviços de saúde no Brasil entre 2004 e 2009, comparando municípios com alta cobertura do programa com municípios com menor cobertura. No período, a mortalidade infantil teria caído 17%, como consequência de redução dos óbitos devidos à desnutrição (que caíram 65%) e à diarreia (53%). Os autores do estudo constataram que, no período: dobrou o número de municípios com maior cobertura vacinal; houve redução em 47% na proporção de mulheres sem atendimento pré-natal antes do parto; e houve redução em 16% na taxa de admissão hospitalar de crianças menores de 5 anos, pela diminuição significativa dos casos de internação por diarreia, desnutrição e infecções respiratórias (JANUZZI; PINTO, 2013).

Os autores apontam, ainda, que estes efeitos são majorados quando o PBF é associado aos serviços assistenciais básicos de saúde, como o que é ofertado pela estratégia do Programa Saúde da Família (PSF). O PSF, por um lado, traz o serviço de saúde preventiva para mais próximo da população pobre e, por outro, atua na provisão dos serviços necessários ao cumprimento das condicionalidades de saúde do PBF: cuidados pré e pós natal, atividades educativas nas áreas de saúde e nutrição, vacinação e acompanhamento do desenvolvimento infantil.

Quanto à situação da interferência no trabalho Souza (2012) constatou que o programa não provoca efeito desmobilizador de beneficiários no mercado laboral, seja em termos de ocupação, procura de emprego ou jornada de trabalho. Chefes de famílias beneficiárias, de 30 a 55 anos de idade, apresentam nível de atividade, ocupação e jornada muito próximas aos de chefes de nível socioeconômico equivalente. O suposto “efeito preguiça do programa” seria, pois, mais mito que realidade. Considerando as diferentes situações e atributos que afetam a situação de inserção no mercado de trabalho – idade, condição de chefia familiar, gênero e

maternidade –, não há diferença entre beneficiários e pessoas não beneficiárias com renda equivalente.

Com relação à participação feminina, as mulheres beneficiárias apresenta menor taxa de ocupação, comparadas as que não são beneficiárias, embora estejam sujeitas a risco maior de desemprego e levem mais tempo para conseguir trabalho. A pesquisa apontou evidências também de que, à época de sua realização, no segundo semestre de 2009, mulheres beneficiárias tenderiam a ajustar sua carga semanal de trabalho à custa da formalização do vínculo, por opção de buscar trabalho com jornada menor ou desconhecimento da compatibilidade entre ter carteira assinada e ser beneficiária do PBF. (OLIVEIRA; SOARES, 2013).

De fato, os estudos de pesquisadores brasileiros vêm demonstrando que há um ganho de participação no mercado de trabalho para os beneficiários adultos, sobretudo mulheres. Em estudo realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os pesquisadores estimam uma participação maior como efeito do programa, sendo que este efeito é maior para mulheres quando comparado aos homens (OLIVEIRA et al., 2007). Em trabalho apresentado no Encontro Nacional de Economia, Tavares (2008), estimou um aumento de 5,6% na participação das mães no mercado de trabalho e um aumento de 1,6 hora trabalhada por semana quando a família recebe benefício do PBF.

Outro fator importante é o fato de que as mulheres beneficiárias – que, em sua larga maioria são as titulares do benefício do PBF– vêm adquirindo maior autonomia e poder nas decisões familiares e na compra de bens duráveis, remédios e vestuário, comparativamente a mulheres não beneficiárias. Tal resultado corrobora pesquisa anterior que, por meio de análise qualitativa, mostrou que as mulheres que são titulares do benefício do PBF têm ganhos na relação de gênero na medida em que se tornam mais independentes dos maridos financeiramente, passando a ter maior poder de barganha no que tange à alocação de recursos no domicílio e aumentando o nível de interação social (SUAREZ; LIBARDONI, 2007). Análise de cartas e coleta de depoimento de beneficiárias apontam no mesmo sentido, que mulheres beneficiárias têm ampliado sua autonomia na decisão de participar do mercado de trabalho e sobre o uso de métodos contraceptivos, tendências que certamente contribuíram para a expressiva diminuição da fecundidade no país entre 2000 e 2010, inclusive entre mulheres de baixa renda. De fato, entre aquelas com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 70, a fecundidade caiu de 5,1 filhos para 3,6 no período. (PATRÍCIO, 2012).

Os estudos citados demonstram que os avanços sociais do Brasil na última década são inegáveis. Os índices de pobreza e de extrema pobreza caíram rapidamente e o perfil destes

estratos mudou bastante, quase sempre para melhor. Pode-se discutir se o progresso foi tão intenso quanto poderia ter sido, mas não restam dúvidas de que a situação dos mais pobres melhorou. Entre 2003 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população (JANUZZI; PINTO, 2013).

Os efeitos dos recursos aplicados na estruturação e fortalecimento de programas sociais têm se revelado por diversas pesquisas e estudos, que apontam a forte queda da pobreza, da mortalidade infantil e da desigualdade, bem como o aumento da renda, do nível educacional, do emprego e do consumo de alimentos e de bens duráveis no país. Observadas em todas as regiões e segmentos populacionais, estas tendências têm sido particularmente intensas nas áreas e estratos mais pobres. (MARTIGNONI, 2012).

No entanto, existe um debate em torno à erradicação da pobreza. Para alguns autores, erradicar não significa reduzi-la a zero, mas, sim, torná-la meramente residual, pois sempre haverá famílias que passam por choques adversos imprevistos, e, mesmo que estas famílias tenham se tornado muito pobres, qualquer sistema de garantia de renda precisa de tempo para cadastrá-las, processar e começar a realizar os pagamentos. No limite, apenas programas universais que pagassem benefícios iguais ou superiores a linha de pobreza poderiam efetivamente zerar os indicadores de pobreza. Ainda assim, restariam os problemas de mensuração dos rendimentos em pesquisas domiciliares, já que não é incomum que famílias esqueçam ou prefiram não declarar alguns de seus rendimentos.

As análises e os pontos de vistas dos estudos divergem quando se trata de PBF, no entanto, é necessário conhecer suas limitações e seus resultados através de estudos que focalizem a população atendida para que seja feita uma avaliação dessa política social e suas influências sobre a vida da população.

4 METODOLOGIA

Caracteriza-se a presente pesquisa como de métodos mistos, “classe de pesquisa onde o pesquisador combina técnicas, métodos, abordagens, conceitos ou linguagem de pesquisa quantitativa ou qualitativa em um único estudo” (YIN, 2011, p. 87), como são duas abordagens com características antagônicas, elas se combinam de forma que uma prevalecerá sobre a outra ao mesmo tempo em que podem se complementar na apresentação de resultados. Para falar de métodos mistos, é importante lembrar os conceitos de cada uma das abordagens.

A definição de pesquisa quantitativa apresenta-a como “um meio para testar teorias objetivas, examinando as relações entre as variáveis” (CRESWELL, 2007, p. 26). É muito utilizado como amostragem associando os resultados da pesquisa a todos os indivíduos, não admitindo exceções. A coleta é feita por meio de dados mensuráveis e os instrumentos utilizados deverão ser capazes de mensurar dados e convertê-los em dados estatísticos.

O pesquisador mantém sua imparcialidade quanto á interpretação dos resultados quantitativos. Conforme Coutinho (2011, p. 13), “diferentes observadores perante os mesmos dados devem chegar às mesmas conclusões”. Portanto, esse pensamento baseado no paradigma positivista, não permite uma interpretação subjetiva dos resultados, apenas uma leitura estatística dos dados apresentados, sem interferência dos valores e possíveis preconceitos do pesquisador.

A abordagem qualitativa é definida por Creswell (2007, p. 26) como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”. A todos os fatos analisados são atribuídos significados. O pesquisador não só realiza a investigação como participa dela, interpreta e compreende os dados coletados. Possuem um caráter subjetivo e permite um maior aprofundamento sobre o tema. Na pesquisa qualitativa, não apenas os dados estatísticos são considerados, mas também percepções e emoções. Por isso, são mais difíceis de mensurar e tabular.

A estrutura da apresentação dos resultados da pesquisa qualitativa apresenta maior flexibilidade quanto à interpretação dos dados do que a quantitativa e pode sofrer influências de acordo com a visão de mundo do pesquisador. Coutinho (2011), atenta para as “múltiplas realidades” que variam no espaço- tempo, de acordo com suas concepções de mundo e variações culturais em diferentes épocas e locais. Essa visão de mundo pode influenciar os resultados de uma pesquisa, e essa é uma das maiores críticas que a abordagem qualitativa recebe. (DE ASTROGILDO, 2013). Essa característica da abordagem qualitativa emerge com

base na ideia de que os sujeitos tendem a entender o mundo de forma individual, desenvolvendo significados próprios sobre suas experiências, porém, a ele cabe também dar sentido e estrutura aos significados que os outros sujeitos apresentam. (PEDRO, 2010).

Apesar das diferentes características e posicionamentos que as duas abordagens possuem entre si, alguns pesquisadores adotam concepções tanto da abordagem quantitativa quanto da abordagem qualitativa em suas investigações, mesmo alguns estudos apontando para opiniões conflitantes sobre a combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Diferentes métodos de análise são úteis por que se dirigem para diferentes tipos de questões, e que “o caráter qualitativo da investigação, associado a uma orientação metodológica geral de caráter racionalista tem permitido a construção de um quadro teórico empírico para guiar a investigação” (MORAIS; NEVES, 2007, p. 98). No estudo de Bergman apud de Astrogildo (2013) as duas visões qualitativa e quantitativa são apresentadas como irreconciliáveis, que fundamentar um terceiro movimento a partir destas referências é problemático, a possibilidade da pesquisa mista existe, porém, existe a possibilidade de falsas premissas sustentadas por esta estratégia de atribuir qualidades de duas grandes e distintas famílias de métodos para uma terceira família. De fato, o que existe é uma ênfase em uma ou outra abordagem e as análises de uma investigação baseada no paradigma misto pode levar a um conflito de informações.

A pesquisa de métodos mistos reconhece que nenhuma abordagem possui uma verdade absoluta e quando combinadas podem trazer resultados muito aprofundados e precisos. Esse modelo possui, na sua essência, características da abordagem pragmática, que defende o uso de técnicas múltiplas para coletar, analisar os dados e entender a realidade. (PEDRO, 2010). Johnson, et al. (2007) apresentam algumas concepções de método mistos de outros autores e dentre elas, a concepção de Pat Bazeley, que define que a pesquisa métodos mistos ocorre quando “as diferentes abordagens ou métodos são usados em paralelo ou sequência, mas não são integrados até que as interferências do pesquisador sejam feitas. Os métodos mistos de pesquisa envolvem a integração das diferentes abordagens ou métodos que ocorrem durante o programa de estudos e não apenas suas conclusões. O fato de se integrar dados quantitativos com dados qualitativos pode ter resultados diversos caso esses mesmos dados sejam analisados paralelamente. Para De Astrogildo (2013), a definição do ‘quase misto’, abordagem onde os dados quantitativos e qualitativos são coletados, mas não existe uma real integração entre os achados e as inferências. Nesse caso, os achados são apresentados paralelamente, não havendo uma integração ou triangulação entre os resultados apresentados.

Segundo Johnson et al. (2007), a pesquisa mista está cada vez mais articulada, ligada a prática de pesquisa reconhecida como a terceira maior abordagem de pesquisa, juntamente com as abordagens quantitativa e qualitativa. Creswell (2007) refere que utilização de métodos mistos se prende com a constante evolução que o campo da pesquisa vai sofrendo, aliado ao fato de se constituir uma abordagem que procura utilizar os pontos fortes de ambas as metodologias (quantitativa, qualitativa). Assim, espera-se seguir uma metodologia que não só dê resposta a problemas complexos, como alie as preferências de investigadores multidisciplinares.

Todos os métodos possuem as suas virtualidades e vicissitudes, por isso o trabalho de Creswell (2007) apresenta-nos uma proposta de planejamento da abordagem com recursos de métodos mistos, contendo os seguintes fatores: distribuição de tempo, atribuição de tempo, combinação, teorização. Propõe a utilização de uma lista de verificação para os investigadores assegurarem que estão a seguir todos os procedimentos que especifiquem claramente sua abordagem. Esses passos são fundamentais para o planejamento de um procedimento de métodos mistos, conforme: Apresentou-se uma definição de métodos mistos? Apresentou-se o motivo para utilização de ambos os métodos qualitativos e quantitativos? É dado a conhecer o potencial dessa abordagem? São identificados os critérios subjacentes à escolha do método? Apresentou-se uma estratégia adotada sobre a forma de um esquema? São identificados os procedimentos de recolha e análise de dados e a forma como os mesmos se relacionam com o modelo? São identificados os procedimentos de coleta e análise de dados e a forma como os mesmos se relacionam com o modelo? São identificados os métodos de amostragem e sua relação com a estratégia metodológica adotada? São discutidos os procedimentos para validação dos dados quantitativos e qualitativos? É identificada a estrutura narrativa e como a mesma se relaciona com a estratégia definida? (CRESWELL, 2007).

As estratégias baseada na avaliação dos aspectos com os quais se irá trabalhar e considerar a quantidade de tempo para coleta dos dados. As sugestões citadas por Creswell (2007) são as seguintes, expostas no quadro 2.

Quadro 2- Estratégia baseada na avaliação dos dados

Características		Maior peso	Objetivos
Estratégia Explanatória Sequencial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recolha Análise de dados quantitativos 2. Recolha análise de dados qualitativos sobre os resultados quantitativos iniciais 	Quantitativos, surgindo os qualitativos como secundários;	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar e interpretar resultados quantitativos inesperados; • Explicar e interpretar relações;
Estratégia Exploratória Sequencial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recolha Análise de dados qualitativos 2. Recolha análise de dados quantitativos sobre os resultados qualitativos iniciais 	Qualitativos surgindo e os quantitativos como secundários;	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar e interpretar resultados qualitativos inesperados; • Explorar um fenômeno;
Estratégia Transformadora Sequencial	<ul style="list-style-type: none"> • Fase inicial (quantitativa ou qualitativa) seguida de segunda fase (qualitativa ou quantitativa) a partir da fase anterior. 	Pode ser atribuído a uma das fases ou distribuído igualmente entre ambas;	<ul style="list-style-type: none"> • Explorar um problema
Estratégia de Triangulação Concomitante	<ul style="list-style-type: none"> • Os dados quantitativos e qualitativos são recolhidos em simultâneo para, posterior análise de convergência, diferença ou combinação 	Deve ser igual peso, mas frequentemente é atribuído maior peso a um dos métodos;	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos quantitativos e qualitativos separadamente, compensando os pontos fracos de um método com pontos fortes de outros, de forma simultânea.
Estratégia Aninhada Concomitante	<ul style="list-style-type: none"> • Uma fase de recolha de dados quantitativos e qualitativos em simultâneo 	Tem um método principal que guia o projeto e dados secundários de suporte;	<ul style="list-style-type: none"> • Procurar informações em um nível diferente de análise;
Estratégia Transformadora Concomitante	<ul style="list-style-type: none"> • Fase inicial (quantitativa ou qualitativa) seguida de segunda fase (qualitativa ou quantitativa) a partir da fase anterior. 	Pode ser atribuído a uma das fases ou distribuído igualmente entre ambas;	<ul style="list-style-type: none"> • Convergir informações e proporcionar evidências.

Fonte: Creswell (2007).

A estratégia escolhida para a coleta e análise dos dados é a estratégia explanatória sequencial, dando prioridade inicial à coleta de dados quantitativos e posterior coleta e análise dos dados qualitativos.

A natureza descritiva do estudo segue a definição de Tripodi (1981), os estudos descritivos “têm como função primordial a descrição exata de características quantitativas de populações, organizações ou outras coletividades selecionadas”. Acrescenta ainda, que estes estudos geralmente empregam métodos de amostragem para alegar caráter representativo e

contêm um grande número de variáveis. Gil (1994), nesta mesma linha, ressalta que estas pesquisas têm como objetivo a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Afirma, ainda, que dentre as pesquisas descritivas destacam-se aquelas que possuem o objetivo de estudar as características de determinado grupo. Já a natureza exploratória tem como objetivo principal desenvolver ideias e hipóteses.

Tripodi (1981) destaca que a estratégia lógica de estudos exploratórios “consistem em fornecer um quadro de referência que possa facilitar o processo de dedução de questões pertinentes na investigação de um fenômeno”. (TRIPODI, 1981, p. 61). Os estudos exploratórios têm como principal objetivo o desenvolvimento, esclarecimento, ou mudança de conceito e ideias a fim de fornecer hipóteses para pesquisas mais estruturadas.

A presente pesquisa buscou obter dados sobre a dinâmica migratória e o programa bolsa família no município de Bagre, com intuito de investigar a relação entre esses dois fatores, conhecer a realidade local, e verificar se o programa de transferência de renda bolsa família estaria influenciando em áreas que não objetivava. Portanto, este estudo explicita sua natureza descritiva no momento em que descreve as famílias beneficiárias, e o titular do benefício, em seu aspecto sócio demográficos - incluiu dados relativos à idade de todos os membros da família, estado civil do beneficiário do programa, tamanho da família, local de nascimento, tempo de residência no município; características socioculturais - compreendem três aspectos:

1) Condições de habitabilidade: incluiu as características do domicílio e sua situação: próprio, alugado, cedido, invadido, financiado, outra; tipo: casa, apartamento, cômodos, n.º de cômodos; tipo de construção: tijolo/alvenaria, madeira, material aproveitado, outro; tipo de abastecimento de água: rede pública, poço/nascente, outro; existência de iluminação elétrica; existência de escoamento sanitário: rede pública, fossa rudimentar, vala, céu aberto, outro; destino do lixo no domicílio: coletado, queimado, enterrado, céu aberto, outro.

2) Qualificação escolar: incluiu dados que especificam o analfabetismo, grau de instrução e situação escolar atual (frequentam ou não a escola); relações com o trabalho: incluiu a situação de todos os membros da família, em relação ao mercado de trabalho, tais como: assalariado com carteira de trabalho, assalariado sem carteira, autônomo sem previdência social, aposentado/pensionista, sem trabalho, outra; Além destas alternativas, foram considerados os seguintes itens: ocupação, remuneração, renda de aposentadoria, renda

de seguro desemprego, renda por pensão alimentícia, renda por seguro de associação ou colônia.

3) Vulnerabilidades: foram consideradas vulnerabilidades as doenças de tratamento prolongado, a dependência química e as necessidades especiais. Entre estas últimas, incluíram--se a cegueira, mudez, surdez e outras limitações físicas e mentais que pudessem impedir seus portadores de trabalhar ou que exigem cuidados de outras pessoas.

Sua natureza exploratória evidencia-se quando busca identificara questão do crescimento demográfico advindo de migração associado (ou não) ao PBF, as motivações que impulsionaram o desejo de migrar, e a avaliação das mudanças apontadas pelos beneficiários após o ato migratório.

Para Yin (2011, p. 32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Em pesquisas experimentais é possível o controle do ambiente, das variáveis, do experimento, geralmente de laboratório. Nas pesquisas sociais esse controle não é possível, visto que a realidade social é algo dinâmico e complexo, não permite a separação de situações sociais em seu contexto maior.

A partir desse conceito acerca de estudo de caso é que elegeu o município de Bagre como estudo de caso estudado, motivado por questões profissionais e pessoais. A questão profissional se deu pelo fato de trabalhar no município e conviver com as consequências da migração em forma de aumento pelas demandas de serviços na área social com a qual trabalho e a questão pessoal, por ser natural do município de Bagre e perceber as mudanças que ocorrem no município a nível de contingente populacional e como isso afeta não somente a demografia mais todas os indicadores do município, e sabendo da importância da contribuição da pesquisa para subsidiar planejamento das políticas públicas de forma a contribuir para o desenvolvimento do município.

A revisão bibliográfica com temas migração, política social no Brasil, programas de transferência de renda e história do município de Bagre. Tendo como referência as principais fontes: Biblioteca Virtual UFRN, Biblioteca do NAEA, Biblioteca Digital FGV, Scielo Brasil, Biblioteca Virtual Unicamp.

A pesquisa documental com dados sociais sobre o município, implementação e funcionamento do PBF a nível local, com as principais fontes nos documentos das Secretarias de Governo Municipal: SEAD, SEMAPS, SEMSA, SEOB, SEMED.

A pesquisa de campo com o seguinte detalhamento: identificação do universo e seleção da amostra, pesquisa piloto e definição dos instrumentos de pesquisa.

4.1 Universo e amostra da pesquisa de campo

O cadastro dos beneficiários do PBF, a base de dados CadÚnico, não permitia identificar o universo a ser considerado na pesquisa de campo, ou seja, os beneficiários migrantes da área rural para a área urbana. Em levantamento inicial realizado no CadÚnico (base local), ano 2015, constatou-se o total de 2.864 famílias beneficiárias do PBF no município de Bagre, das quais 1.052 informaram local de moradia na área urbana. Para identificar os beneficiários que, no período de implementação do PBF no município, 2005 a 2015, migraram da zona rural para a urbana, foi feita pesquisa de campo junto aos 1052 beneficiários residentes nessa área, com as seguintes questões:

- a) Qual o local do nascimento?
- b) Onde morava antes?
- c) Quanto tempo de residência na sede do município?

Nesse levantamento identificou-se que 658 famílias migraram no período 2005 – 2015 da zona rural para a urbana, constituindo-se como universo da pesquisa. Algumas condições importantes para o estudo tornam homogênea a população: auferir baixa renda, ser beneficiário do programa e ser migrante rural urbano. Se todos os indivíduos tem uma condição semelhante, qualquer que seja o indivíduo amostrado representa o todo, pois são iguais no que se refere a variáveis determinantes para mensurar a heterogeneidade da população, da variância que determinaria o tamanho da amostra. Ainda assim, decidiu-se investigar uma amostra de 20%.

A seleção dos indivíduos que participariam da amostra foi feita de forma aleatória e sistemática, seguindo o seguinte processo:

- a) Listagem dos 658 elementos da população, em uma ordem de 1 a 658;
- b) Sorteio de um elemento dessa listagem, que se constituiu como o primeiro integrante da amostra;
- c) Seleção dos demais integrantes da amostra a cada 5 elementos da listagem, a partir do primeiro elemento;

Assim, foram entrevistados 132 beneficiários do PBF de Bagre. Ao serem submetidos a uma análise inicial, percebeu-se a necessidade de estratificação da amostra.

No período de implementação do PBF foram observadas transformações econômicas importantes no meio rural de Bagre, que podem ter influenciado no movimento migratório para a área urbana. Com o objetivo de isolar hipóteses rivais, decidiu-se estratificar a amostra de acordo com o tempo de residência da família na área urbana. Assim, a amostra foi estratificada em 5 grupos, conforme segue: famílias que passaram a residir na área urbana antes do período de 0 a 2 anos, de 2 a 4 anos, de 4 a 6 anos, de 6 a 8 anos e de 8 a 10 anos, tendo como referência o mês de dezembro de 2015.

Disso resultou a necessidade de complementar a aplicação dos formulários de pesquisa a beneficiários em 2 estratos da amostra. O quadro 3 mostra a composição final da amostra pesquisada. Os dados encontrados para a amostra foram expandidos para o universo desconsiderando-se a pequena diferença percentual entre os períodos.

Quadro 3- Classificação da amostra por períodos de migração

Tempo de Migração	Universo	Amostra	Percentual
0 a 2 anos	89	20	22%
2 a 4 anos	119	24	20%
4 a 6 anos	130	32	25%
6 a 8 anos	209	52	25%
8 a 10 anos	111	24	21%
Total	658	152	23%

Fonte: Produção Pesquisa (2016)

4.2 Pesquisa piloto

Com objetivo de testar, avaliar, revisar e aprimorar os procedimentos e instrumentos da pesquisa de campo, foram selecionados 10 sujeitos que compunham a amostra para a realização do estudo piloto.

Foi agendado previamente com os sujeitos local e horário. No dia agendado a pesquisadora realizou a aplicação do instrumento.

Após aplicação e análise da pesquisa piloto o formulário foi ajustado no que concerne à ordem dos itens, categorização por blocos de questões e substituição de algumas palavras,

com a finalidade de deixar a questão mais clara ao sujeito pesquisado. O formulário de pesquisa já com alterações após o estudo piloto encontra-se no Apêndice B deste trabalho.

4.3 Instrumentos de pesquisa

Na pesquisa de campo foram utilizados dois instrumentos. Primeiro, um formulário composto por 50 questões fechadas referentes ao levantamento de dados sócio demográficos (idade, escolaridade, renda, ocupação, condições habitacionais, condições de saúde, acessibilidade a políticas sociais) e um 05 questões abertas concernentes aos problemas específicos a serem respondidos pelo estudo (Apêndice B).

O formulário difere do questionário como instrumento de coleta de dados dependendo da pessoa que o preenche, ou seja, o questionário é preenchido pelo próprio entrevistado e o formulário é preenchido indiretamente, isto é, pelo entrevistador. Os formulários/questionários servem para descrever características ou para medir determinadas variáveis de um grupo social, permitindo observar as peculiaridades de um indivíduo ou grupo, possibilitando a descrição adequada do mesmo. (RICHARDSON, 1999).

A partir da análise dos resultados obtidos com a aplicação dos formulários, em especial as informações relativas a tempo de migração, à melhoria de vida, ao PBF como indutor de migração, foi elaborado um roteiro de entrevista, a ser utilizado no segundo momento da pesquisa de campo.

A entrevista foi baseada na definição de Marconi e Lakatos (2003, p.195), “encontro entre duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Como técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação.

As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturada seguindo questões norteadoras, conforme Triviños (1987, p. 133):

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que recebem as respostas do informante.

As questões norteadoras da entrevista foram:

- a) O PBF criou o desejo de mudança da zona rural para zona urbana? Se negativo (passe para questão 2,4,6), se positivo (passe para questão 3,5,6)
- b) Qual foi o principal motivo da mudança da zona rural para zona urbana?
- c) Por que o PBF criou o desejo da mudança?
- d) Se antes da concessão do benefício já havia o desejo de migrar, por que não havia mudado anteriormente?
- e) No local de residência na zona rural havia serviços básicos de saúde e educação? Se houvesse, teria mudado?
- f) Em que sentido o PBF influenciou na migração da zona rural para área urbana?
- g) Percebe melhorias na vida após a concessão do benefício e mudança para zona urbana? Se positivo – quais? Se negativo – por quê?

4.4 A coleta de dados

A coleta de dados da pesquisa de campo ocorreu em dois momentos, de forma sequencial:

a) Primeiro momento: aplicação do formulário de pesquisa aos 152 beneficiários do quadro amostral. O primeiro contato com os entrevistados foi através de uma visita do ACS (Agente Comunitário de Saúde), levando um convite aos beneficiários residentes em sua área de trabalho e selecionados na amostra para que participassem da pesquisa. Após a confirmação e agendamento da data e horário, a pesquisadora ia até a residência do beneficiário para aplicar o formulário. Na ocasião explicava a pesquisa, fazia a leitura do termo de compromisso e aplicava o instrumento de pesquisa. Cada coleta durava em média 1 hora, os registros foram feitos no formulário de pesquisa (Apêndice B).

b) Segundo momento: Após a análise dos dados coletados no primeiro momento, foram realizadas entrevistas com 15 beneficiários selecionados dentre os 152 que compunham a amostra pesquisada no primeiro momento do trabalho de campo. A seleção dos beneficiários a serem entrevistados considerou o padrão de respostas às questões abertas do formulário, bem como as respostas que se desviassem do padrão observado.

As entrevistas seguiram o mesmo procedimento de agendamento de local e horário com o entrevistado. No dia e horário agendado a pesquisadora deslocava-se até a residência do entrevistado e procedia com a entrevista. Cada entrevista teve duração média de 30 minutos e foi gravada no aplicativo “Voice” do celular para posterior categorização.

4.5 Procedimentos de análise

O processamento dos dados quantitativos coletados foi realizado mediante a utilização do software EXCEL 2010. As entrevistas foram analisadas através de Análise de Conteúdo a partir de categorias emergentes do discurso dos sujeitos, sempre procurando buscar os aspectos a que se propõe esta pesquisa.

O método de Análise de Conteúdo, de acordo com Bardin (1988, p. 42) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Uma boa Análise de Conteúdo depende de uma definição clara dos objetivos da pesquisa, pois estes vão delimitar o campo em que se processará o esforço de leitura e interpretação das realidades descritas através dos materiais de comunicação. A análise de conteúdo se opera com materiais simbólicos e isto estabelece limites para suas possibilidades que se concretizam a partir de uma metodologia variada. A sequência de passos para a organização da análise de conteúdo seguida neste estudo é uma síntese das fases sugeridas por Bardin (1988, p. 42):

- a) Pré-análise: Consiste na primeira leitura, e escolha de trechos que serão submetidos à análise para elaboração de indicadores que permitam fazer inferências que fundamentem a interpretação final.
- b) Exploração do material: É a execução de operações de codificação ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. É feita através da seleção de unidades de significado no texto que, após estas operações, constituem-se em unidades de registro, numeradas numa ordem tal, que se possa retornar ao texto original com facilidade, caso necessário. Nas Unidades de Registro (UR), encontram-se fragmentos de texto que se tomam por indicativo de uma característica (subcategoria, categoria). Unidade de Contexto encontram-se os fragmentos do texto que englobam a unidade de registro e que, assim sendo, contextualizam a respectiva unidade de registro no decurso da entrevista.
- c) Categorização: As unidades de registro são organizadas em categorias mais amplas, segundo critérios de similaridade de conteúdo ou temas. Tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos da entrevista. Ocorre uma desconstrução do texto, para reconstruí-lo analiticamente em categorias.

A análise e codificação dos trechos das entrevistas transcrita foi apresentado em formato de tabela (Apêndice D), considerando duas categorias: PBF e migração, percepção de melhoria.

5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM BAGRE: CARACTERIZAÇÃO, EFEITOS NA DINÂMICA MIGRATÓRIA RURAL URBANA E CONDIÇÕES DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS MIGRANTES

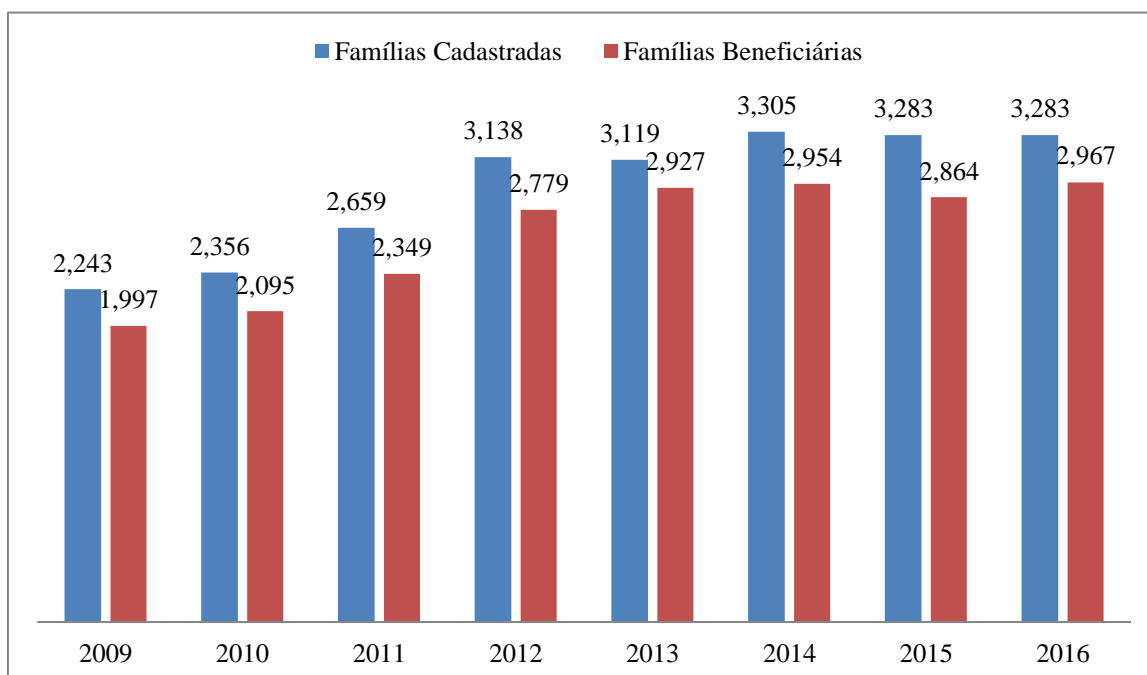
5.1 Características do PBF no município de Bagre

A política de transferência de renda no município de Bagre foi instituída pela Lei nº 005, de 06 de junho de 2001, que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações socioeducativas no município. Esse programa vigorou até 2005, quando foi incorporado pelo PBF. Em 27 de setembro de 2005 foi feita a adesão ao PBF e desde então o município participa da sua gestão juntamente com os outros entes federados.

No âmbito municipal, a gestão do PBF é competência da Secretaria de Assistência e Promoção Social (SEMAPS), responsável, entre outros, pelas ações de cadastramento das famílias, integrado ao CadÚnico. As condicionalidades de saúde são acompanhadas pelas equipes de saúde da família do município (ESF) e pelos Agentes Comunitários de Saúde da Zona Rural (PACS) e as condicionalidades de educação são acompanhadas pela Secretaria Municipal de Educação, através do Projeto Presença. A gestão das condicionalidades e a gestão do Cadastro Único geram índices que auxiliam no cálculo do repasse do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), recurso que é usado para melhorar a qualidade da atualização cadastral e as taxas de acompanhamento das condicionalidades de saúde, de educação e assistência.

O gráfico 1 mostra a evolução do número de famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiadas pelo PBF no município.

Gráfico 1- Evolução do número de famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (em mil), Bagre (Pará), 2009 - 2016



Fonte: SAGI (MDS -2015). Adaptado pela autora produção da pesquisa (2016).

De modo análogo ao comportamento nacional, o número de famílias contempladas pelo benefício, ao longo dos anos, foi ascendente, com exceção de 2015. A evolução registrada reflete a tentativa do programa de universalizar o benefício entre as famílias elegíveis, prova disso é que no ano de 2014 a cobertura ultrapassou a estimativa do Censo 2010, que mostrava a existência de 2.927 famílias com perfil de renda para o programa. Percebe-se que a inscrição não garante o acesso automático ao PBF, no entanto, é através dela que a família poderá ter acesso ao programa. Importante ressaltar que qualquer família brasileira pode fazer a inscrição no programa, mas, as elegíveis são famílias em situação de pobreza de acordo com o decreto nº 8.232/2014, Art. 1º, que define como situação de pobreza famílias com renda mensal per capita de até R\$ 154,00 e em situação de extrema pobreza, renda mensal per capita de até R\$77,00. Esta renda é calculada excluindo possíveis rendimentos concedidos por outros benefícios ou programas oficiais de transferência de renda (Lei nº 10.836/2004, Art. 2º). (FAPESPA, 2015a). A seleção dos beneficiários elegíveis para a liberação do benefício não se dá no âmbito do município, somente o cadastramento e as atualizações cadastrais. Em relação ao decréscimo do número de famílias cadastradas, justifica-se pela dificuldade de

acesso da população rural para retirar documentos civis dos membros da família e para realizar o cadastramento, sendo que não existe no município ações de busca ativa¹.

Conforme exposto na tabela 5, o acompanhamento da frequência escolar com base no bimestre de março de 2016, atingiu um percentual de 92,5%, para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 4.545 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 4.913 e, para jovens entre 16 e 17 anos, o percentual de 92,3%, ou seja, 781 jovens de um total de 846. O acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2015, atingiu 82,3%, equivalente 2.300 famílias de um total de 2.796 que compunham o público com perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Tabela 5 - Acompanhamento das Condicionais de Saúde e Educação, Bagre (Pará)

	Público Alvo	Quantidade	Público Atendido	Frequência
Educação	6 a 15 anos	4.913	4.545	92,5%
	16 a 17 anos	846	781	92,3%
Saúde	Famílias	2.796	2.300	82,3%

Fonte: SAGI/MDS (2016). Adaptado pela autora.

A tabela 6, mostra o perfil econômico das famílias inscritas no CadÚnico do município de Bagre.

Tabela 6- Perfil das famílias inscritas no Cadastro Único em Bagre – Pará, agosto 2016

Perfil da Família	Número de Famílias
Total de famílias inscritas no CadÚnico	3.283
Famílias com renda per capita de até R\$ 77,00	2.849
Famílias com renda per capita entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00	229
Famílias com renda per capita entre 154,00 e meio salário mínimo	195
Famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo	10

Fonte: SAGI/MDS (2016). Adaptado pela Autora

¹ A *Busca Ativa* é uma estratégia integrante do Plano Brasil sem Miséria (BSM), do governo federal, através do MDS, executado em parceria com as esferas estadual e municipal. Consiste na inclusão de famílias no CadÚnico para Programas Sociais do governo federal e o seu principal objetivo é mapear e incluir, bem como atualizar dados de famílias classificadas como baixa renda e, prioritariamente, aquelas em situação de extrema pobreza. Contribui para encaminhar essas famílias aos serviços da Rede de Proteção Social, além de facilitar que os seus membros adquiram os documentos civis básicos, em especial o Registro Civil de Nascimento (RCN).

A maioria das famílias inscritas no CadÚnico têm um perfil econômico caracterizado como extrema pobreza, por apresentar renda *per capita* até R\$ 77,00. Esse fator indica o nível de pobreza do município e a dependência de programas de transferência de renda, concordando satisfatoriamente com estudos da FASPESPA (2015) que indicam a região do Marajó (onde o município de Bagre está inserido) como uma das regiões que a população é economicamente dependente de programas de transferência de renda. (FAPESPA, 2015c).

A tabela 7 mostra a quantidade de famílias beneficiárias do PBF por benefício no município de Bagre/Pa. Destaque para o valor empregado em benefício variável (aquele pago as famílias de baixa renda que tenham em sua composição crianças ou jovens frequentando a escola, ou atividades sócio educativas no CRAS).

Tabela7– Estimativa de famílias beneficiárias

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	2.967	Mês Referência
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais – R\$)	915.886,00	08/2016
Benefício Básico	2.903	08/2016
Benefícios Variáveis	7.173	08/2016
Benefício Variável Jovem –BVJ	1.084	08/2016
Benefício Variável Nutriz – BVN	49	08/2016
Benefício Variável Gestante –BVG	39	08/2016
Benefício de Superação da Extrema Pobreza –BSP	2.206	08/2016

Fonte: SAGI/MDS (2016). Adaptado pela autora.

De forma geral as tabelas acima indicam que o PBF tem um alcance muito grande nas famílias pobres do município, que contribui tanto para renda, quanto através das condicionalidades para manutenção de crianças na escola, nos cuidados com a segurança alimentar e nutricional, cobertura vacinal e apoio ao pré-natal. Os impactos efetivos do programa sobre as famílias pobres do município ratificam os estudos de Januzzi; Pinto (2013) que avalia o PBF a nível nacional e descrevem efeitos positivos do cumprimento das condicionalidades do programa na qualidade de vida da população.

5.2 Migração rural urbana perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF migrantes

Estudos sobre o movimento migratório apontam fatores de análise para compreensão do fenômeno migratório que incide em um território. O fator seletividade da migração preocupa-se em especificar quais atributos individuais são comuns nos indivíduos que respondem positivamente a migração. Dentre os fatores de seletividade estão: gênero, idade e grau de instrução;

No universo dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para área urbana em Bagre 83% é do gênero feminino, o que representa 126 mulheres. Esse dado permite dois pontos de análise: primeiro concorda com os estudos sobre a teoria da migração, que ao analisar a corrente migratória por sexo faz destaque para as mulheres predominantes na migração de curta distância e na migração de regiões rurais para urbana. (PEIXOTO, 2004). Segundo, a pesquisa confirmou a tendência nacional de que o benefício (PBF) é comumente gerido por mulheres, que se responsabilizam e decidem sobre a aplicação dos recursos apontada por Villatoro (2010), que, apoiado em estudos do Banco Mundial, constatou que, quando as transferências, são feitas a mulheres, elas adquirem maiores responsabilidades e capacidade de negociação e assumem um papel protagonista na família. Esse empoderamento da mulher dentro do contexto familiar proporcionado pelo PBF propicia à beneficiária autonomia para comprar o que ela identifica que está faltando na sua casa, causando assim uma mudança de percepção sobre o consumo, conforme Tapajós et al. (2010, p. 80):

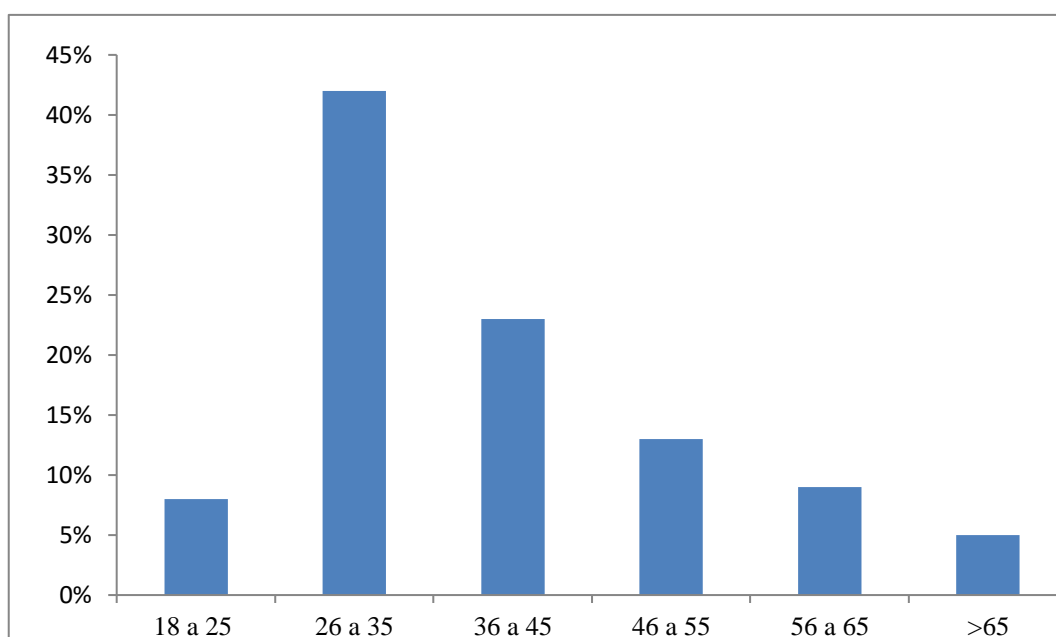
Os principais efeitos do PBF na condição das mulheres corresponderam a visibilidade das beneficiárias como consumidoras, uma vez que o benefício lhes confere maior poder de compra, inclusive com a afirmação dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo benefício do que da mudança nas relações tradicionais de gênero. O PBF permite também uma mudança nas beneficiárias sobre si próprias, passando a se ver como cidadãs.

A indicação de quem é o chefe da família pelos entrevistados em Bagre, mostra que a percepção sobre as mulheres ainda guarda traços inalterados. 98 dos entrevistados responderam que o chefe da família é do sexo masculino, enquanto que 54 responderam que o chefe da família é do sexo feminino. Ou seja, somente as mulheres sem companheiros são reconhecidas como chefe das famílias beneficiadas pelo PBF em Bagre. Isso evidencia a visão conservadora do papel da mulher, conferindo-lhe o segundo plano dentro do contexto familiar; como auxiliar do marido, mesmo que ela contribua para renda. Esta é a realidade das

famílias apoiadas pelo PBF, posto que o beneficiário do Programa, como visto antes, é majoritariamente mulher.

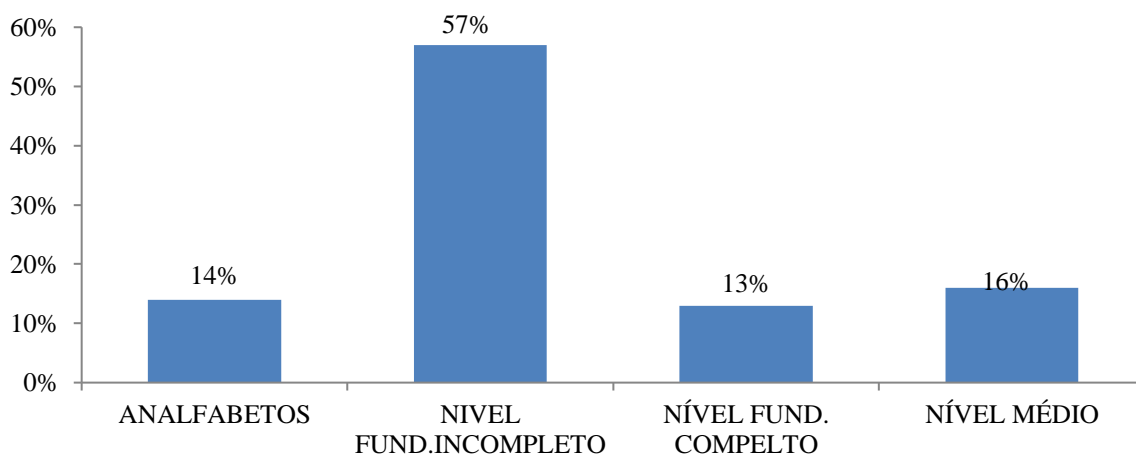
Peixoto (2004) analisa que há uma propensão mais intensa a migrar em certas etapas da vida e conclui que a idade é a única característica universal da migração. Pereira (2012) também relata haver uma maior incidência migratória de pessoas do sexo masculino com idade entre 25 a 55 anos. O gráfico 2 mostra a idade do responsável pelos grupos familiares do universo investigado nesta pesquisa, evidenciando que a maioria está na faixa etária com maior incidência de migração. Esse resultado também corrobora com os dados de pesquisa nacional segundo a qual os beneficiários do PBF têm um perfil essencialmente jovem (CAMARGO et al., 2013).

Gráfico 2 – Idade dos responsáveis pelas famílias beneficiárias do PBF, migrantes da área rural para a urbana, Bagre



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

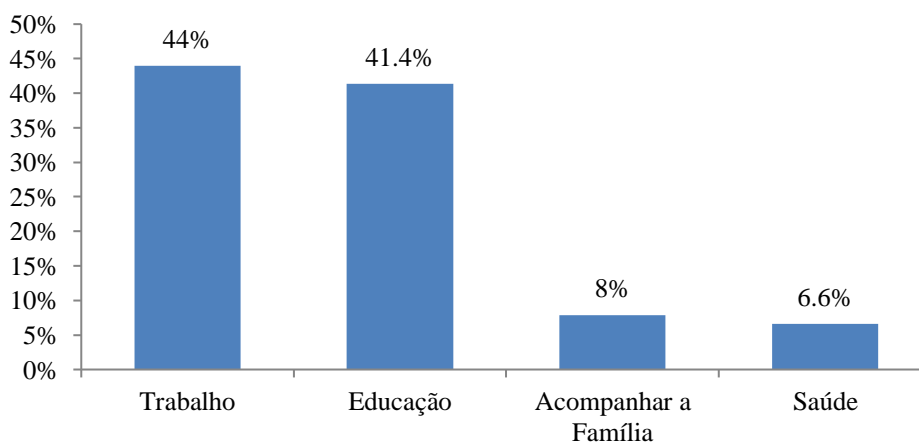
Quanto ao grau de instrução do titular do benefício, ilustrado no gráfico 3, verifica-se que a baixa escolaridade afeta fortemente a inserção dos beneficiários migrantes no mercado de trabalho, restringindo suas possibilidades de acesso a postos que exigem maior qualificação e oferecem maiores rendimentos. Isso significa que a pobreza no município está relacionada com o componente educacional, já que esse dado indica que a educação formal da maioria dos migrantes foi preterida.

Gráfico 3-Escolaridade do titular do benefício do PBF, migrantes da área rural para a urbana, Bagre

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

5.3 Migração rural urbana dos beneficiários do Programa Bolsa Família: motivos e expectativas

As motivações que induzem à dinâmica migratória, podendo intervir no processo de tomada de decisão, abrangem muitas dimensões. Os fatores apontados pelos migrantes como motivadores para migração (gráfico 4) foram: a busca por emprego, acesso à educação, acompanhar a família e acesso aos serviços de saúde. Sair do meio rural significa na percepção do migrante sair de um lugar que não tem nada e aventurar-se na busca de melhoria de vida. Isso confirma os estudos que demonstram que, além dos determinantes econômicos, a migração é motivada por outros fatores prevaletentes no local de origem e destino. (PEIXOTO, 2004).

Gráfico 4 - Motivos para migração dos beneficiários do PBF da área rural para a urbana, Bagre

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Ao refinarmos essa análise esmiuçando-a no período em que ocorreu a migração (tabela 8), observamos que as motivações mudaram de foco, segundo cada período analisado. Os beneficiários do PBF que migraram nos últimos 4 anos apontaram o fator educação como primordial na mudança de domicílio, enquanto os migrantes mais antigos apontaram o trabalho como fator preponderante.

A maior incidência de migração entre os entrevistados se concentra no intervalo 2007 a 2010, coincidindo com o encerramento das atividades madeireiras que operavam, de forma ilegal, ao longo dos rios Jacundá e Panaúba. Com a intensificação da fiscalização para cumprimento da legislação ambiental as madeireiras foram extintas, causando assim uma recessão econômica no município, a qual, presume-se, induziu a mobilidade populacional. Ao mesmo tempo, houve investimentos em infraestrutura na sede do município, com a construção de escolas, postos de saúde, abertura de ruas, pavimentação de ruas, atraíram a população do meio rural.

Tabela 8- Motivos para migração dos beneficiários do PBF da área rural para a urbana, Bagre por período em que ocorreu a migração

Motivos	2005		2007		2009		2011		2013	
	a	%	a	%	a	%	a	%	a	%
	2006		2008		2010		2012		2014	
Trabalho	7	35%	6	25%	16	50%	26	50%	12	50%
Educação	11	55%	16	66,8%	6	18,8%	22	42,3%	8	33,40%
Família	1	5%	1	4,1%	4	12,5%	4	7,7%	2	8,30%
Saúde	1	5%	1	4,1%	6	18,70%	0	0	2	8,30%
Total Beneficiários	20	100%	24	100%	32	100%	52	100%	24	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Além dos objetivos relacionados a emprego e renda, a baixa oferta de serviços na área rural foi um fator preponderante para migração. Até para aqueles beneficiários que não tinham anteriormente o desejo de migrar após a inserção no PBF surgiu essa necessidade com a finalidade de cumprir as condicionalidades do programa. Cerca de 75% dos entrevistados informou que não havia o acesso aos serviços (saúde, educação, assistência social) no local em que residiam antes da migração e o restante informou que havia, porém, eram apenas serviços básicos (posto de saúde dispendo somente de técnico de enfermagem, escola até o 5º ano do ensino fundamental) que não contemplavam as necessidades.

As longas distâncias geográficas e o alto custo dos transportes dificultam para população rural o cumprimento das condicionalidades, conforme trechos da entrevista no quadro 4.

Quadro 4- Oferta de serviços no meio rural na percepção dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre

Unidade Contexto	Trechos
11.1	“[...] meu cartão do “bolsa” foi bloqueado por que não tinha vacinado meus filhos, então decidir vir pra cidade por que lá não tinha como vacinar as crianças, nem como elas estudarem;”
8.1	“[...]meu esposo adoeceu; não tinha nada lá, ele passava mal tínhamos que apelar pra chá e orar pra Deus. * O posto mais perto ficava a 6 horas de viagem, escola tínhamos que remar 45 minutos;”
2.1	“[...] só tinha a roça, era muito sacrificante. * Não tinha escola, nem posto médico;”
12.1	“[...]as crianças foram crescendo e tinha que manter elas na escola, como não tinha com quem morassem na cidade, decidir me mudar, mas gostava da minha vida no interior;”

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A pesquisa constatou que para a maioria dos beneficiários do PBF, migrantes rural - urbano em Bagre, havia o desejo de migrar mesmo antes da concessão do benefício: 82% dos entrevistados afirmou que já desejavam mudar para área urbana e que, antes da inserção no PBF não era possível por restrições financeiras. Nesse sentido, o PBF possibilitou a migração rural- urbana no município de Bagre, por representar para os beneficiários a garantia de uma renda fixa, conforme trechos das entrevistas (ver quadro 5).

Quadro 5- Trechos das entrevistas com beneficiários PBF, migrantes rural-urbano

Beneficiário (a)	Trechos
R. J, Idade: 32 anos, Sexo: F	“Era a garantia de que não iríamos passar fome na cidade.”
F.N, Idade: 37 anosSexo: F	“ Ajudou, por que era a renda que se podia contar”.
M.R, Idade: 29 anosSexo: F	“Garantia de que teria uma renda para viver na cidade.”
C.M, Idade: 41 anosSexo: M	“Era a renda que tinha quando me mudei e meu marido me deixou”
J.C. N, Idade: 49 anos, sexo: F	“Até hoje ajuda muito é a renda que temos”.
R.S., Idade : 44 anos, sexo : F	“Depois que meu cartão foi bloqueado, percebi que precisava sair do interior para poder colocar meus filhos na escola e acompanhar o peso. A bolsa era a renda da minha família”.
E. C., Idade : 39 anos, sexo : F	“Primeiro vieram meus filhos, depois ficou muito difícil no interior, então vim também, a bolsa ajudou muito por que não tinha trabalho quando cheguei”.
F. V., Idade: 41 anos , sexo : F	“A bolsa me ajudou comprar remédios, me ajudou a pagar o aluguel quando mudamos”
J. M., Idade : 39 anos, sexo : M	“Não tinha trabalho e vivia da bolsa, então resolvi tentar a sorte na cidade já que o dinheiro da bolsa vem todo mês”.
R. X., Idade 47 anos, sexo: F	“Eu me mudaria com ou sem a bolsa, mas ela me ajudou e muito por que era o dinheiro que se podia contar”.

Fonte: Produção pesquisa (2016).

O PBF possibilitando a migração representa 64,4% das afirmações positivas entre os entrevistados, principalmente por oferecer condições reais para concretizar o desejo da mudança, já que o valor do benefício é concedido diretamente ao beneficiário, proporcionando-lhe autonomia e decisão de como e em que gastar.

Entende-se que os fatores que motivaram a migração rural-urbano sugerem a ratificação da Teoria do Capital Humano, em que o movimento migratório é considerado um investimento pessoal visando uma projeção de retorno satisfatório, nesse sentido é possível afirmar que os fatores que motivaram a migração no município de Bagre estão relacionados às condições precárias de infraestrutura educacional e de geração de emprego e renda na área rural. Este trabalho reafirma as conclusões do estudo de Todaro (1960), em que a decisão de migrar do rural para o urbano depende da percepção, por parte do migrante em potencial, do

lucro esperado, que é função de duas variáveis- o diferencial rural-urbano de renda real e a probabilidade de obter um emprego urbano.

A percepção de melhoria de vida após a concessão do benefício é praticamente unânime entre os entrevistados, representando 99,4% de afirmações positivas. Apenas 01 entrevistada respondeu que não melhorou, e, ao ser questionada por que a resposta obtida foi que o filho havia se envolvido na criminalidade o que ocasionou na morte do mesmo, ou seja, o motivo é mais pessoal e psicológico do que uma avaliação relacionada ao PBF ou à migração. O quadro 6 apresenta trechos das entrevistas sobre a percepção dos migrantes sobre a melhoria de vida após a migração.

Quadro 6- Percepção dos beneficiários sobre as condições de vida após a inserção no PBF e a migração para área urbana

Sub Categoria	Unidades de Contexto
A vida melhorou após a concessão do PBF? E após a migração?	1.3.1-Sim, a vida na cidade é melhor; 2.3.1- Sim, meus filhos estudam, tem uma até na faculdade; 3.3.1- Sim, pude comprar minha casa e meus filhos estudam; 4.3.1- Sim, bem melhor viver aqui tem melhores condições, com o benefício posso ficar mais em casa e cuidar dos meus filhos; 5.3.1- Sim, aqui tem o trabalho (doméstica), meus filhos estão na escola; 6.3.1- Sim, vê meus filhos indo pra escola, precisar da saúde e ter hospital pra ser atendido, mudou muito; 7.3.1- Sim, melhorou a escola, saúde, agora não tenho mais bloqueio no meu benefício; 8.3.1- Sim, meu marido pode ser acompanhado, tem até outro benefício, tudo que conseguimos lá na assistência; 9.3.1- Sim, meu marido arrumou um emprego, e agora estamos bem melhor; 10.3.1- Sim, meus filhos estão estudando, meu marido ainda vai pescar mais aqui a vida é bem melhor; 11.3.1- Sim, minha família cresceu, minhas filhas casaram, e já posso ver os filhos dela estudando. 12.3.1- Sim, minha vida é bem melhor aqui. 13.3.1- Não, minha vida desandou, meu marido me largou, meu filho se meteu em coisa errada. 14.3.1- Sim, meus filhos estão estudando, podem ser vacinados, e não corro risco de cortarem minha “bolsa”; 15.3.1- Sim, era o que eu queria morar na cidade e ter mais oportunidades;

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Os migrantes que responderam ao formulário quanto à questão melhoria de vida após a concessão do benefício do PBF e a migração tiveram suas respostas quantificadas e o resultado disposto na tabela 9.

Tabela 9-Distribuição das mudanças apontadas pelos beneficiários entrevistados

Por que melhorou? O que mudou?	Frequência %
Possibilitou a compra de material escolar e roupas para crianças e mudou o acesso à escola para os filhos	25 %
Possibilitou aquisição de alimentos, mudou condições de vida da família que chegou a passar fome.	20%
Aumentou as condições financeiras e abertura de crediário, possibilidade de comprar eletrodomésticos.	31,5%
Pararam de trabalhar como domésticas e passaram a cuidar dos filhos em casa	2,6%
Melhorou a renda da família	14,4%
Possibilitou aumento da renda e compra de remédios, melhorou o acesso a saúde	1,3
Criou condições para montar um negócio	5,2

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

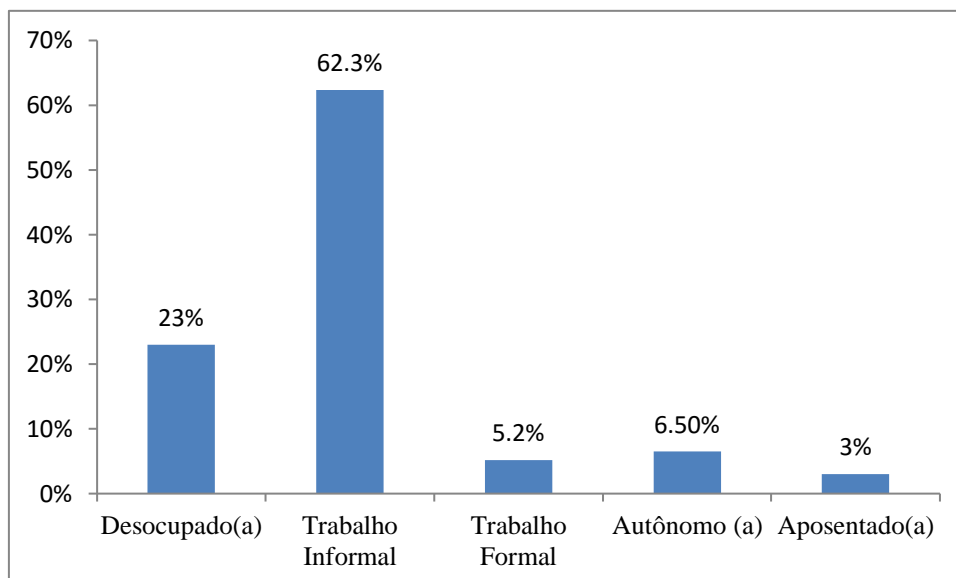
Observa-se no quadro 6 e na tabela 9 que, quanto à melhoria de vida, os beneficiários privilegiam os aspectos que remetem às condições simbólicas que o dinheiro proporciona, o que ratifica a pesquisa realizada por REGO; PINZANI (2013) com beneficiárias do PBF, moradoras de áreas rurais isoladas e periferias de grandes capitais dos estados de Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Minas Gerais. A pesquisa explora o cotidiano das mulheres beneficiárias e a conexão entre renda monetária e autonomia individual, aborda várias dimensões da autonomia, aquelas relativas ao trabalho, à família, à capacidade de reação em situações de violência e tem por substrato o fato do acesso ao dinheiro promover a autonomia dos sujeitos, no caso das mulheres, seja em termos territoriais, familiares ou mesmo da participação no convívio social. Essa pesquisa ressalta que além do aspecto econômico percebido pelos migrantes, como melhoria após a concessão do benefício, às condições de acesso a serviços (educação, saúde, assistência) que anteriormente não era possível devido à escassez no meio rural foram consideradas mudanças positivas após o movimento migratório. No entanto, o que se deve chamar a atenção aqui é para o fato de o dinheiro proveniente do benefício promover a autonomia de decisão sobre vários aspectos da vida dos beneficiários, principalmente motivando mudanças por um novo local de residência com melhores condições de vida. O migrante antes de mudar avalia as condições que tem e as que pode vir a ter. Nesse sentido, podemos afirmar que o PBF possibilitou a dinâmica migratória de áreas rurais para área urbana no município de Bagre, tendo em vista que ofereceu condições reais aos beneficiários de acesso a uma renda fixa.

5.4 Condições de vida na área urbana de Bagre dos beneficiários do PBF migrantes da área rural

A mudança de local de domicílio pode ter profundo impacto sobre a vida de uma pessoa. Assim como a migração pode ser a oportunidade de viver em um local com características bem distintas do local de origem e isso ser positivo na percepção do migrante. Também pode gerar demandas adversas tanto para o migrante quanto para o poder público local, principalmente no que se refere às condições de infraestrutura urbana, condições habitacionais, condições de emprego e acesso a serviços. Após analisar os motivos para a migração descreveremos as condições vivenciadas pelos migrantes após mudança do rural para o urbano.

Os dados atinentes às condições de ocupação (gráfico 5), de um lado, revelam a baixa inserção dos migrantes em atividades produtivas remuneradas, do outro revelam a supremacia da informalidade.

Gráfico 5-Situação de ocupação dos beneficiários do PBF, migrantes rural - urbano, Bagre



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O alto índice da informalidade entre os migrantes não é uma exclusividade dos participantes da pesquisa. Esse fenômeno tem dimensão nacional que preocupa os economistas, uma vez que o PBF poderia ser percebido como gerador de “renda”, já que para aquelas famílias que recebem apenas o benefício fixo, não há condicionalidades estas apenas precisariam se manter pobres, para continuar vinculadas ao programa, isso poderia causar o “efeito preguiça”. Contrapondo-se a este argumento, estudos de Oliveira e Soares (2012)

demonstram que os programas de transferência de renda condicionada no Brasil possuem impactos pequenos sobre o mercado de trabalho e que alguns destes impactos, como a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento na probabilidade de trabalho para grupos específicos, são positivos. Os autores afirmam que, do ponto de vista das políticas públicas, “não existe constatação empírica que sustente a hipótese de que haveria um efeito renda maior do que um efeito substituição (fenômeno que recebeu a alcunha de “efeito preguiça”), no caso destes programas”. (OLIVEIRA; SOARES 2012).

Então, o comportamento de se manter na informalidade poderia ser considerado uma estratégia dos beneficiários com a intenção de ocultar renda, pela ideia de que os rendimentos provenientes do trabalho por conta própria, ou mesmo do emprego sem carteira assinada, sejam menos visíveis pelo órgão gestor do programa, e dessa forma, permanecer como beneficiário do programa. Nesse sentido Soares e Sátyro (2009) argumentam sobre a importância do papel dos agentes municipais responsáveis pelo cadastramento na gestão do programa, já que a estes é dada a prerrogativa da decisão, de quem, será ou não potencial beneficiário, na medida em que toda a informação que a CEF processa ou a SENARC analisa é por eles coletada. Para os autores, “trata-se de um papel estratégico – sem municípios empenhados e bem geridos, o próprio funcionamento do PBF seria comprometido” (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 17). Fica claro, portanto, dada a forma de gestão do PBF, que os beneficiários tendem a ter um incentivo de trabalhar na informalidade (com os rendimentos ocultos dos órgãos oficiais) e continuar elegíveis para o benefício do PBF.

Evidentemente, essas ilações devem ser contextualizadas, considerando-se as características do mercado de trabalho no Brasil, em geral, e em Bagre, em particular, que podem também ser responsáveis pela exclusão de parcelas consideráveis da população economicamente ativa do trabalho formal.

A tabela 10 mostra os valores de renda dos beneficiários migrantes rural – urbano em Bagre, antes do ingresso no PBF. Observa-se que todos os beneficiários tinham uma renda familiar mensal abaixo do salário mínimo que vigorava no período da inserção. Comparando os dados de renda antes da inserção no programa e os dados de renda atual (tabela 11), é possível afirmar que houve um impacto positivo nos rendimentos, garantindo-lhes um incremento na renda, sendo que a maioria passou de uma renda inferior a um salário mínimo para uma renda igual ou superior a um salário mínimo. Dadas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, pelo menos, a curto prazo, as políticas de transferência de renda aparecem como a melhor opção para o combate a miséria em função de sua focalização.

Nessa pesquisa o PBF aparece como a principal fonte de renda fixa dos migrantes aliviando a miséria causada pela incapacidade de encontrar uma ocupação remunerada.

Tabela 10 - Renda familiar dos beneficiários do PBF, migrantes rural – urbano, antes da inserção no programa

Renda anterior à inserção no PBF em salário mínimo	Número de famílias	Percentual em relação ao total
0 até 0,25	3	2%
Acima de 0,25 até 0,5	18	12%
Acima de 0,5 até 0,75	82	54%
Acima de 0,75 até 1	49	32%
Total	152	100%

Fonte: CadÚnico e Pesquisa de Campo (2016).

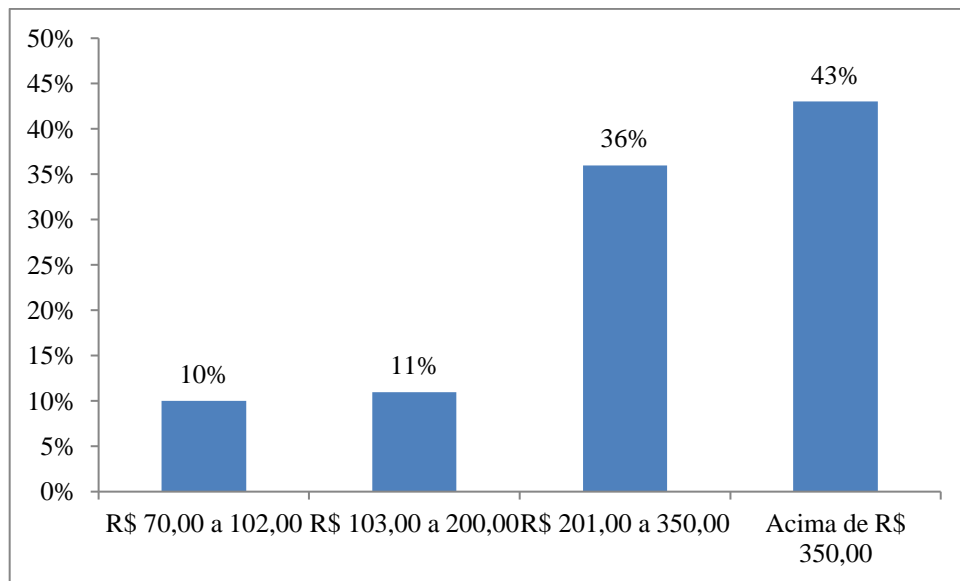
Tabela 11- Renda familiar dos beneficiários do PBF, migrantes rural – urbano, Bagre, baseado no salário mínimo ano 2015

Renda atual em salário mínimo	Número de famílias	Percentual em relação ao total
0,5 até 0,75	9	6%
Acima de 0,75 até 1	112	74%
Acima de 1 até 1,5	31	20%
Total	152	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Como já mencionado neste estudo a alta taxa de ocupados no mercado informal e a baixa escolaridade dos beneficiários do PBF, migrantes rural – urbano, os distancia de atividades laborais com maiores rendimentos. A tabela 11 mostra que a maioria têm rendimentos estimado em um salário mínimo, nos permitindo inferir que os valores recebidos (gráfico 6) do PBF, pela maioria dos migrantes constituem a base da renda fixa dos beneficiários do PBF migrantes rural – urbano do município de Bagre-Pa, pelo fato observado de que a maioria dos migrantes recebem benefício básico mais os incrementos de benefícios variáveis e incentivo de superação de extrema pobreza (tabela 7), somando um valor superior a meio salário mínimo por família beneficiária.

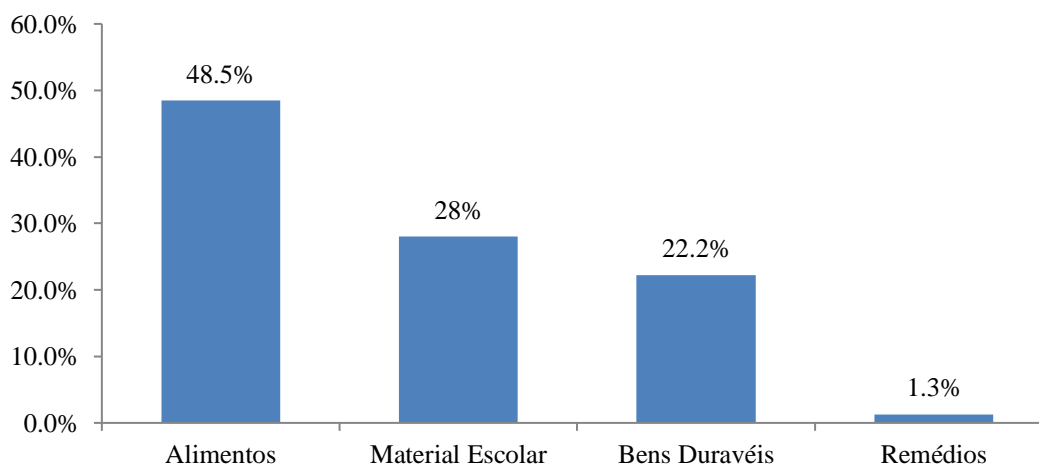
Gráfico 6- Valores dos benefícios recebidos pelos beneficiários do PBF, migrantes rural - urbano, Bagre



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O recurso proveniente do benefício promove a autonomia dos indivíduos na perspectiva do acesso a bens de consumo individual, conferindo-lhes o poder de decisão *em que e como* gastar o recurso recebido. Como o nível de pobreza no município é elevado e a carência de renda é notória, torna-se fundamental conhecer de que forma os migrantes gastam os recursos transferidos. Essa questão admitiu múltiplas respostas e dá uma visão ampla sobre a importância do benefício para as famílias.

Gráfico 7-Aplicação dos recursos financeiros recebidos pelos beneficiários do PBF, migrantes da área rural para urbana, Bagre

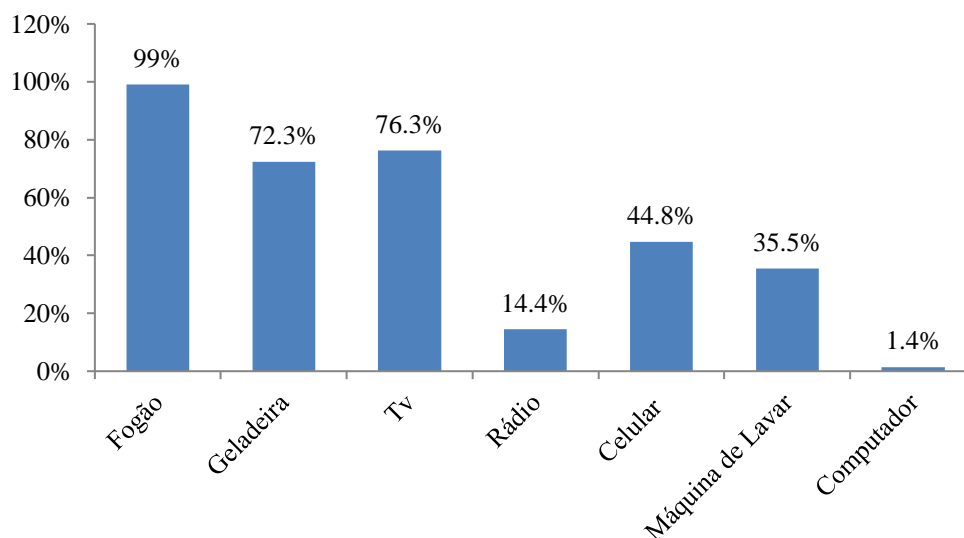


Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Os resultados encontrados na pesquisa se aproximam dos obtidos por estudos de Silva (2010), segundo os quais o impacto do PBF, devido a seu baixo valor, restringe-se às necessidades imediatas. Soares; Ribas e Osório (2010) afirmam que as despesas estão intimamente ligadas à percepção das famílias de que o benefício é um bônus a ser gasto prioritariamente com os filhos. Os autores mostram que no Brasil a maioria dos beneficiários gasta o benefício com alimentação, educação e vestuário infantil. Os gastos com saúde não foram afetados pelo benefício no município, sendo os beneficiários que indicaram esse tipo de aplicação aqueles com alguma doença crônica (hipertenso, diabético, cardiopata).

Os dados apurados na pesquisa em relação aos dispêndios com bens duráveis sugerem um fator que pode ser a consequência da mudança do rural para o urbano, uma vez que na zona rural, a maioria dos entrevistados não dispunha de energia elétrica e ao mudar para a cidade criou-se a possibilidade da utilização de eletrodomésticos que até então não era possível. O gráfico 8 mostra os bens duráveis que os entrevistados possuem.

Gráfico 8 – Relação de bens duráveis possuídos pelos beneficiários do PBF, migrantes da área rural para urbana, Bagre



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O acesso a bens de consumo duráveis é uma dimensão do bem-estar que depende mais da renda das famílias do que de políticas públicas. Os percentuais exibidos no gráfico acima são relativos a dois conjuntos de bens que, na ausência de restrições orçamentárias, todas as famílias presumivelmente optariam por ter: o básico engloba (fogão com duas bocas ou mais), geladeira, televisão, rádio e telefone (celular); o completo acrescenta do básico, máquina de lavar roupas e computador. O que percebemos é que a maioria das famílias possui os bens básicos e na percepção dos entrevistados o PBF possibilitou o acesso a esses bens.

É pertinente não se distanciar da noção de que o PBF intenciona aliviar a pobreza em curto prazo e interromper sua propagação nas gerações futuras. Diante dos dados até então apresentados, pode-se constatar que o programa tem conseguido, em certo grau, cumprir o seu objetivo imediato ao incorporar renda ao orçamento doméstico. Resta saber a percepção dos beneficiários a respeito das áreas em que o programa exige participação com vistas à potencialização do capital humano familiar, que são as condições para manter-se no programa.

A pesquisa constatou que 138 famílias têm crianças na faixa etária de 0 a 12 anos, contabilizando um número de 420 crianças, destas, 98 estão na faixa etária de 0 a 4 anos e não estão matriculados em nenhuma instituição de ensino. 90 famílias têm adolescentes, contabilizando um número de 130, destes adolescentes 12 não estão na escola. Ao questionar

os motivos pelos quais as crianças e adolescentes estariam fora da escola, a justificativa dos pais das crianças foi que o município não dispõe de creche e que na rede de ensino de educação básica só é possível matricular após 4 anos de idade, ou seja, as crianças abaixo dessa faixa etária estão impossibilitadas de interagir em um ambiente escolar. Quanto à justificativa relacionada à questão dos adolescentes, constatou-se que destes 03 são do sexo feminino e evadiram-se por causa de gravidez na adolescência e 09 do sexo masculino por questões de ocupação remunerada. A condicionalidade ligada ao componente da educação consiste em manter assiduidade regular das crianças e adolescentes na escola. Alguns estudos como de Ribas e Osório (2010), atestam que o PBF teve nacionalmente um impacto significativo sobre a frequência escolar. No entanto, no município de Bagre ainda é necessário avançar na oferta de serviços de educação infantil a fim de integrar crianças que estão sem alternativa de estudo.

Em relação aos componentes da saúde, constatou-se que 138 das famílias beneficiárias possuíam crianças menores de 7 anos acompanhadas pelos serviços de saúde no que concerne a vacinas, que 9 titulares do benefício estavam grávidas em acompanhamento do pré-natal, que 149 famílias migrantes recebiam regularmente a visita do agente comunitário de saúde ou de outros membros do Programa Saúde da Família. Quanto ao acompanhamento por ser portador de alguma condição especial (tabela 12), os dados coletados mostram que há entre os beneficiários um expressivo número de pessoas com deficiência nutricional o que reforça a necessidade de fortalecimento do vínculo entre a Estratégia Saúde da Família e o Programa Bolsa Família nos âmbitos local e nacional, na perspectiva da melhoria da qualidade da atenção materno-infantil. Para isso, o acompanhamento das famílias mais pobres, por parte da rede de saúde, deveria ampliar a ênfase na qualidade da cadeia completa do processo de cuidado: desde o pré-natal até o primeiro ano de vida das crianças, passando pelos cuidados do pós-parto.

Tabela 12-Portadores de condições especiais na área da saúde entre os beneficiários PBF – Bagre/Pa

Condições especiais na área da saúde	Percentual em relação ao total de população entrevistada
Portadores de necessidades educativas especial	20%
Doenças Crônicas	23%
Deficiência Nutricional	49%
Gestantes	6%
Dependência Química	3%

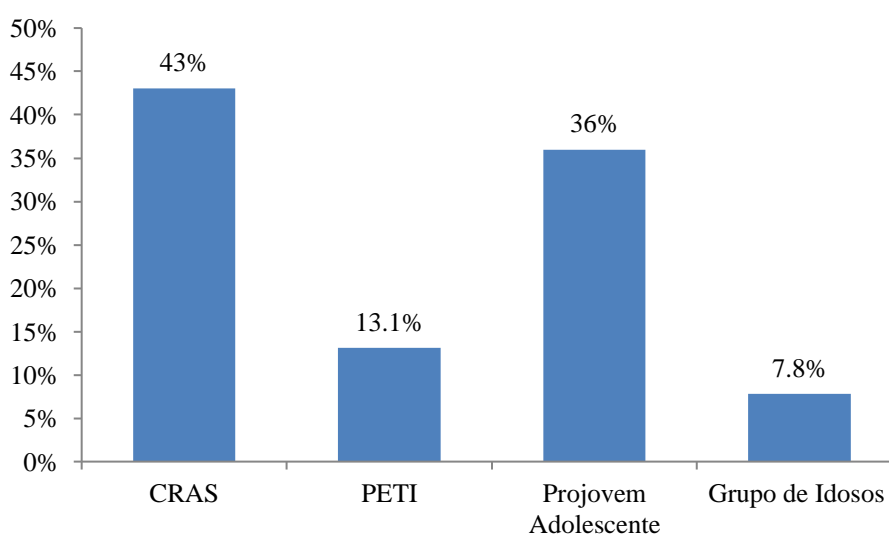
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quanto à acessibilidade aos serviços de saúde no âmbito hospitalar e de especialidades médicas a maioria respondeu ter dificuldades de acesso, o que mostra a carência do município em serviços de saúde no que diz respeito a especialidades médicas sendo insuficiente para atender à demanda da população.

A pesquisa também levantou informações referentes à área da assistência social, não só pela existência de uma condicionalidade na área – crianças retiradas do trabalho infantil ou vulneráveis devem ser inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) –, mas principalmente pelo fato de que essa é a pasta que administra o PBF em âmbito local. Além do mais, a própria orientação da política de assistência social assevera a universalização dos direitos sociais e a proteção e promoção social a toda a sociedade; com destaque singular, para o indivíduo em situação de risco social, vulnerabilidade, pobreza e miséria. Desse modo, as famílias beneficiárias do PBF constituem um público-alvo em potencial para usufruto dos serviços sócioassistenciais e socioeducativos de que a pasta dispõe no município.

Em relação à participação de membro da família em algum programa ou serviço da assistência social, 8 entrevistados responderam negativamente e 144 afirmaram que já tinham participado. Em seguida, indagou-se especificamente em quais programas e serviços estavam participando admitindo-se respostas múltiplas. O gráfico 9 exibe os resultados.

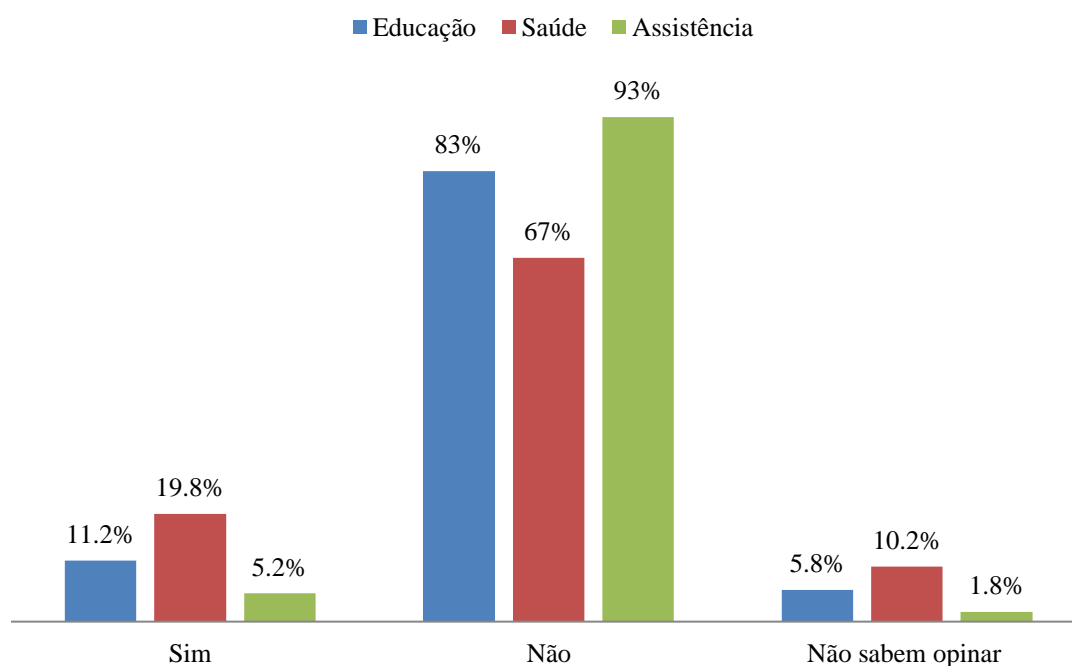
Gráfico 9- Participação dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana em atividades da assistência social, Bagre



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Como visto, as famílias beneficiárias apontaram o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), responsável pela proteção social básica em Bagre, como unidade de assistência com maior capilaridade, o que indica a presença dessas famílias em serviços ou programas de proteção e fortalecimento de vínculos. O Serviço de Convivência PETI não teve uma participação expressiva o que corrobora com os dados acima mencionados que adolescentes evadem-se da escola para inserção em alguma atividade remunerada. O que concorda com a pesquisa de Araújo; Ribeiro e Neder (2010) que demonstra o PBF elevando a frequência escolar, mas não contribuindo no combate ao trabalho infanto-juvenil.

Quanto à relação do PBF com a Secretaria de Assistência local, constatou-se que 5,3% dos migrantes não relacionam o programa a secretaria local, mas entendem que é uma ajuda do governo federal e que não tem participação da gestão local. Como política intersetorial, os órgãos responsáveis pelos setores educação, saúde e assistencial social no que concerne ao PBF devem trabalhar de maneira integrada. Contudo um alto percentual de entrevistados informou que as atividades de orientação relacionadas ao programa e promovidas por uma das secretarias responsáveis pela gestão das condicionalidades do programa a nível local praticamente não existem ou não sabem informar a existência. A situação mais grave foi da Secretária de Assistência Social, com incidência de 94,8% de respostas negativas, o que representa uma problemática para gestão local do programa, uma vez que é a secretaria responsável por gerir o programa e articular a rede de gestores e se não direciona atividades específicas para os beneficiários, não está exercendo uma gestão de qualidade.

Gráfico 10- Participação dos migrantes rural - urbano em atividades relacionadas ao PBF

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Quando os beneficiários foram interpelados a respeito do cumprimento das condicionalidades (saúde, educação, assistência social) 97,3% alegaram que sempre cumprem. Isso não quer dizer que os beneficiários sejam favoráveis às condicionalidades, mas, como ventila Kerstenetzky (2009, p. 70), “[...] um forte motivo para o seu cumprimento parece ter sido o medo de perder os benefícios, e não os ganhos esperados em termos das capacitações das crianças”.

Apesar da maioria dos beneficiários pesquisados informar que sempre cumprem as condicionalidades do PBF, cerca de um terço admitiram que já foram punidos, seja via advertência, bloqueio ou até suspensão do benefício, sendo que a possibilidade de perda do benefício é perceptível pelos beneficiários. 97% afirmaram que recebem acompanhamento para voltar a cumprir as condicionalidades.

A gestão local, via recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família (IGD), pode formular programas complementares conforme a realidade local. Estudos de Licio; Mesquita e Currelero (2011) realçam o papel da gestão local no desenho desses programas, uma vez que ela usufrui de informações privilegiadas sobre as potencialidades locais. Santos e Magalhães (2012) revelam que os municípios e os estados se envolvem pouco

na oferta de programas complementares e ficam à espera da oferta via governo federal, talvez por isso alguns beneficiários não atribuam à gestão local a responsabilidades pelo PBF.

Um aspecto relacionado à melhoria das condições de vida, inclusive com efeitos na saúde e no aproveitamento escolar, mas que não está articulado ao PBF, é a situação da moradia dos beneficiários migrantes na área urbana.

A maioria das famílias beneficiárias reside em áreas periféricas da cidade. O mapa 2, mostra a configuração da sede do município e a localização residencial dos migrantes. Os domicílios de beneficiários migrantes se encontram majoritariamente nas avenidas Aurino Vulcão, Benedita Almeida e Francisco Dantas (lado Oeste) e nas Avenidas Presidente Vargas, Fernando Guilhom e Francisco Dantas (lado Leste). O restante reside Rua Bandeira Branca, na Barão do Rio Branco e na Presidente Vargas (lado Leste).

Mapa 2 – Área urbana do município de Bagre- Pará



Os movimentos sociais ligados às questões urbana e habitacional no Brasil têm buscado pautar a política habitacional no país tendo em vista a moradia digna, entendida como :

A **moradia digna** é aquela provida de redes de infraestrutura (transporte coletivo, água, esgoto, luz, coleta de lixo, pavimentação, telefone); com acesso a equipamentos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer; instalações sanitárias adequadas; condições mínimas de conforto e habitabilidade; utilização por uma única família (a menos de outra opção voluntária); e dispendo de, pelo menos, um dormitório permanente para cada dois moradores adultos. Tal conceito serve de diretriz tanto para a produção de novas unidades habitacionais de interesse social, como também para a urbanização, regularização e melhorias do estoque de moradias precárias em favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e áreas centrais degradadas. (CURSO À DISTÂNCIA..., 2009, p. 75).

Nos locais em que se concentram os domicílios dos beneficiários do PBF migrantes para área urbana, o acesso à infraestrutura é importante indicativo da situação de vulnerabilidade das famílias. Para auxiliar na análise de infraestrutura utilizaremos os parâmetros dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) que determina as características de carência por infraestrutura:

A carência por infraestrutura é determinada segundo as características de alguns serviços nos domicílios particulares permanentes onde reside apenas uma família. Quando pelo menos um dos serviços avaliados apresentar característica de carência, o domicílio particular permanente é considerado carente. Os serviços considerados são:

- 1 Abastecimento de água outro que não rede geral com canalização interna ou poço/nascente na propriedade;
- 2 Ausência de iluminação elétrica;
- 3 Para as instalações sanitárias, considera-se carente o domicílio particular permanente que, possuindo banheiro ou sanitário, o tipo de escoadouro é vala, rio, lago, mar ou outro que não seja fossa ou rede geral de esgoto ou pluvial;
- 4 Para a coleta de lixo, consideram-se carentes aqueles em que o lixo não é coletado (diretamente ou através de caçamba de serviço de limpeza urbana). (CURSO À DISTÂNCIA..., 2009, p. 91).

Diante dos parâmetros acima mencionados e da inexistência de acesso a esgotamento sanitário e a água própria para o consumo, conforme dados apresentados na tabela 13, constata-se a inadequação das moradias e a necessidade de políticas voltadas para melhoria das condições de infraestrutura. Vale ressaltar que essas condições não são específicas das áreas ocupadas pelos beneficiários do PBF migrantes da zona rural, uma vez que o município não possui sistema de tratamento de água, sendo o abastecimento feito a partir da coleta diretamente do rio e distribuição através da rede, tampouco sistema de esgotamento sanitário. As condições encontradas na pesquisa confirmam estudo de Camargo et al. (2013) que demonstra que, no Brasil, a metade dos beneficiários do PBF não possui acesso a escoamento

sanitário adequado, e a carência é ainda maior quando analisado de forma regionalizada sendo que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam as menores proporções de famílias com acesso simultâneo aos quatro itens de infraestrutura.

Tabela 13- Infraestrutura de saneamento e de energia elétrica disponíveis nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre-Pa

Abastecimento de água	Frequência	Percentual
Domicílios que possuem	138	91%
Domicílios que não possuem	14	9%
Acesso à água tratada	00	00%
Rede de Esgoto		
Domicílios que possuem	00	00%
Domicílios que não possuem	152	100%
Energia Elétrica		
Domicílios que possuem	152	100%
Domicílios que não possuem	00	00%
Coleta de lixo regular		76%
Domicílios que possuem	115	76%
Domicílios que não possuem	37	24%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A maioria dos beneficiários do PBF que migraram para a cidade de Bagre informa possuir casa própria, conforme mostra a tabela 14. Esse dado, no entanto, por ser baseado no relato do entrevistado não pode ser considerado para estimativa da precariedade da habitação, uma vez que, efetivamente, a ocupação pode se caracterizar por irregularidade fundiária.

Tabela 14 - Condição de habitação relatada pelos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre

Condição	Quantidade	Percentual
Alugada	02	1%
Própria	138	91%
Cedida	12	8%
Total	152	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O material de construção mais comum utilizado nos domicílios dos beneficiários do PBF que migraram para área urbana de Bagre é a madeira, o que é uma característica dos domicílios da população de baixa renda da região.

Tabela 15- Material de construção utilizado nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre

Material	Quantidade	Percentual
Madeira	130	86%
Mista	08	5%
Total	152	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Em relação às instalações sanitárias, a Política Nacional de Habitação considera inadequado o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio. A maioria dos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes para cidade de Bagre dispõe de um banheiro, o que se considera relativamente adequado. A análise desse dado deve ser relativizada, uma vez que a pesquisa não investigou a utilização exclusiva da unidade sanitária pelo domicílio, conforme o conceito de inadequação domiciliar adotado pela Política Nacional de Habitação. Por outro lado, a existência de domicílios sem banheiro é um problema que não pode ser minimizado e para o qual devem ser buscadas soluções.

Tabela 16 – Número de banheiros nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre

Número de Banheiros	Quantidade	Percentual
Unitário	142	93%
Não possui	10	7%
Total	152	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Conforme a Política Nacional de Habitação, a inadequação domiciliar pode ser caracterizada, também, por adensamento excessivo, identificado a partir do indicador quantidade de moradores por dormitório, admitindo-se como adequado o número máximo de três, para domicílios urbanos com família única. Nesse aspecto, os domicílios dos beneficiários do PBF que migraram para a cidade de Bagre são considerados inadequados como mostra a tabela 17. Tendo em conta que a pesquisa não investigou dados de coabitação, o problema constatado pode ter uma dimensão ainda maior do que a retratada nos dados, e, além disso configuraria a situação de déficit habitacional. Nesta pesquisa, considera-se como dormitório² todos os cômodos relatados pelos entrevistados, o que difere da utilizada pela Política Nacional de Habitação, mas serve para os objetivos deste trabalho.

² A Política Nacional de Habitação adota o conceito de dormitório como sendo os "cômodos que, em caráter permanente, serviam de dormitório para os moradores do domicílio. Incluem-se aí os que assim são utilizados em função de inexistir acomodação adequada a essa finalidade" (CURSO À DISTÂNCIA..., 2009, p. 90).

Tabela 17 – Número de moradores por dormitório nos domicílios dos beneficiários do PBF migrantes da área rural para a urbana, Bagre

Número de moradores por dormitório	Número de famílias	Percentual
01 morador por dormitório	07	5%
02 moradores por dormitório	38	25%
03 moradores por dormitório	23	15%
04 moradores por dormitório	22	14%
05 moradores por dormitório	17	11%
06 moradores por dormitório	14	9%
07 moradores por dormitório	09	6%
08 moradores por dormitório	10	7%
09 moradores por dormitório	02	1%
10 moradores por dormitório	04	3%
11 moradores por dormitório	02	1%
12 moradores por dormitório	04	3%
Total	152	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transferências condicionadas de renda representaram um passo importante na trajetória do Sistema de Proteção Social no Brasil. O PBF, criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que substituiu e incorporou os programas Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação, é uma política pública inscrita no campo da assistência social com intersectorialidade com as políticas de educação e saúde e tem como objetivos não apenas contribuir para a redução da pobreza, mas também promover a emancipação das famílias mais pobres do país.

Para as famílias do município de Bagre o PBF é uma forma de alívio da situação de pobreza extrema. Em consonância com outros estudos, observa-se que o Programa tem se afirmado como uma experiência bem-sucedida devido a sua ampla cobertura e ótima focalização, e também aos relevantes impactos sobre as condições de vida da população beneficiária.

O aprofundamento da compreensão sobre a realidade socioeconômica da população mais pobre do município evidencia a existência de questões de gênero, relacionadas à escolaridade e a qualidade do acesso a serviços de infraestrutura domiciliar a serem trabalhadas pela implementação de ações intersectoriais em todas as esferas federativas.

A pobreza das famílias no município de Bagre é grande limitação para o suprimento de suas necessidades de alimentação e educação. Tanto é assim que essas áreas são as que concentram os maiores dispêndios realizados com o benefício pelas famílias atendidas pelo PBF. Os valores repassados, embora não sejam elevados, são importantes para satisfazer as necessidades básicas e possuem uma valoração singular para essas famílias.

O fato do benefício ser concedido majoritariamente à mulheres, garantindo a estas uma renda básica, acrescida, em alguns casos, da renda proveniente de atividades laborais, propicia-lhes autonomia e voz ativa dentro do grupo familiar. Assim, como relevante desdobramento deste trabalho, no sentido de potencializar essa proeminência feminina e como estratégia para alcançar os objetivos mais amplos do Programa aponta-se a importância de a gestão municipal investir em ações que tenham a mulher como protagonista, tais como associações e a Secretaria da Mulher.

O alto taxa de analfabetos e de pessoas semialfabetizadas, bem como de ocupados no mercado informal entre os beneficiários revela o baixo investimento dos governos em capital humano. Disso se depreende a necessidade de iniciativas de educação para jovens e adultos, não somente através do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas, também,

oferecendo cursos e oficinas com uma ênfase mais profissionalizante ou através de projetos de geração de emprego e renda.

Ainda em relação ao fortalecimento do capital humano, observou-se que, em Bagre, o programa não representa na perspectiva dos beneficiários, grande impacto sobre a frequência e o rendimento escolar, que muitas vezes é alijado em detrimento da inserção de adolescentes jovens em atividades laborais, confirmado pelo alto índice de evasão e abandono escolar.

O fortalecimento da educação desses sujeitos de direitos passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos gestores e educadores de que as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza necessitam de uma atenção diferenciada, que considere o seu contexto e sua trajetória. Os estudantes beneficiários do PBF pertencem a famílias em que os pais não são alfabetizados ou são analfabetos funcionais. Trazem consigo uma trajetória de vida em que a educação escolar não se constituiu em prioridade. Portanto, em grande parte não têm o hábito, ou condições, de acompanhar a vida escolar dos filhos.

Quanto aos serviços de saúde, muitos beneficiários alegaram dificuldades no acesso ao atendimento médico, acesso a medicamentos e aos programas da Atenção Básica. O sistema de saúde brasileiro é baseado no fortalecimento da atenção básica, organizado de modo atender a maior parte dos problemas de saúde, enfatizar ações de promoção da saúde e prevenção de agravos. O não cumprimento desses determinantes demonstra uma gestão pouco eficaz, que deve rever em seu planejamento a forma de atuação e a interface entre os serviços de saúde e o PBF.

A pesquisa ainda revelou a inexistência de articulação e planejamento integrado entre educação, saúde e assistência social, não só para a gestão das condicionalidades, como também para o desenvolvimento e oferta de atividades específicas às famílias atendidas. Além disso, revelou descontinuidade de programas complementares que incentivem os beneficiários ao cumprimento das condicionalidades. Fica evidenciada, assim, a necessidade de maior comprometimento da gestão local do PBF com os objetivos de longo prazo do programa, reforçando-se a importância do diálogo entre as políticas e de fortalecimento da intersetorialidade.

A pesquisa confirmou a hipótese de que o PBF, em âmbito local, tem tido efeitos sobre a dinâmica migratória rural-urbana. Para os beneficiários que já desejavam migrar do rural para área urbana antes da concessão do benefício, este funcionou como uma mola propulsora que possibilitou as condições necessárias de garantia de renda fixa para que a migração pudesse ocorrer. Para os que não tinham o desejo de migrar antes da concessão do

benefício, este desejo surgiu como necessidade de cumprir as condicionalidades do programa, já que os serviços de saúde, educação, assistência social se concentram na área urbana.

A literatura sobre os fatores determinantes de migração indica que homens com idade entre 25 a 55 anos são mais propensos a migrar e que entre os principais motivos da migração estão a dificuldade de ou a insatisfatória inserção no mercado de trabalho, a inexistência ou precariedade de serviços de educação e saúde, atração exercida pelas cidades e motivos políticos e religiosos. A maioria dos chefes de famílias beneficiárias do PBF em Bagre que mudaram da área rural para a cidade tem perfil com essas características e, como motivos para a migração, apontaram, além da busca por condições que permitisse o cumprimento dos requisitos exigidos pelo programa, a busca por melhores condições de vida, entre as quais emprego e renda e melhores serviços de educação e saúde.

Assim o estudo evidenciou que a inserção no PBF propiciou autonomia aos beneficiários no que diz respeito à escolha do local de moradia, permitindo-lhes migrar para área urbana, na qual esperavam encontrar as condições que almejavam. Na pesquisa de campo foram relatadas melhorias importantes após a migração, especialmente as relacionadas ao aumento da renda e ao acesso a bens e serviços básicos não ou precariamente disponíveis na área rural. No entanto, ao se analisar as condições de inserção no mercado de trabalho, bem como as condições de moradia na cidade, entre as quais as referentes à situação fundiária do domicílio, à infraestrutura e aos serviços urbanos na área ocupada, bem como características sanitárias e de adensamento da habitação, as quais se mostram inadequadas, conclui-se que a percepção de melhoria somente pode ser entendida considerando-se condições de vida extremamente precárias na zona rural do município.

Por mais esta via de análise, o trabalho mostra a necessidade de serem implementadas políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida no campo, inclusive como estratégia para minimizar a migração rural-urbana, posto que o aumento da população na cidade agrava os problemas urbanos, para os quais também é requerida a ação do Estado. Importa ressaltar que essas conclusões encaminham a discussão para a articulação das ações no âmbito específico do PBF com a política urbana.

Em síntese, os principais resultados do estudo permitem inferir que o PBF promove em Bagre o acesso de parcela importante da população a uma renda mínima e aos serviços básicos, que são os objetivos explícitos do programa. Para além disso, tem efeitos na dinâmica migratória no sentido rural urbano, internamente ao município, incrementando-a. A mudança para a cidade propicia melhoria em certas condições de vida, mas ainda se observa precariedade em diversos aspectos. Dessa forma, o PBF tem implicações no aprofundamento

dos problemas urbanos e requerem da gestão pública intervenções visando responder às novas demandas e promover condições de moradia e serviços mais dignos e com caráter emancipatório.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E.F. **Gente de todas as paragens**: retratos da imigração no Pará da colônia à atualidade: migrações na Amazônia. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/; PPGA, 2010. p. 107. (Coleção: Fronteiras impertinentes; v. 2).
- ARAÚJO, G. S.; RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Impactos do Programa Bolsa Família sobre o trabalho de crianças e adolescentes residentes na área urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38, 2010. Salvador. **Anais...**Salvador: ANPEC, 2010.
- ARAÚJO, H. E. et al. **Potencialização da migração de retorno entre São Paulo e o Nordeste Brasileiro**: evidências, perfil dos envolvidos e busca de respostas ao fato em questão. Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo em Brasil: diagnóstico, perspectiva y políticas”, Brasília, DF, abr. 2007.
- ÁVILA, M. P. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Revista Política & Trabalho**, v.1, n. 38, 2013. Disponível em:<<<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14384>>> Acesso em: 7 jun. 2015.
- BAENINGER, Rosana. Migração e migrações. **Ideias**, Campinas, SP, n. 2, 1º semestre, 2011.
- _____. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: CUNHA, João Marcos Pinto (Org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO; UNICAM, 2011.
- _____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU, Rev. Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, p. 77-100, 2012.
- BAGRE. **Lei nº 005/2001. 06 de junho de 2001**. Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio - educativas e determina outras providências, 2001.
- BAPTISTELLA, J. C. F. **Avaliação de programas sociais**: uma análise do impacto do Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias. Brasília, DF: [s.n], 2012. (V Prêmio SOF).
- BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 24, n. 2, jul./dez. 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BARBOSA, M.J.S. (Coord.). **Relatório analítico do território do Marajó**. Belém: UFPA, 2012. 79 p. Disponível em:<<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>>Acesso em: 10 out. 2013.
- BARROS, R. P. et al. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Texto para discussão n. 1256. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1256.pdf> Acesso em: 11 out. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei n.10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF: MDS, 2004. 122 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **O que é Bolsa-Família**. 2006. Disponível em: <www.mds.gov.br/programas/trasferencia-derenda/programa-bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 10, 30 set. 2013.

_____. _____. **Estimativa famílias pobres 2014**. *SI, 2014*. Disponível em:<www.mds.gov.br/servicos/estatisticas/dados-do-bolsa-familia>. Acesso em: 2 ago. 2015.

_____. _____. **Demonstrativo: Bolsa Família: evolução nos estados**. 2014. Disponível em: <www.mds.gov.br/ascom/varios_bf/bf_evolucaouf_092004.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. _____. **Capacitação para controle social nos municípios: assistência social e Programa Bolsa Família**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

CARVALHO JUNIOR, P. H. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. Brasília, DF: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, 1236).

CASTIGLIONI, A. H.; REGINATO, M. **Impatti sócio demograficidell'immigrazione europea in Espirito Santo**. Altretalia: [s.n.], 2009.

COUTINHO, C. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

CUNHA, J. M.; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros, no período recente: principais tendências e mudança. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 2000. Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 117 – 165.

CUNHA, J.M.P. Migração e urbanização no Brasil, alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

_____. Retratos da Mobilidade no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Internacional Mobilidade Humana**, Brasília, DF, n. 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

CURSO à distância: planos locais de habitação de interesse social (Coord.). ROSA, Junia Santa; DENALDI, Rosana Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 180 p.

DE ASTROGILDO, T. *Caracterizando o método misto de pesquisa na educação: Um continuum entre a abordagem qualitativa e quantitativa*. **Atos de Pesquisa em Educação – PPGE, ME**, v. 7, n. 4, p. 1157, 2013.

DELGADO, G. **As verdades e mentiras sobre a distribuição de renda no Brasil**. São Leopoldo, 14 jul. 2006. Entrevista concedida a IHU OnLine. Disponível em: <www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=4091>. Acesso em: 14 ago. 2015.

DRAIBE, Sonia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

EMMI, M.F. **Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: NAEA, 2008.

FAWCETT, J. T. *Networks, Linkages, and Migration Systems* Special Silver Anniversary Issue: international migration an assessment for the 90's, autumn/, **International Migration Review**, v. 23, n. 3, p. 671-680, 1989.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ-FAPESPA. **Boletim de Assistência Social no Pará: política, indicadores e reflexões**. Belém, n.1, maio, 2015a.

_____. **Índice FAPESPA de Desenvolvimento Municipal**. Belém, 2015b.

_____. **Relatório sobre a Vulnerabilidade Social no Estado do Pará**. Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. Belém, 2015c.

_____. **Anuário de Assistência Social do Estado do Pará**, 2016. Belém, 2016.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina**. São Paulo: Mestre Jou, 1974. 261 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios, **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 173-184, 2001.

GUILMOTO, C. Z.; SANDRON, F. The internal dynamics of migration networks in developing countries. **Population: anEnglishSelection**, v. 13, n. 2, p. 135-164, 2001.

HARBISON, S. F. *Family structure and family strategy in migration decision making*. In: DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. **Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries**. New York: Pergamon Press, 1981. 394 p.

HOFFMAN. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

HOLLANDA-FILHO, S.B. Migrações internas e distribuição regional de renda no Brasil-1970-1980. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 389-416, 1989.

IBGE. **População residente no município de Bagre por situação de domicílio no período de 1970 a 2010.** 2010a. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=cd&o=2&i=P>. Acesso em: 2 abr. 2015

IBGE 2010b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150110&search=para|bagre|infograficos:-historico>> Acesso em: 7 jun. 2015.

IBGE. **População residente no município de Bagre, por faixa etária.** 2010c. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=15&codmun=150110&idtema=16&codv=v08&search=para|bagre|sintese-das-informacoes-> Acesso em: 2 abr. 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Perfis etários da migração por motivos e acompanhantes da mudança: evidências empíricas para São Paulo entre 1980 e 1993. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 19-44, 1998.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. **Bolsa família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira:** uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação do impacto do Bolsa Família II. [S.l.:s.n.], 2013.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a definition of mixed methods research. **Journal of mixed methods research**, v.1, n. 2, p. 112-133, 2007.

JUSTO, W.R. **Migração inter-regional no Brasil:** determinantes e perfil do migrante brasileiro no Período 1980-2000. 2006. (Dissertation), Federal University of Pernambuco, Recife, 2006.

KERSTENETZKY, C. L. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. **Dados**, v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009.

LAVINAS, Lena; DAIN, Sulamis. **Proteção social e justiça redistributiva:** como promover a igualdade de gênero. *Rio de Janeiro*, 2005.

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.** [S.l.:s.n.], 1997.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas: textos escolhidos.** Fortaleza: BNB; ETENE, 1980.

LICIO, Elaine Cristina; MESQUITA, Camile Sahb; CURRALERO, Claudia Regina Baddini. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 51, n. 5, p. 458-470, set. /out. 2011.

LIGNANI, J. D. B. *et al.* Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil. **Public health nutrition**, n. 14, p. 785-792, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, Emerson, Fabricio Linhares, and Guaracyane Campelo. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, n. 3, p. 267-288, 2011.

MARTIGNONI, E. M. Mortalidade infantil por regiões e faixas de renda domiciliar *percapita* nos censos demográficos 2000 e 2010. **Estudo técnico SAGI**, Brasília, DF, n. 5, 2012.

MASSEY, D. S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.

MASSEY, D. S. **Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration**. [S.l.]: Population Index, 1990 p. 3-26.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: SENARC, 2005.

_____. **Manual do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único**. Brasília, DF: SENARC; MDS, 2014.

MOCELIN, C.E. **Pobreza rural e o programa bolsa família**: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade de Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4349>. Acesso em: 10 out. 2013.

MORAIS, A. M.; Neves, I. P. Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n. 2, p. 75-104, 2007.

MOURA, H. Migrações internas. **BNB-Etene**, Fortaleza, v. 2, p. 949-974, 1980.

OLIVEIRA, A. M. H. C. D *et al.* Primeiros resultados da análise da linha de base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (Ed.). **Avaliação de políticas e programas do MDS**: resultados. Brasília, DF: MDS, 2007.

OLIVEIRA, K.F.; JANNUZZI, P.M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000400009&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 mar. 2015.

OLIVEIRA, L. F. B. D.; SOARES, S. S. D. **O impacto do programa bolsa família sobre a repetência**: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Texto para discussão, n. 1.814). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1814a.pdf>. Acesso em; 17 abr. 2016.

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F. **O bolsa família depois do Brasil carinhoso**: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema. Brasília, DF: IPEA, 2012. (Nota Técnica, n. 14).

OSORIO, R. G. et al. **Erradicar a pobreza extrema**: um objetivo ao alcance do Brasil.

Brasília: Ipea, 2011 (Texto para Discussão, n. 1.619).

PATRÍCIO, L. O. Fecundidade por regiões e faixas de renda domiciliar per capita nos censos demográficos 2000 e 2010. **Estudo técnico SAGI**, Brasília, DF, n. 6, 2012a.

_____. Considerações sobre a ação Brasil Carinhoso sobre a fecundidade. **Estudo técnico SAGI**, Brasília, DF, n. 7, 2012b.

PEDRO, N. *Paradigmas de Investigação aula 2. Metodologias de investigação I*. [S.l.]: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, ano.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas. **SOCIUS Working Papers**, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2015.

PEREIRA, J.M.P.D. Migração: diferenciais por renda e políticas públicas de transferência De Renda. Informe Gepec, v. 15, n. 3, 2011. Disponível em: <web.a.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=> Acesso em: 7 set. 2014.

PIRES, F. **Do ponto de vista das crianças**: o acesso, a implementação e os efeitos do Programa Bolsa Família no semiárido nordestino. Brasília, DF: CNPQ: MDS, 2011. (Ficha Técnica do Edital CNPq; MDS).

PIRES, D.L, LONGO, L.A.F.B. **A implantação do Bolsa Família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006**. Disponível em:< http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1145.pdf>. Acesso em: out. 2014.

QUEIROZ NETO, E. Para além do programa bolsa família: complexidade dos contextos, metamorfoses do desenvolvimento, crescer o bolo ou dividir a receita. **Rev. Teoria e Evidência Econômica**, v. 18, n. 38, p. 100-120, jan. /jun. 2012.

RANIS, G.; FEI, J. C. H. A theory of economic development. **The American Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 533-565, set. 1961.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas**: textos escolhidos, Fortaleza: BNB; ETENE, 1980.

REGO, W. L; PINZANNI, A. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. Campinas: UNESP, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: método e técnicas. São Paulo. Atlas, 1999.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *Transferências de renda no Brasil. O fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RODRIGUES, A. M. **Moradias nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUEZ, J.; BUSSO, G. **Migración interna y desarrollo em América Latina entre 1980 y 2005**. Santiago de Chile:ECLAC; CELADE, 2009.

SANTOS, Mauro Augusto dos, et al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SANTOS, J. J. M. **Um estudo sobre o aumento do êxodo rural nas últimas décadas no município de Solânea-PB**. 2012. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, Guarabira, PB, 2012.

SASAKI, E.M.; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2000.

SCHAAN, Denise Pahl; PACHECO, Agenor Sarraf; BELTRÃO, Jane Felipe. **Remando por campos e florestas: memórias & paisagens dos marajós**. (Org.). Rio Branco: GKNORONHA, 2011.

SCHMINK, Marianne, and Charles H. WOOD. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: UFPA, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon, and Colin Brock. Os desafios da educação no Brasil. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-51.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO -SAGI. **Relatório Bolsa Família Cadastro Único Bagre Pará**. Disponível em:< aplicacoes.mds.gov.br/sagi> Acesso em: 15 nov.2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO- SEAD. **Relação funcional Prefeitura Municipal de Bagre ano 2015**. Belém: PMB, 2015

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, R. C. **Non-spatial govern policies and regional inequality in Brazil**”, *Annals of V Meeting of Brazilian Regional Association of Regional and Urban Studies*. Recife: [s.n.], 2007.

SILVEIRA NETO, R. da M. "Do public income transfer to the poorest affect Internal Inter-Regional migration? Evidence for the case of Brazilian BolsaFamília Program." In: *ENCONTRONACIONAL DE ECONOMIA [PROCEEDINGS OF THE 36TH BRAZILIAN ECONOMICS MEETING]*. NO. 200807111106330. Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [BrazilianAssociationofGraduatePrograms in Economics – ANPEC, 36., 2008. [S.l.]. **Anais....** [S.l.: s.n], 2008.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. 1. ed, Brasília: IPEA, 2013. p. 217-232.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: BNB; ENTENE, 1980. p. 211-244, 724.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE NASCIDOS VIVOS – SINASC; SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE- SEMSA. **Taxa de natalidade do município de Bagre/Pará período de 2008 a 2015**. Belém: SEMSA, 2015.

SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e pobreza. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. Brasília, DF: IPEA, 2010. v. 2. p. 27-52.

SOARES, S.; SATYRO N. O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. **Textos para discussão**, Brasília, DF: IPEA, n. 1424. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4980>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília, DF: IPEA, 2009. (Textos para discussão, 1424).

SOARES, Sergei et al. Os impactos do benefício do programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, Jorge Abrahao; MODESTO, Lucia (Ed.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 366.

SOUZA, Natália Nunes de et al. Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 655-662, 2012.

SPOSATI, A. Bolsa Família: um programa com futuro (s). In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**, Brasília, DF: IPEA, 2010. v. 2. p. 273- 299.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v. 26, n. 1, p 1-14, fev. 1989.

_____. Migration incentives, migration types: the role of relative deprivation. **The Economic Journal**, v. 101, n. 408, p 1163-1178, set. 1991.

SUAREZ, M.; LIBARDONI, M. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (Ed.). **Avaliação de políticas e programas do MDS**. Brasília, DF: MDS, 2007. (Resultados. v.2: Bolsa Família e assistência social).

TAPAJÓS, L. A importância da avaliação no contexto do bolsa família. In: CASTRO, J.A. MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003 -2010: avanços e desafios**. Brasília, DF: IPEA, 2010. 2v. p. 73 – 88. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6605>. Acesso em:12 maio, 2015.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. "A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2008.

TAVARES, P. A. **Efeito do programa bolsa família sobre a oferta de trabalho das mães**. São Paulo: ANPEC, 2008.

TAVARES, PA. et al. **Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza**. 2009.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (Org.), **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza: BNB; ENTENE, 1980, p.145-172.

TRIPODI, Tony. **Análise da pesquisa social**. Tradução de Geni Hirata. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr**, v.18, n.4, p. 439-457, 2005

VILLATORO, Pablo. Programas de transferências monetárias condicionadas: experiências na América Latina. **Revista CEPAL**, Santiago do Chile, Número especial, p. 127-141, 2010.

WEISSHEIMER, M.A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO

Prezado (a) Senhor(a)

Gostaríamos de convidá-lo a participar de nosso estudo: **O Programa Bolsa Família e a dinâmica migratória rural urbana – O caso do município de Bagre - Pará**, que tem como objetivo verificar a relação entre o programa de transferência de renda federal bolsa família e a migração interna no município de Bagre (PA).

A pesquisa consistirá na realização de entrevista gravada e preenchimento de um formulário junto aos participantes do estudo e posterior análise dos dados. Trata-se de uma dissertação desenvolvida por Heronildes Marques Barbosa orientada pela Prof^a. Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês do curso de Mestrado em Gestão Pública do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

A qualquer momento da realização desse estudo qualquer participante/pesquisado ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários. Qualquer participante selecionado (a) poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa a esse estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão

usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Heronildes Marques Barbosa
Pesquisadora
Mestrado em Gestão Pública
NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Simaia Mercês
Orientadora
NAEA/UFPA

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa: **O Programa Bolsa Família e a dinâmica migratória rural - urbana – O caso do município de Bagre - Pará**, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Bagre/PA, 02 de janeiro de 2016.

Assinatura do Pesquisado (a)

APENDICE B –Formulário de pesquisa 01/2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Município: Bagre

Data:

Endereço:

1 Caracterização dos responsáveis da família migrante:

1.1 Gênero do Titular do PBF () masculino () feminino

1.2 Idade do Titular do PBF _____

1.3 Gênero do chefe (responsável) da família - () masculino () feminino

1.4 Idade do chefe da família _____

1.5 Estado civil do titular do PBF- () casado(a) () solteiro(a) () união estável () divorciado () viúvo. Se o titular não for o chefe da família, estado civil do chefe da família:

1.6 Escolaridade do titular do PBF - () analfabeto () ensino fundamental incompleto () nível fundamental completo () nível médio incompleto () nível médio completo . Se o titular não for o chefe da família, escolaridade do chefe da família: _____

2 Composição Familiar:

2.1 Número de moradores na residência - () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5

2.2 Número de moradores crianças 0 a 12 anos - () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5

2.3 Número de moradores adolescentes 13 a 17 anos - () 1 () 2 () 3 () 4

2.4 Número de moradores idosos - () 1 () 2

2.5 Número de crianças (7 a 12 anos) que frequentam escola - () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5

2.6 Número de adolescentes que frequentam a escola - () 1 () 2 () 3

3 Renda:

3.1 Quantas pessoas contribuem para renda mensal? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

3.2 Como essa renda é obtida? Trabalho formal () Trabalho informal () . Especificar o tipo de trabalho: _____

3.3 Qual o valor mensal que recebe do trabalho? _____

3.4 O titular do benefício tem alguma atividade remunerada? () sim () não . Se positivo, qual? _____

3.5 Somando os valores da renda dos integrantes da família, qual o valor aproximado?

3.6 Algum membro da família é associado a sindicato ou colônia de pescadores? Se positivo, qual? _____

3.7 A família tem algum outro tipo de benefício? () sim () não, qual? _____

4 Condições Habitacionais

4.1 A casa onde mora é - () madeira () alvenaria () mista () outra _____

4.2 Tipo de residência - () alugada () própria () cedida () financiada

4.3 Número de cômodos - () 1 () 2 () 3 () + de 3

4.4 Número de dormitórios - () 1 () 2 () 3 () + de 3

4.5 Banheiro - () 1 () 2 () +2

4.6 Rede esgoto - () sim () não

4.7 Energia elétrica - () sim () não

4.8 Água encanada - () sim () não. Forma de abastecimento _____

4.9 Coleta de lixo - () Diária () Semanal () Não há coleta de lixo

5 Condições de Saúde

5.1 Na família há algum portador de necessidade (deficiência) () sim () não qual? _____ tem BPC ? _____

5.2 Algum membro da família é portador de doença crônica () sim () não, qual?_

5.3 Algum membro da família é dependente químico? () Sim () Não

5.4 No momento da pesquisa há gestantes no grupo familiar ?() Sim () Não

5.5 Ocorrência de doenças relacionada a insegurança alimentar - () desnutrição () obesidade () deficiência de vitamina A () bócio () anemia () diabetes () colesterol alto () hipertensão () doença celíaca

6 Acesso a políticas públicas e PBF

6.1 Possuem acesso a políticas públicas? () Sim () Não, Se positivo, quais? () saúde () educação () assistência social () habitação () alimentação () outra _____

6.2 Qual o valor do benefício do PBF que recebem atualmente - () R\$ 70,00 a R\$ 102,00 () R\$ 103,00 a R\$ 200,00 () R\$ 201,00 a R\$ 350,00 () acima de R\$ 350,00

6.3 Tempo de benefício do programa bolsa família - () 6 meses () 12 meses () 18 meses () 24 meses () + 24 meses

6.4 Qual era renda mensal antes do programa bolsa família - () R\$ 100,00 () R\$ 200,00 () R\$ 300,00 () R\$ 500,00 () acima de R\$ 500,00. Como essa renda era obtida?

6.5 Como a família gasta o benefício do PBF? () alimentação () material escolar () bens duráveis () remédios

6.6 Quais os bens duráveis têm na residência - () rádio () tv () dvd () geladeira () celular () máquina de lavar roupas () celular () computador () outro qual? _____

6.7 Já participou de alguma atividade (palestra, orientação) sobre o PBF? () sim () não. Se positivo, promovido por qual secretaria () Assistência () Saúde () Educação

6.8 Participa de alguma atividade vinculada ao PBF na assistência social : () CRAS () PETI () Projovem () Grupo de Idosos

6.9 A família já descumpriu alguma das condicionalidades do PBF? () sim () não.

6.9.1 Houve bloqueio do benefício ? () sim () não. Se positivo, recebeu algum apoio para resolver a situação? () sim () não

6.9.2 Como foi o apoio? () orientação da gestão () busca ativa da gestão () inserção dos menores em atividades socioeducativas

7 Percepção de Melhoria de Vida

7.1 Depois da inserção no PBF, sua condição de vida - () melhorou () piorou () manteve-se a mesma () melhorou pouco () melhorou muito

7.2 O que modificou? _____

8 Migração

8.1 Onde o titular do beneficiário nasceu? () Estado () Município

8.2 Em que zona do município o titular do benefício nasceu? () zona rural () zona urbana

8.3 Qual o tempo de moradia na sede do município de Bagre? () 6 meses () 1 ano () 2 a 5 anos () 6 a 10 anos

8.4 A família mudou de local de residência nos últimos anos () sim () não

8.5 Onde a família morava nos últimos 10 anos? 1. _____ 2. _____

8.6 O que levou a cada mudança de domicílio nos últimos 10 anos? _____

8.7 A partir de qual mudança, nos últimos 10 anos, a família já era beneficiária do PBF?

8.8 Quais eram as condições de infraestrutura, de equipamentos e de serviços na área onde se localizava a residência anterior a esta mudança: () serviços de saúde _____ () serviços de educação _____ () serviços da assistência social _____

8.9 Quais as expectativas com esta mudança? _____

8.10 PBF possibilitou de alguma forma a mudança de domicílio? () sim () não, por que? _____

8.11 Antes de receber o benefício já tinha o desejo de mudar da zona rural para zona urbana - () sim () não

8.12 Se positivo, Por que ainda não havia mudado? _____

8.13 Em que sentido sua vida mudou desde sua mudança para a sede do município de Bagre? Melhorou? Piorou?

() Educação

() Saúde

() Renda

() Outros _____

APENDICE C –Roteiro de entrevista 02/2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Titular do Benefício:

Idade:

Data da entrevista:

1. O PBF criou o desejo de mudança da zona rural para zona urbana? Se negativo (passe para questão 2,4,6), se positivo (passe para questão 3,5,6)
2. Qual foi o principal motivo da mudança da zona rural para zona urbana?
3. Por que o PBF criou o desejo da mudança?
4. Se antes da concessão do benefício já havia o desejo de migrar, por que não havia mudado anteriormente?
5. No local de residência na zona rural, havia serviços básicos de saúde e educação? Se houvesse, teria mudado?
6. Em que sentido o PBF influenciou na migração da zona rural para área urbana?
7. Percebe melhorias na vida após a concessão do benefício e mudança para zona urbana? Se positivo – quais? Se negativo – por quê?

APENDICE D –Quadro de categorização da análise de conteúdo das entrevistas com os beneficiários do PBF (amostra selecionada para pesquisa)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Categoria	Subcategoria	Unidades de Contexto
PBF e migração	Desejo de migrar antes a concessão do benefício PBF?	<p>1-Sim, já havia o desejo de morar na cidade. 2- Sim, desde criança quando ia com meus pais a cidade já queria ficar na casa da minha tia. 3- Não, a vida no interior é mais tranquila. 4- Sim, sempre via minhas primas que iam morar na cidade com uma situação melhor que a gente que morava no interior. 5- Sim, por que todos que conhecia que iam para cidade estudavam e tinham uma vida melhor. 6- Não, por que sempre quis ficar perto dos meus pais. 7- Não, por que a vida na cidade é muito “cara”, tudo tem que comprar. 8- Sim, por causa das condições de vida da cidade que são melhores. 9- Não, eu sempre gostei de tranquilidade e na cidade os “filhos da gente se envolve em coisa ruim”. 10- Sim, sempre quis morar na cidade. 11- Sim, sempre quis sair do interior, estudar, ter uma casa na cidade e ir para o interior só a passeio. 12- Sim, tinha que trabalhar muito no pesado quando morava no interior; 13- Não, vivia mais sem preocupações, era mais tranquilo, não tinha a violência que tem na cidade. 14- Sim, não tinha nada no local que morava. 15- Sim, eu não gostava da vida no interior, nada acontecia lá.</p>

	<p>*Motivação para migração?</p> <p>*Existência de serviços básicos de saúde e educação no local de residência anterior a migração?</p>	<p>1.1- Estudos, local onde morava só tinha até a 4ª série. 2.1- Trabalho, só tinha a roça, era muito sacrificante. * Não tinha escola, nem posto médico. 3.1- Trabalho, passava fome por não ter dinheiro para comprar comida, quando não conseguia caçar ou pescar, passava muitas necessidades. * Não tinha escola, nem posto médico. 4.1- Estudos, meus pais primeiro mandaram meu irmão mais velho, depois veio todo mundo morar na cidade. * Só tinha uma sala de aula, até 4ª série 5.1- Trabalho, depois que fechou a madeireira não tinha mais o que fazer lá no interior. * Não tinha escola nem posto médico. 6.1- Estudos, eu e meus irmãos não tínhamos mais o que fazer lá no interior. * Não tinha escola, nem posto de saúde. 7.1- Trabalho, meu pai vendeu o terreno e veio tentar a vida na cidade e nós viemos com ele. * Não tinha escola, não tinha posto de saúde. 8.1- Saúde, meu esposo adoeceu; não tinha nada lá, ele passava mal tínhamos que apelar pra chá e orar pra Deus. * O posto mais perto ficava a 6 horas de viagem, escola tínhamos que remar 45 minutos. 9.1- Trabalho, meu marido conseguiu um terreno na invasão e viemos tentar a vida, já que ninguém trabalhava lá no interior, aqui ele faz bico. * Meus filhos não estudavam, não tomavam vacina. 10.1- Trabalho, fechou a madeireira, então viemos embora. * Tinha uma escola até 4ª série, não tinha posto de saúde. 11.1- Estudos e saúde dos meus filhos; meu cartão do “bolsa” foi bloqueado por que não tinha vacinado meus filhos, então decidir vim pra cidade por que lá não tinha como vacinar as crianças, nem como elas estudarem. 12.1- Estudos dos meus filhos, as crianças foram crescendo e tinha que manter elas na escola, como não tinha com quem morassem na cidade, decidir me mudar, mas gostava da minha vida no interior. 13.1- Vim acompanhar o que era meu marido na época, ele arrumou um emprego aqui na fábrica de palmito então vim com ele. * Não tinha escola, nem posto onde residia. 14.1- Trabalho, vim tentar a sorte na cidade, vendi meu terreno lá no interior e vim embora. * Não tinha serviços de saúde ou educação. 15.1- Estudos, meus filhos precisavam estudar, até eu voltei estudar e já estou no ensino médio, lá no interior não tinha escola, nem posto.</p>
	<p>Em que sentido o PBF influenciou na migração da zona rural para área urbana?</p>	<p>1.2.1- Ajudou, por que era renda que se podia contar. 2.2.1- Influenciou por que possibilitou a mudança, juntamos alguns meses e deu pra comprar nossa primeira casa. 3.2.1- Ajudou por que era com que comprávamos a comida, o material dos meninos.</p>

		<p>4.2.1- Antes do “bolsa”, não tínhamos do que viver. 5.2.1- Era a garantia de que não iríamos passar fome na cidade. 6.2.1- Até hoje ajuda muito, é a renda que temos. 7.2.1- É um benefício que nos fez perceber que nossos filhos tinham que estudar, e nos deu condições para fazer isso. 8.2.1- A bolsa me ajudou comprar remédios, me ajudou a pagar aluguel quando mudamos. 9.2.1- Não tinha trabalho e vivia da bolsa, então resolvi tentar a sorte na cidade já que o dinheiro da bolsa vem todo mês. 10.2.1- Garantia de que teria uma renda para viver na cidade. 11.2.1- Primeiro vieram meus filhos, depois ficou muito difícil no interior, então vim também, a “bolsa” ajudou muito por que não tinha trabalho quando cheguei. 12.2.1- A “bolsa” me ajudou foi muito, me ajudou a colocar meus filhos pra estudar. 13.2.1- Era a renda que tinha quando me mudei e meu marido me deixou. 14.2.1- Depois que meu cartão foi bloqueado, percebi que precisava sair do interior pra poder colocar meus filhos na escola, e acompanhar o peso. A bolsa era a renda da minha família 15.2.1 – Eu me mudaria com ou sem a bolsa, mais ela me ajudou e muito por que era o dinheiro que podia contar.</p>
<p>Percepção de melhoria</p>	<p>A vida melhorou após a concessão do PBF? E após a migração?</p>	<p>1.3.1-Sim, a vida na cidade é melhor; 2.3.1- Sim, meus filhos estudam, tem uma até na faculdade; 3.3.1- Sim, pude comprar minha casa e meus filhos estudam; 4.3.1- Sim, bem melhor viver aqui tem melhores condições, com o benefício posso ficar mais em casa e cuidar dos meus filhos; 5.3.1- Sim, aqui tem o trabalho (doméstica), meus filhos estão na escola; 6.3.1- Sim, vê meus filhos indo pra escola, precisar da saúde e ter hospital pra ser atendido, mudou muito; 7.3.1- Sim, melhorou a escola, saúde, agora não tenho mais bloqueio no meu benefício; 8.3.1- Sim, meu marido pode ser acompanhado, tem até outro benefício, tudo que conseguimos lá na assistência; 9.3.1- Sim, meu marido arrumou um emprego, e agora estamos bem melhor; 10.3.1- Sim, meus filhos estão estudando, meu marido ainda vai pescar mais aqui a vida é bem melhor; 11.3.1- Sim, minha família cresceu, minhas filhas casaram, e já posso ver os filhos dela estudando. 12.3.1- Sim, minha vida é bem melhor aqui. 13.3.1- Não, minha vida desandou, meu marido me largou, meu filho se meteu em coisa errada.</p>

		<p>14.3.1- Sim, meus filhos estão estudando, podem ser vacinados, e não corro risco de cortarem minha “bolsa”;</p> <p>15.3.1- Sim, era o que eu queria morar na cidade e ter mais oportunidades;</p>
--	--	--